

REVISTA DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL



ANO: 68 Nº 96 – 2009

ANO: 69 Nº 97 – 2010

ISSN 0020-3890



CASA HISTÓRICA DE DEODORO

Um dos mais importantes sítios da História recente do país, a Casa Histórica de Deodoro, está localizada no Centro da cidade do Rio de Janeiro, em um sobrado no número 197 da Praça da República.

Além de servir de residência para o Marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República Brasileira, foi na Casa Histórica de Deodoro que foi decidido o primeiro Ministério Republicano, no dia 9 de novembro de 1889.

Como todas as residências construídas no início do século XIX, a Casa Histórica de Deodoro possui características típicas de um sobrado urbano residencial do período colonial.

Foi construída com pedra, cal e óleo de baleia, materiais fartamente utilizados pelos portugueses nas construções do período. Algumas paredes internas foram levantadas originalmente em taipa, pau-a-pique e madeira, mais tarde foram substituídas por paredes de tijolos, nas diversas reformas realizadas. Entretanto, sua fachada conserva as características originais, apresentando as ombreiras enquadradas em pedras e várias aberturas.

Desde a Década de 1990 o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil tem sua sede na Casa Histórica de Deodoro.



EXPEDIENTE

REVISTA DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

O IGHMB foi fundado
em 7 de novembro de 1936.

Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos
de Geografia e História Militar
reconhecido pelo Decreto nº 27.512,
de 26 Nov 49, e Órgão de Utilidade Pública
do Estado do Rio de Janeiro pela
Lei nº 2.217, de 28 Ago 73.

Filiado à Comissão Internacional
de História Militar

Diretor da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Gen Div Aureliano Pinto de Moura

Editor

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Secretário

Cel Antônio Ferreira Sobrinho

Conselho Editorial – Diretor

Cel Av Manoel Cambeses Júnior

Membros do Conselho Editorial

Cel Antônio Ferreira Sobrinho
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz
Cel Manoel Cândido Andrade Netto

Casa Histórica de Deodoro
Praça da República, 197 – Centro
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
CEP: 20.211-350
Tel (21) 2232-2691
www.ighmb.org
ighmb@yahoo.com.br

SUMÁRIO

- 2 – Editorial
- 4 – O IGHMB – 70 Anos de realização e evolução
no contexto cultural-militar do País.
GEN EX JONAS DE MORAIS CORREIA NETO
- 16 – Estados, soberania e autodeterminação.
CEL AV MANUEL CAMBESES JÚNIOR
- 19 – História política, história social e história
militar: três histórias em busca de um eixo
teórico-metodológico comum.
1º TEN RENATO JORGE PARANHOS RESTIER JUNIOR E
CT MARCELLO JOSÉ GOMES LOUREIRO
- 40 – O descobrimento de Portugal.
GEN EX PAULO CESAR DE CASTRO
- 53 – O 8º Batalhão de Infantaria de Linha na
Tríplice Aliança.
GEN DIV AURELIANO PINTO DE MOURA
- 78 – Brigadeiro Antônio de Sampaio – da infância
ao ingresso no Exército Imperial.
MAJ CARLOS ROBERTO CARVALHO DARÓZ
- 84 – Equipando a frota – como o Brasil adquiriu
suas aeronaves de combate.
CEL AV EURO CAMPOS DUNCAN RODRIGUES
- 96 – A saga militar judaica do Brasil – cinco séculos
de história.
PROF ISRAEL BLAJBERG
- 105 – Saudação aos novos sócios empossados em 2009.
GEN BDA CÉSAR AUGUSTO NICODEMUS DE SOUZA

Editorial

Regoziamo-nos em apresentar aos nossos prezados leitores o exemplar que congrega os números 96 e 97 da revista elaborada pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e concernente aos anos de 2009 e 2010.

Seguindo a tradicional linha editorial desta já consagrada e conceituada publicação, e a exemplo das edições anteriores, procuramos, nesta edição, contemplar uma ampla gama de instigantes e momentosos temas, que julgamos relevante enfatizar, quer pela importância de revisitar biografias e acontecimentos importantes da História Militar, quer como forma de transmitir conhecimentos de fatos vivenciados por ilustres personalidades, além de inocular instigantes ideias sobre temas ligados à Geopolítica, à História em seus diversos matizes, a assun-

tos de natureza estratégica e militar, ademais de pronunciamentos proferidos por nossos ilustres confrades em eventos realizados em nosso Instituto. Dessa forma, utilizando desse benfazejo ecletismo e pautados na utilização de uma linguagem escurrita, pretende-

mos tornar a nossa revista assaz atraente, criativa, e de agradável leitura.

F o c a d o s nesses objetivos, cremos estar contribuindo, de forma ativa e fecunda, para a divulgação de nossos feitos históricos, para o registro de aconte-

tecimentos marcantes da historiografia militar brasileira e, acima de tudo, para a difusão de cultural geral.

Para atingirmos os objetivos colimados, temos contado com a imprescindível e preciosa colaboração de prestimosos articulistas, que habitualmente nos brindam com seus exce-



lentes trabalhos, contribuindo, sobremaneira, para que a Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil se consolide, cada vez mais, como uma publicação de excelente qualidade e, conseqüentemente, de grande aceitação e prestígio no seio da sociedade brasileira.

Faz-se mister destacar que estamos receptivos àqueles que deseja-

rem colaborar com a nossa revista, nos remetendo artigos que sejam de real interesse de nosso público-alvo, e, ademais, que se coadunem e estejam em sintonia com a linha editorial adotada pelo editor.

Que a leitura desta publicação lhes seja enriquecedora e gratificante, é o nosso ardente desejo.

O IGHMB – 70 anos de realização e evolução no contexto cultural-militar do país¹

Jonas de Moraes Correia Neto²

PRINCIPIANDO

O estudo da História, o seu conhecimento adequado, é uma atividade mental estimulante, que leva a conclusões e associações reveladoras, esclarecedoras, acerca de fatos, pessoas, locais e datas, de decisões e resultados, de causas e conseqüências, tudo tendendo a uma melhor compreensão da vida dos povos e das relações entre eles, através dos tempos.

Mas a História admite ser encarada de muitos ângulos, conforme os ramos, ou áreas do seu desenvolvimento. Esses ramos caracterizam-se pelas suas Histórias específicas, vistas em destaque, apesar de não isoladas do todo histórico. É evidente que os estudos de históricos se nutrem, consideravelmente, de comparações, dentre a massa de informações fundamentais



O General Augusto Tasso Fragoso foi o primeiro presidente do IGHMB

disponíveis. Ora, para que haja consonância entre os dados que se quer comparar, é preciso dispor-se de elementos nivelados. Portanto, o registro oportuno e exato de dados é fator de acertos futuros, de confiabilidade (por exemplo: datas, horas, locais, pessoas e grupos envolvidos, motivos e decorrências, aspectos chamativos).

¹ Palestra proferida por ocasião da sessão de abertura do ano sociocultural do IGHMB no dia 17 de março de 2009.

² General-de-Exército, sócio benemérito e antigo Presidente do Instituto de Geografia e História.

Em suma: a memória (que é origem da memória histórica) tem de ser “amarrada” por anotações fidedignas, de preferência tomadas na ocasião mesmo dos acontecimentos presenciados ou sabidos.

Assim se vão tecendo as malhas da História. É o caso da História Militar.

O nosso Instituto dedica-se, principalmente, aos estudos e pesquisas relativos a ela, à realização de trabalhos pertinentes, à sua apresentação, à sua divulgação, ao seu registro, à sua utilização. A atividade é trabalhosa e prazerosa

Efetua-se pelo engajamento dos nossos sócios, militares e civis, como também pela participação, desejada e procurada, de especialistas seletos que tenham boas contribuições a oferecer à nossa agremiação, através de comunicações, debates e publicações.

Eis aí uma visão básica do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Nesta sessão de abertura do ano sócio-cultural de 2009, pensamos que seria oportuno expor, de forma lógica e pontuada por certos destaques, algo dos fins da criação, das atividades, do funcionamento, dos sucessos e dificuldades – enfim, o que teria sido e é o IGHMB, no contexto cultural-militar do País

FUNDAÇÃO

Durante o ano de 1936, um pequeno grupo de oficiais das Forças Ar-

madadas, motivados pela animação do Cap Inf Severino Sombra de Albuquerque, começaram a discutir a conveniência da criação de um órgão que contribuísse para a cultura nacional, a partir de conhecimentos de natureza militar.

Seria uma sociedade civil, composta e dirigida por militares, da ativa e da reserva (e reformados), da Marinha de Guerra e do Exército, as duas Forças existentes na época.

Uma instituição especializada em assuntos normalmente tratados só pelos militares profissionais, com a finalidade de ampliar seus estudos, aprofundar-se neles e incentivar sua difusão, alimentando o interesse por eles.

É simples, claro e completo, o Art. 1º dos Estatutos originais (28 de novembro de 1936 ou 1938?), que diz:

tem por fim promover o desenvolvimento dos estudos de Geografia e de História Militar do Brasil e o culto patriótico dos vultos e fatos gloriosos do seu passado.

Por óbvio, no tocante à Geografia, seria abordada a Geografia Militar, não a geral. E tudo haveria de ser referente ao nosso País, embora sendo considerados fatores externos correlatos.

Neste ponto, convém logo uma colocação sobre a adjetivação - “militar”.

Entendemos História Militar como sendo:



I - descrição mais ou menos detalhada de eventos tipicamente militares, como conflitos bélicos (batalhas, combates, operações de toda ordem);

II - notícias sobre assuntos relativos à área militar, nos setores de Estratégia, Logística. Mobilização, C & T etc;

III - análise dessas questões (I) e (II), com razoável profundidade e conclusões condizentes;

IV - estudo das personalidades e aptidões dos chefes militares, sobretudo à testa de operações, anotando seus acertos e erros;

V - estudo do comportamento dos militares em geral, chegando até os soldados, seja em tempo de paz, seja em ações de guerra;

VI - identificação do relacionamento da sociedade civil com seu segmento militar, na paz e na guerra.

Já a Geografia Militar, vemo-la, por alto, como sendo:

Conhecimento das condições geográficas das regiões e dos locais em foco, para conciliar sobre seus possíveis reflexos em operações militares; e sobre o melhor modo de se explorar o terreno, em proveito das ações a realizar, aqui valendo-se do que for favorável, ali neutralizando-se o que for desfavorável – ou buscando outra área.

É, também, estudo crítico da influência geográfica decisiva em operações militares clássicas, para uso meramente acadêmico ou mesmo para tomada de decisão.

Daquele grupo inicial, que chamaremos de “Idealizadores”, os quais se sensibilizaram com os argumentos do Cap Sombra e resolveram assumir a causa empolgante, não temos uma relação confirmada. Velhas anotações e citações de que tivessem participado dos primeiros entendimentos, além do Cap Sombra, os já historiadores (ou, ao menos, historiógrafos), Alte Raul Tavares, Cel Souza Docca, Cap Lima Figueiredo, CF Pinto Guimarães, Cel Paula Cidade, Cel José Faustino, Cel Genserico de Vasconcelos, CMG Fred Vilar, Cel Prof Cordolino

Entretanto, uma vez estabelecidos os principais parâmetros da referenciada instituição, cuidaram os membros da Comissão Organizadora de chamar para juntar-se a eles, desde logo, outros oficiais das Forças Armadas, dedicados a atividades funcionais e/ou literárias condizentes.

Então chegamos à lista dos reconhecidos “Fundadores”. Estes foram, ao final, quarenta e dois. É que mais alguns nomes iriam ser, depois, acrescentados à lista original, como deferência a colegas merecedores, que interessava agregar.

Os nomes dos fundadores já eram, muitos deles, bastante conhecidos

e até celebrados nos meios culturais, militar e civil, iriam todos eles, projetar-se cada vez mais, pelas suas realizações nos campos da História e de Geografia Militar, e complementares.

A “Ata de Fundação” está publicada no nº 1 (do ano 1) da Revista do Instituto, prevista para a publicação trimestral (vol.1)

A reunião foi a 7 de novembro de 1936 (2ª feira), no salão nobre do Clube Militar – a velha sede, na mesma esquina da Av Rio Branco, com a rua Sta Luzia. Objetivava ela a fundação de uma “Sociedade Militar Brasileira de História e Geografia”, nossa primeira denominação registrada.

Conduziram os trabalhos os Gen José Maria Moreira Guimarães e (Pres) Octávio Azeredo Coutinho (ex-Cmt 1ª RM, até 30 de novembro e ex-Vice-Pres do Clube), e Alte Raul Tavares

Dada a palavra ao Cap Sombra, justificou a criação da Sociedade, enfatizando razões históricas e cívicas, bem como as deformações culturais do momento vivido, as agitações sociais etc (estávamos a exatamente um ano do golpe de estado de 1937, o Estado Novo). Foi o orador vivamente CF Pinto Guimarães, Cap Lima Figueiredo e Cap Sombra.

A Revista nº 1 traz, logo na abertura, o discurso do Cel Int Emílio Fernandes de Souza Docca, orador oficial no solene ato inaugural do IGHMB.

Não consta a data, mais adiante, iremos descobri-la, nos Estatutos, Art 1º, de 15 de novembro de 1938 (3ª feira). Seria realmente esse o dia da instalação, ou seria 18 de novembro de 1938 (6ª feira), como deduzido de outras publicações? Onde foi a sessão? No Clube Militar? Parece que sim.

Souza Docca – soldado e historiador, escritor e orador de grande mérito, - formulou o que intitulou “Nosso Programa”. Sua palestra abordou as pretensões culturais do novel Instituto. Disse que passaríamos (os militares) para o fomento da “cultura espiritual brasileira”, realizando um ato de patriotismo, ao criarmos mais um elemento de defesa da nacionalidade; e que, ao fazê-lo, estávamos preenchendo uma lacuna. Perlustrou diversos assuntos, colocando raciocínio filosófico e lógico, para expor seus pontos de vista sobre o momento cultural, a orientação corrente e desejável para os estudos de História, o culto pelo passado e pelos próceres, o ensino cívico obrigatório, o espírito militar (neste aspecto, o gaúcho ressaltava, com razão o “espírito militar dos riograndenses, sem as características do militarismo e com todas as virtudes associativas daquele espírito”).

A mesma Revista nº 1, apresenta os Estatutos, os primeiros de quatro (1938, 1966, 2000, 2003). Como data dos Estatutos, consta 28 de novembro



de 1936 (sábado). Há controvérsia, diz-se-ia hoje. Teria a comissão feito seu trabalho em apenas três semanas (7 a 28 de novembro)? E mais, aparecem: uma “Comissão de Estatutos”, com Cel Jônatas do Rego Monteiro, Cel Didio Costa e Cap Sombra, o relatório e outra comissão, esta “de Redação”, com Cel Souza Docca, CF Pinto Guimarães e Cap Lima Figueiredo. Vê-se que está diferente da Ata da sessão de fundação estabelecido.

Porém, lá ainda mais disparidade: já no Art 1º, a denominação que surge é “Instituto de Geografia e História Militar do Brasil”, cuja instalação, na Capital da República, é citada como tendo ocorrido a 15 de novembro de 1938 (3ª feira).

Parece poder-se admitir, então que na data dos Estatutos, o ano do seu apronto, devesse ser 1938; pois, se fosse 1936, treze dias após a instalação, não teria havido tempo útil para a elaboração estatutária.

ORGANIZAÇÃO

Para presidir o Instituto, em sua fase inicial de arrumação, foi escolhido (aclamado?) o Gen Div Augusto Tasso Fragoso, formalidade histórica, pelos importantes papéis desempenhados (Chefe do Estado-Maior do Exército, Junta Militar na Revolução de 1930) e, ótimo fará o caso, figura emérita nos estudos histórico-militares.

Isso sabemos. O que não conseguimos saber é quais seus colegas de diretoria, como transcorreu sua gestão e quanto durou, até a assunção da 1ª Diretoria normalmente eleita.

O primeiro exemplar da Revista, que é de 1940 (mas não mostra o ano), e o segundo, de 1942 (que lá está grafado), contêm as relações do Conselho Diretor, que funcionava na época da cada edição.

O Conselho Diretor, estatutariamente, era o órgão superior da administração. No entanto, isso não estava explícito em nenhum ponto dos Estatutos; como explícito não estava sobre a posição da Assembleia Geral, que era – como é até hoje, mas constando do texto – o órgão máximo do Instituto.

O Conselho Diretor compunha-se da Diretoria – Presidente e Vice-presidente, dois Secretários e dois Tesoureiros – e de sete Comissões Permanentes: Geografia e Cartografia, História Militar, Heráldica e Medalhística, Iconografia e Armas Antigas, Admissão de Sócios, Comissão Fiscal e a Redação das Publicações do Instituto (Os Estatutos seguintes, de 1966, alteraram um pouco as Comissões, que já nem apareceram nos sucessivos, de 1999 e 2003, o atual).

Eis a primeira relação publicada (Revista de 1940): Assinalamos nela figuras que foram renomadas a nível militar e nacional, como Leitão de Carvalho, Benício, Sombra, Peregrino, Jaguaribe,

Tasso Fragoso, Genserico, Jonas, os dois Boiteux, Souza Docca, Lysias, Raul Tavares, Mal Castelo Branco.

A direção da Revista, sintomaticamente, ainda que não propositalmente, contava com um Alte (Henrique Boiteux), um Gen (Souza Docca) e um TC Aviador (Lysias Rodrigues), o qual, no ano seguinte, passaria a integrar a Força Aérea Brasileira, no novo Ministério da Aeronáutica. Vê-se aí um prenúncio da participação das três Forças, em esplêndida união, no nosso IGHMB.

Na 2ª Revista, de agosto de 1942, a composição do Conselho Diretor já se mostra um pouco mudada com novos nomes.

Foram fixadas 50 Cadeiras, com seus patronos, sendo seus ocupantes, os sócios fundadores e alguns efetivos, entrados depois. A Revista nº 1 (1940) e a nº 2 publicaram as relações. Observam-se alguns desencontros entre elas, apesar de decorrido tão pouco tempo e de estar vinda tão próximo da fundação. Somente pelo novo descaído, brasileiroíssimo, com a correção dos registros podem ser explicadas as discrepâncias. Um exemplo gritante: em 1940, estão o Gen Raul Bandeira de Melo como ocupante da Cadeira Nr 39 (Gen Couto de Magalhães) e o TC Lima Figueiredo na Cadeira Nr 28 (Visconde de São Leopoldo); em 1942, Lima Figueiredo está na Cadeira Nr 39 (Couto de Magalhães), a Cadeira

Nr 28 (São Leopoldo) está vaga e o Gen Raul Bandeira de Melo, simplesmente sumiu...E ambos foram fundadores. Teria havido alguma razão não divulgada? Não sabemos senão que, pouco mais tarde, reaparecia o Gen Raul.

Outro detalhe que poderia gerar confusão e, às vezes, gera. Permitia-se ao sócio, por seu pedido e sua justificação, trocar de Cadeira em geral por sentimento de maior empatia com o Patrono desejado.

Nosso Instituto nunca teve uma sede própria. Nem sequer uma sede duradoura, na qual pudesse, sem sobressaltos, aprimorar o dispositivo das instalações básicas – aquelas indispensáveis ao seu funcionamento: presidência, secretaria, biblioteca, sala de reuniões, arquivo geral, copa e um bom auditório.

Como as atas antigas foram lamentavelmente extraviadas – e a única explicação (não justificativa), para isso são principalmente, as “danças” de sedes – uma porção de informações, fundamentais para o histórico da entidade, acham-se irremediavelmente perdidas.

É o caso das sedes. Utilizamos, em diferentes épocas e por tempo variável dos seguintes lugares:

I – Na Biblioteca Militar (hoje BIBLIEx), algumas salas na Ala Marcílio Dias (nos fundos, 3º andar, à direita de quem subia), no então Ministério da Guerra (Palácio Du-



que de Caxias-PDC), por gentileza das direções da BM (como interessante recordação, lá prestava serviços gerais o funcionário Marinho, antigo soldado (reformado), que fora ordenança creio que do Gen Tasso Fragoso e, certamente por ajuda desse grande chefe, trabalhava na BM e à disposição do IGHMB; dava-se bem com todo mundo e, sempre atrapalhado, não perdia oportunidade de uma modesta “facada”; morreu naquela posição, da qual ninguém o tirava, por condescendência).

II – Na mesma área, ou próxima, em espaço próprio, cedido pelo Ministério da Guerra. Nos anos 1950, lá estava havia tempo, com todos os seus órgãos – menos auditório: que era usado o da BM, ou outro do PDC.

III – Nos meados dos anos 1970, após entendimentos do nosso Presidente (Jonas) com sucessivos Chefes do Estado-Maior das Forças Armadas (Generais A.J. Corrêa, Potiguara e Tácito Teófilo), foram cedidas ao Instituto boas dependências no Palácio Monroe. E o auditório do Velho Senado – a sala das sessões – passou a servir também ao Instituto. Durante todo esse tempo, o atuante secretário era o Cel Art J. V. Portela F.

Alves, Febiano e escritor que se recorda de muitas coisas havidas. Em face da previsão de derrubada do Monroe, o EMFA teve de reaver as dependências e o Instituto retornou à sede anterior, no PDC. IV – No PDC, da ala dos fundos mudou-se para a frente (anos 1980), onde ocupou salas em diferentes andares como no 18º. O problema de auditório era contornado com o apoio sempre conseguido, de organizações militares do PDC; bem como do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, presidido por Pedro Calmon (nosso sócio); (placas de agradecimento do IGHMB externam, ali, a gratidão ao IHGB).

V – A sede no 12º andar, na frente (com vistas para a Praça da República), era satisfatória e tinha um bom auditório. Nela estivemos muito bem, desde o começo dos anos 1980 até meados dos anos 1990 (1996?).

VI – Finalmente, a sede atual, antiga aspiração nossa: a Casa Histórica de Deodoro, onde estamos. Ela passou por umas quantas obras, para ficar ocupável, sem riscos. Porém, não nos pertence. Foi parte do sistema controlado pelo DECEX / DPHCEX, através do MHEx/FC, tendo o Instituto o total direito de

uso da parte superior do prédio. O acerto é bastante satisfatório e esperamos que assim permaneça, para benefício das Forças Armadas, em particular do Exército.

DESENVOLVIMENTO

O Instituto cumpre seu papel cultural especializado por meio da realização de atividades típicas, destacando-se:

- palestras e conferências;
- comunicações;
- cooperações externas;
- simpósios e seminários;
- representações em eventos no exterior;
- publicações da Revista.

Não está no plano desta comunicação, por sua natureza, tratarmos de cada uma dessas atividades e darmos notícias de como e quantos ocorreram, ano após ano. Faremos apenas ligeiros comentários, sobre o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Militar (NEPHIM).

É assunto sobre o qual quero me dever um instante o chamado NEPHIM.

Foi criado na minha 1ª presidência, em 18 de junho de 1991. Seguindo o exemplo exitoso de seu êmulo, a CEPHAS do IHGB, visava mais – e visa – à organização das sessões do Instituto, incentivando os sócios, e outros estudio-

so, a apresentarem comunicações sobre estudos realizados, ou pesquisas prontas ou em andamento, mas fazendo-o em tempo limitado (15 a 30 minutos), para que seja maior o número de comunicadores, por sessão e para que se generalize o hábito lucrativo de debate.

É recompensador, sempre, utilizar-se o debate. Lembro-me da sugestão insistente do saudoso confrade, grande historiador, Cel F. Ruas Santos, para que a maioria (ou todas?) as nossas palavras se desenvolvessem assim: divulgação prévia do assunto – se possível, de sinopse preparada pelo autor – exposição curta (ordem de 20 minutos) – seguida de debates, para as quais os participantes teriam se preparado, com base na sinopse, senão no assunto em geral. A ideia não vingou. Quem sabe, valeria a pena textualizarmos algo com esse formato, mudando para vivificar?

Os trabalhos elaborados pelos novos sócios, bem como por convidados, são esperados e bem-vindos. Eles são apresentados em sessões e, na medida do possível, levados a publicação. O instrumento melhor para isso é a nossa Revista. No entanto, sentimos dizer que a Revista teve de parar diversas vezes, às vezes durante anos (por exemplo, do 2º semestre de 1984 ao 2º semestre de 1991). A falta de recursos, quando se torna crítica, obriga ao jejum editorial, contingência comum a quase todas as



instituições culturais, que lutam heroicamente para fazer o dever e sobreviver.

Em que a gama de carências, a Revista do IGHMB, com diferentes periodicidades, tem podido servir de veículo dos nossos produtos e das nossas notícias, cumprindo uma das finalidades primárias: fixar a memória do Instituto.

Por outro lado, são de praxe, e bem recebidas de parte a parte, as ligações colaborativas com entidades de fins similares, como sejam: a Biblioteca, desde quando ainda era Biblioteca Militar; o Clube Militar, pelo seu Departamento Cultural; a Revista *A Defesa Nacional*, desde quando era o ícone da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Profissional (hoje finada); e, naturalmente, as Forças Armadas, por seus setores mais específicos, entre os quais focalizamos: a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (englobando o antigo e pungente Serviço Documentação Geral da Marinha); a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (onde se destacam o Arquivo Histórico do Exército e o Museu Histórico do Exército / Forte de Copacabana) e o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. Ao relacionarmos essas entidades, visualizamos também, como expressões delas, suas publicações representativas: *Revista Marítima Brasileira*, *Revista Navigator*, *Revista*

do Exército Brasileiro, a *Verde-Oliva*, *Revista do Clube Militar*, os livros da BIBLIEx e sua excelente linha editorial, etc.

Essa referência não é aleatória. Através de muitos anos, ainda antes de ser criado o IGHMB, aqueles historiadores escritores, que viriam a ser sócios dele, e depois, quando já eram sócios, estavam entre os mais assíduos autores de livros e artigos, prefácios e apresentações, predominantemente relativos a temas históricos, nas editoras militares; e também mas do meio civil, aí aparecendo mais o Rio de Janeiro, São Paulo e o Rio Grande do Sul.

E só nos debruçamos sobre as obras dos nossos sócios – e eles somam notável acervo bibliográfico – para constataremos quanto ele é rico em ensinamentos; todavia, infelizmente, é quase desconhecido ou, de propósito, e pouco referido.

Ainda assim, no nosso âmbito militar, e em certa área arejada civil, tais obras e seus autores têm sido apontados, aplaudidos, reeditados. Eis de passagem e como tributo a consócios que já se foram, algumas citações deles. O Instituto, como fruto de persistente divulgação (maior em tempos idos, quando o revanchismo não se instalara na imprensa) obteve os reconhecimentos do Governo Federal, em 28 Nov 1949, (Decreto do Presidente Eurico Dutra), “como órgão consultivo oficial”, e do Governo Esta-

dual da Guanabara, em 28 Nov 1973, “considerado de utilidade pública”. (Lei Estadual do Governador Chagas Freitas). Verdade é que tais afagos pouco ou nada nos têm rendido, em termos práticos; mas valem pela premiação.

Além dos antes citados, temos mantido intercâmbios: com o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), numa ligação constante, ótima e fértil, que ambos valorizamos;

EVOLUÇÃO

Nestes cerca de 70 anos, nosso Instituto não parou de produzir, que essa é a tarefa de nosso quadro social. Houve ocasiões mais vibrantes, antes menos, mas nunca houve uma estagnação.

Justo é dizer que, acompanhando certa pujança cultural brasileira – e global – nos últimos 30 anos, sensivelmente nos campos da História e correlatos, o Instituto também amadureceu, revitalizou-se. Foram produções ótimas, comprováveis em livros e folders e em publicações especializadas – nossa Revista e outras.

Sucederam-se os simpósios, congressos e similares, a pretexto do transcurso de comemorações marcantes, como as datas mais expressivas da Guerra da Tríplice Aliança, da 2ª Guerra Mundial e, nesta a atuação da FEB; e também de

fatos essenciais para o País (como nosso finca-pé na Antártica, em cujos estudos deslocaram-se os consócios, Prof Aristides Pinto Coelho e o Cel Elber de Melo Henriques).

Abrimos nossas áreas normais de estudos, pesquisas e debates, ao colocar a Estratégia e a Geopolítica nas prioridades explícitas do Instituto.

Dilatamos nossos intercâmbios culturais especializados com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras – dentre estas, a “Comissão Internacional de História Militar” (CIHM), uma entidade com sedes na Bélgica (Diretoria), Holanda (Secretaria) e Suíça (Tesouraria), componente da “Comissão Internacional das Ciências de Geografia e História Militar”, ligada à UNESCO. Nosso Instituto paga uma quantia anual (em francos suíços) – já faz alguns anos – para ser associado da CIHM, e poder participar das reuniões periódicas, sediadas alternadamente. Alguns sócios têm se mostrado interessados em comparecer pessoalmente, levando seus trabalhos sobre temas propostos ou escolhidos por eles, para apresentá-los em plenários. Tudo por conta própria, apesar do serviço que, assim, oferecem às Forças Armadas e, pois, ao País. (Como notícia, em primeira mão, neste ano poderemos ter um estudante de História, credenciado por nós, representando o Brasil)



São muitas as nações cujas Forças Armadas estão incluídas na CIHM, o que amplia os relacionamentos bilaterais; por exemplo, com Portugal, vimos tendo lucrativas trocas de informações.

Da América do Sul, somente a Argentina é parceira lá.

Outra abertura promissora prende-se ao “Curso de Especialização em História Militar Brasileira”. Trata-se da realização de velho sonho de confrades nossos, no sentido de nos aproximarmos do meio universitário, com uma proposta cheia de criatividade.

Vai para vários anos, com a vontade do Cel Macedo Carvalho e apoio fundamental do Prof Arno Welling (Presidente do IHGB e nosso consócio) e de sua esposa Profª Maria José, criou-se esse curso na UNIRIO, por convênio UNIRIO – Exército (DEP, hoje DECEX).

Cada turma se constitui por meio de seleção de candidatos, tendo o EB prioridade em metade das vagas. E o EB participa da docência, fornecendo até 2/3 dos mestres necessários (12 em 21). Uma turma tem 24 cursantes, os quais, ao término dos 18 meses com aproveitamento, recebem o Certificado de “Especialista em HMB (tudo segundo os critérios legais vigentes).

É um trabalho gratificante, também, pela capacidade de propaga-

ção da atraente novidade. Tanto que, pelo País, setores universitários têm-se mostrado interessados em criar cursos desta natureza, começando por instalar “núcleos de estudos” da matéria; o que já é uma prova de convencimento da sua atualidade e importância. Entretanto, nós, do Instituto – pelo qual o Cel Carneiro é o coordenador dos cursos, enumerando-se nisto – acompanhamos atentamente o sucesso da iniciativa, relevando-se o tratamento científico da História, de modo a torná-la mais precisa e confiável e, sobretudo, a livrá-la de explorações subalternas, de cunho político e ideológico.

Outra abertura importante e de sensibilidade foi a que possibilitou o ingresso de mulheres no nosso Instituto. Por enquanto, somente os militares.

A primeira foi nossa querida confrreira, a Major Elza Cansanção Medeiros. Ela é Febiana orgulhosa, multipremiada e condecorada. Escritora louvada, pesquisadora, historiadora, conferencista, polemista. Por isso mesmo, frequentemente solicitada a levar sua palavra ao Brasil todo e ao exterior.

Entusiasmada e vibrátil, até “inventou” um fardão “a la ABL” para usar nas sessões mais nobres.

Atualmente, temos mais duas senhoras sócias titulares, as CMG Mônica Hartz Moitrel e Edina Laura Nogueira da Gama, ambas servindo na DPHDM.

Enfim, servimo-nos, no possível, dos meios, já corriqueiros, da computação, dos seus intermináveis e insubstituíveis recursos, tanto administrativos quanto de apoio às lides acadêmicas (sessões e outras).

COMO CONCLUSÃO

Fiz um giro pela existência funcional do IGHMB.

Não poderia deixar de haver, falando quem vos fala, sintomas de muito afeto, de algumas saudades. Mas, como disse Raul Pompéia (em *O Ateenen*), “saudades verdadeiramente? Puras recordações, saudades talvez, se ponderarmos que o tempo é a ocasião passageira dos fatos, mas, sobretudo, a funeral para sempre das horas...”

Procurei pintar um quadro claro, colorido no possível, do nosso Instituto. Se não tiver conseguido, creiam-se ser deficiência do orador, não do Instituto, que é uma casa do mais alto nível mental, pelo somatório vibrante dos seus sócios e colaboradores. Portanto, pelas fortes e úteis contribuições que têm dado ao País, no campo quase inesgotável de sua especialidade: a Geografia e a História, nos seus enfoques militares.

O compromisso é empolgante.

Aqui, procuramos ter permanentemente em vista, para nossa certeza e motivação, que – como disse o

Cel Souza Docca – “a História Militar do Brasil é uma lição edificante de civismo, de defesa constante da liberdade, de anos inextinguível pela Pátria, de desprendimento no mais alto grau de lealdade a toda prova, de manutenção da integridade nacional sem esmorecimentos, de respeito pela ordem civil, de garantia da ordem social; e, porque assim é feita, ela é o mais forte, o mais sugestivo e o mais lindo de nossos brevíssimos cidadãos”.

Pois bem, para cuidar dela com elevado zelo e responsabilidade, enxergar ele, também, que “o IGHMB é uma ideia em marcha e tem, a impulsioná-la, nosso idealismo, nossa fé, nossa esperança, nosso amor ao Brasil”.

Há mais de sete décadas, estava traçada a trilha programática do Instituto. Temos nos mantido nela, cuidando, com entusiasmo e competência, com dedicação e consciência, da bonita tarefa que hoje está nas nossas decisões e nos nossos procedimentos.

Aprendemos com o passado e trabalhamos nesta atualidade, para continuarmos nos desincumbindo diretamente dos exigentes encargos que recebemos.

Cada um de nós, a seu tempo e à sua maneira, fizemos por cumprir a honrosa missão. É como nos sentimos hoje, nesta sessão prestigiada por tão distintas presenças, que assinalamos agradecidos. ●

Estados, soberania e autodeterminação

Manuel Cambeses Júnior³

O Século XIX viu o surgimento dos últimos grandes Estados. Neste século não somente Alemanha e Itália fizeram seus aparecimentos no cenário mundial, mas, também, os Estados Unidos puderam realizar seu destino manifesto, transformando-se em um grande Estado continental.

O Século XX, entretanto, conseguiu evidenciar as máximas expressões de estadolatria, com o aparecimento do fascismo e do comunismo, e, também, de importantes Estados surgidos do desmembramento dos impérios coloniais.

Acrescente-se que durante os 50 anos que durou a Guerra Fria, o mundo girou em torno de um sistema de relações interestatais centrado em dois grandes Estados. A última década daquele século, entretanto, transformou-se na era do ocaso dos Estados.

Em nenhum momento da evolução histórica da humanidade os Estados encontraram-se em tal condição de desprestígio. O novo Direito Internacional aponta para concepções tais como: direito de ingerência, tutelas supranacionais, direitos humanitários e soberanias limitadas; todos os quais coincidem no desconhecimento da primazia estatal dentro da ordem internacional.

Por outro lado, o fenômeno da globalização vai carcomendo implacavelmente as funções dos Estados e as identidades sobre as quais estes se assentam, ao mesmo tempo em que o fenômeno étnico e os fundamentalismos vão escavando suas bases de sustentação.

Observa-se que o poder que anteriormente os Estados detinham atualmente tendem a fluir em três direções distintas: para cima, orientado

³ Coronel-Aviador, sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

aos organismos supranacionais e coletivos; para os lados, em direção às organizações não governamentais e, finalmente, para baixo, dirigido a regiões cada vez mais autônomas.

Particularmente chamativo é o duplo processo de desmontagem que se opera sobre o Estado, desde as instâncias da globalização e do fundamentalismo. Sob o influxo da globalização, os Estados vão se desfazendo de boa parte das funções que os caracterizavam, adentrando em processos de privatização e abandono de serviços públicos. Cada vez menos, os Estados se distinguem das corporações privadas e, cada vez mais, vão se regendo pelas mesmas normas de competitividade.

Os cidadãos, crescentemente desassistidos e ansiosos, observam como ao seu redor tudo passa a reger-se pelas exigências e pela ética do capital privado. A inevitável erosão da lealdade do cidadão para com o Estado vê-se reforçada com o desgaste da identidade nacional que a globalização traz em seu bojo. É o resultado inevitável da homogeneização planetária.

De alguma maneira, o fenômeno globalizador vai pressionando, de cima para baixo, o Estado, através de uma intensa ação asfíxiante. A única resistência capaz de interpor-se a essa ação devastadora e implacável é representada pelos núcleos de identidades

subsistentes, ou seja, os fundamentalismos e os etnicismos desatados, que conspiram sistematicamente contra os Estados, destruindo seus alicerces.

Paradoxalmente, a crise do Estado tem vindo acompanhada do surgimento indiscriminado de novos Estados. Somente do desmembramento da União Soviética, da Iugoslávia e da Checoslováquia surgiram 22 Estados independentes.

Porém, não foi somente no velho bloco socialista que se produziu este fenômeno. Países centrais dentro do mundo ocidental, como Canadá e Bélgica, confrontam a mesma ameaça. O porquê deste fenômeno está intimamente ligado à própria crise do Estado. Quatro elementos centrais explicariam o processo em marcha:

Primeiramente, os núcleos radicais de identidade que buscam conformar Estados que atendam às suas particulares características.

Em segundo lugar, a possibilidade de encontrar, em nível planetário, os elementos de complementariedade e integração que davam sentido ao Estado. Em outras palavras, na medida em que os Estados se integraram globalmente, e deixaram de ser unidades de autossustentação, torna-se possível que suas regiões componentes possam aspirar a uma existência independente.

Em terceiro lugar, o próprio fato de que o êxito na economia global não é determinado pela quantidade de recursos naturais, mas sim pela qualidade de seus recursos humanos. Os segmentos e regiões mais avançados do interior dos Estados começam a ver, como uma carga desnecessária, os territórios e porções sociais mais atrasados, buscando desvencilhar-se deles.

Em quarto lugar, sob a proteção dos organismos de segurança coletiva e

do novo Direito Internacional, já é possível a subsistência de Estados débeis, tornando-se desnecessário o escudo protetor dos Estados mais fortes.

Em síntese, hodiernamente, a crise que os Estados enfrentam é a própria fonte de sua proliferação, ou seja, os Estados ampliam-se em quantidade, porém significam cada vez menos em termos de soberania e autoterminação. ●



“A crise do Estado tem vindo acompanhada do surgimento indiscriminado de novos Estados. Somente do desmembramento da União Soviética, da Iugoslávia e da Checoslováquia surgiram 22 Estados independentes.”

História política, história social e história militar: três histórias em busca de um eixo teórico-metodológico comum

Renato Jorge Paranhos Restier Junior⁴

Marcello José Gomes Loureiro⁵

INTRODUÇÃO

Pretendemos com este artigo destacar, de forma simplificada, os novos procedimentos teóricos e metodológicos na produção do conhecimento histórico que oferecem aos cientistas sociais e historiadores um instrumental amplo para a atuação na pesquisa em história militar.

Muito embora o estudo da guerra tenha longa tradição, iniciando-se com Heródoto e Tucídides, há alguns anos é possível verificar um grande incremento nas pesquisas relativas à História Militar no Brasil. Por exemplo, importantes pesquisadores têm direcionado seus enfoques para a produção acadêmica nesse

sentido, bem como centros de referência acadêmica têm produzido dissertações e teses nesse campo do saber. O próprio mercado editorial indica o crescimento do interesse acerca da área.

Em razão das aproximações que a História estabeleceu principalmente com a teoria social e com a antropologia, novas abordagens têm sido aplicadas à historiografia militar. Por exemplo, no que se refere ao estudo da guerra, é possível reter atenção nos espaços de conflito, nas opções geoestratégicas, na logística, nos recursos tecnológicos, nas relações entre líderes e liderados, nas culturas políticas, imaginários, identidades e sentimentos dos combatentes, etc. Enfim, multifacetados enfoques temáti-

⁴ 1º Tenente da Marinha, sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

⁵ Capitão-tenente da Marinha, sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



cos refinam a produção textual e o debate decorrente.

Em síntese, atualmente a história militar procura estudar o fenômeno militar sob uma nova ótica, em que os diversos fenômenos relacionados à guerra são integrados em uma compreensão analítica, contrapondo-se a um modelo tradicional que privilegiava o estudo técnico das grandes batalhas, narradas de forma descritiva, memorialista e centrada no culto aos grandes heróis. A historiografia militar tradicional não concebia o militar e as instituições militares dentro dos contextos social, cultural, psicológico, geográfico, receptor e agente transformador. Desconsiderava o diálogo constante com as correntes de um todo social, e sem qualquer problematização.⁶ A história militar, tal como a história política, foi durante algum tempo marginalizada em função de seu rótulo de história meramente factualista. Não seria justo condenar a história militar como a única que produziu ou que deu origem à história factual, logo não é também correto afirmar que suas mudanças

hoje são singulares em relação aos outros campos da história.

UMA NOVA HISTÓRIA POLÍTICA

A importância de dedicarmos uma passagem neste artigo à história política se deve ao fato de que, durante um grande período, especificamente no século XIX, os fenômenos militares eram tratados somente na esfera dos fenômenos políticos. A *guerra* era entendida apenas enquanto um instrumento da política. Esta perspectiva, interpretada das teorias de Karl von Clausewitz em sua obra *Da guerra*, influenciou diversos estudiosos da teoria da guerra, da história política, da história diplomática e demais campos do conhecimento relacionados aos fenômenos militares.⁷ Segundo Fuller, a maior contribuição de Clausewitz foi “*sua insistência nas relações da guerra com a política*”.⁸

A impossibilidade de desvincular a guerra dos fenômenos políticos fez com que as críticas à história política fossem também dirigidas aos estudos dos fenômenos militares. Sendo estes parte da política, ou a política por outros meios, a história militar foi tão ne-

⁶ CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*.

⁷ Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 23 e 26.

Karl von Clausewitz foi um teórico militar prussiano do século XIX que teve sua principal obra, *Da Guerra*, publicada *post mortem*.

⁸ FULLER, John Frederick Charles. *A Conduta da Guerra: estudo da repercussão da Revolução Francesa, da Revolução Industrial, da Revolução Russa, na guerra e em sua conduta*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002, p. 65.

gligenciada quanto a história política nos movimentos de renovação da primeira metade do século XX.⁹

Sabemos que o conhecimento histórico, construído na febre científicista do século XIX, passou por uma série de transformações na primeira metade do século XX com a *École des Annales* e no decorrer de suas gerações.¹⁰ Segundo Peter Burke pode-se dividir o movimento dos *Annales* em três fases:

Em sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os rebeldes apoderaram-se do establishment histórico. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma ‘escola’, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura e novos métodos especialmente a ‘história serial’ das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel.¹¹

A terceira fase, iniciada por volta de 1968, se caracteriza, segundo Burke, pela fragmentação. A influência

do movimento cresceu tanto que perdeu “*much of its specificities anteriores*”.¹²

Era uma ‘escola unificada’ apenas aos olhos de seus admiradores externos e seus críticos domésticos, que perseveravam em reprovar-lhe a pouca importância atribuída à política e à história dos eventos. Nos últimos vinte anos, porém, alguns membros do grupo transferiram-se da história socioeconômica para a sociocultural, enquanto outros estão redescobrimdo a história política e mesmo a narrativa.¹³

Além da influência dos *Annales*, apontamos ainda o marxismo e o estruturalismo enquanto modelos explicativos hegemônicos responsáveis por manter a história política no “porão”, expressão formulada por Michel Vovelle.¹⁴ Nesses modelos, os fatores econômicos e sociais determinam o político.

Destacamos ainda a questão da temporalidade. Os fenômenos políticos entendidos enquanto fenômenos de curta duração, eventual, o tempo do “fato”, não se enquadravam na longa duração braudeliiana.

⁹ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales – 1929-1989 A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991, p. 17-22.

¹⁰ Para uma análise das teorias científicistas do século XIX ver o capítulo III intitulado *A temática do cientificismo* da obra *A Invenção da História* do professor Arno Wheling.

¹¹ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales – 1929-1989 A Revolução Francesa da Historiografia*. op. cit., p. 12.

¹² *Ibidem*, p. 13.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ SIRINELLI, Jean-François. “De la demeure à l’agora. Pour une histoire culturelle du politique”



Apesar das críticas, os fenômenos políticos nunca deixaram de ser tratados, mesmo na historiografia francesa. O próprio Marc Bloch não deixou de produzi-lo, como observam Guenée e Sirinelli ao se referirem ao livro *Os Reis Taumaturgos*.¹⁵ Segundo o historiador Ronaldo Vainfas, a história oitocentista sofreu com o esteriótipo criado pelos *Annales*.

No entanto, vale dizer que os combates de Bloch e Febvre e o movimento historiográfico que estimularam nos anos 20 foram em parte injustos com a historiografia do século XIX e mesmo com a que havia no início do século.¹⁶

Se por uma lado, ainda na reflexão de Vainfas, houve um historiador como Rancke, e se podemos dizer realmente que marginalizou “o que se poderia chamar de história sociocultural”, inúmeros historiadores “do século XIX e início do XX deram contribuição inestimável à renovação dos estudos historiográficos”.¹⁷ Vainfas está se referindo aos estudos de

Burkhardt sobre o Renascimento em 1860; Edward Gibbon com a história sociocultural do império romano; Michelet e seus trabalhos sobre o Renascimento e sobre a atuação popular na Revolução Francesa; Henri Sée em sua análise econômica sobre o Antigo Regime e, obviamente, Fustel de Colanges e seu clássico *A Cidade Antiga*, tratando da religião e da família na Grécia Antiga.¹⁸

No final do século XX houve o “retorno” da história política. Além do recuo do estruturalismo e do marxismo na década de 1970, a própria redefinição do objeto da história política contribuiu para a sua revalorização. O Estado continua sendo um dos principais objetos da história política, contudo este campo da história não se limita ao Estado e suas manifestações. Podemos apontar como objetos da história política a cultura política, as ideias e representações políticas; os fenômenos de crenças e de transmissão de normas e valores políticos; a prosopografia política representa um fértil campo de estudos; as biografias, compreendendo a necessidade de rela-

¹⁵ GUENÉE, Bernard e SIRINELLI, Jean-François. “L’histoire politique” in BÉDARIDA, François (dir.). *L’histoire et le métier d’historien em France 1945-1995*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 1995, p. 301-302.

¹⁶ VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural” in CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.131.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem, p.132.

cionar tempo e espaço com o indivíduo; as instituições políticas e suas dinâmicas internas e externas; enfim, um universo de possibilidades de estudos.

Assim, enquanto a História Política do século XIX mostrava uma preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos ‘grandes homens’), já a Nova História Política que começa a se consolidar a partir dos anos 1980 passa a se interessar também pelo ‘poder’ nas suas outras modalidades (que incluem também micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, e assim por diante!).¹⁹

Trabalhando com novos objetos de estudo e fazendo uma (re)análise dos antigos, abordando-os sob novas perspectivas, a história política e os demais campos se reavaliam e se revigoram.²⁰ Dessa sorte, entendemos que a história “*é a história do homem, visto como um ser social, vivendo em sociedade*”,²¹ contrapondo a possibilidade de compreender as ações dos homens sem a consideração dos vários fatores constitutivos de um todo social que terão relação direta ou indireta com o objeto a ser analisado.

Como afirma Rémond, a “(...) *renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas*”.²²

Portanto, buscar entender uma esfera de poder sem compreender, por exemplo, a cultura política do grupo social em questão, a análise terá muitas lacunas. Os fenômenos históricos não são estanques, mas sim constituídos por uma série de fatores (sociais, psicológicos, políticos, econômicos, etc) que se relacionam. Perder de vista esta relação compromete o resultado da pesquisa.

APROXIMAÇÕES COM A TEORIA SOCIAL

Se a história é tecida por homens, não é viável excluir da análise as orientações valorativas que permeiam uma determinada sociedade. Não é possível compreender as relações entre homens, no tempo, desvincilhando-se da dinâmica social em que estão inseridos e que atualizam. Especificamente para o caso militar, não é possível examinar fenômenos bélicos por eles mesmos, de forma totalmente abstrata, como se a sua na-

¹⁹ BARROS, José D’Assunção, *O campo da história: especificidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

²⁰ *Ibidem*, p. 106-109.

²¹ BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 48.

²² RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*, op. cit., p. 29.



tureza não estivesse pautada em sujeitos sociais. A aproximação da história com a teoria social contribui justamente para minimizar esta lacuna, frequente no que atualmente se denomina (pejorativamente) de história tradicional.

É preciso registrar que a própria história social transformou-se muito nos últimos anos. Durante décadas, o conceito estrutural de *classe* fez com que os historiadores e sociólogos praticamente ignorassem os sujeitos sociais. Entretanto, sobretudo durante os anos 1970, com o intuito de restringir o papel da estrutura na explicação historiográfica, a micro-história italiana inventou uma forma de valorizar o indivíduo. Impossibilitada de isolar completamente o indivíduo para engrandecê-lo, ela o colocou como a síntese de todo um conjunto articulado de redes sociais, permitindo verificar, a partir da redução de escala, dentre outros aspectos, a mobilidade social e as suas formas de interação.

Nesse sentido, foi o antropólogo norueguês Fredrik Barth quem resolveu inicialmente a dicotomia micro *versus* macro. Considerou que os sujeitos sociais são agentes que carregam um determinado sistema de normas ou de valores, ou seja, sua própria cultura, condicionante de suas escolhas e de suas estratégias so-

ciais. Em última análise, considerou que os sujeitos são sínteses do sistema valorativo que portam, bem como dos diversos papéis sociais que podem assumir em sua comunidade. Cada papel permite, em decorrência, que muitas relações sociais sejam tecidas, de modo que um sujeito representa sempre o ponto de encontro de diversas redes. Em termos práticos, um militar o é pelo tipo de relações que estabelece com outros.

Fugindo de um modelo difusionista, Barth procurou criar o que chamou de uma “*antropologia do conhecimento*”.²³ Conhecimento, nesse caso, é a própria prática social, traduzida em estratégias orientadas pelos recursos disponíveis para um agente social qualquer. A ação social que costuma trazer resultados favoráveis para o indivíduo é o que acaba por orientar (valorativamente) a prática subsequente. A prática social vai degenerando a orientação valorativa escrita, o direito positivado, de modo que o sistema normativo se adapta constantemente aos aspectos consuetudinários. Assim, há uma dinâmica na sociedade.

Para Barth, a ação social é sempre o resultado de escolhas e estratégias, que são conformadas, por sua vez, a partir dos recursos (econômicos, cognitivos, viáveis graças às alianças com vizinhos,

²³ BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador ...* op, cit., p. 143-146.

etc.) e contradições existentes no sistema de valores; em outras palavras, cada agente social, no momento em que se apresenta em uma relação e estabelece um laço social, dispõe de recursos, compromissos e uma visão de mundo que enformam as suas estratégias e escolhas.²⁴ É interessante perceber como os atores de um determinado grupo social compartilham frequentemente o mesmo comportamento porque possuem valores que modulam de modo similar as suas escolhas.

Se todas as relações sociais são regidas por normas, tais normas, por sua vez, podem ser resgatadas nas próprias ações sociais. Esse corolário é que permite a passagem do micro para o macro e vice-versa.

Para Barth, o termo *sociedade* pode ser perigoso na análise, posto que indica homogeneidade. Não custa insistir que existem fraturas e contradições internas no sistema de normas. Sociedades, portanto, são sistemas desordenados.²⁵ Barth assim rejeita a ideia de uma estrutura imóvel, que permeia toda a sociedade. Sua noção de “*processo generativo*” é exatamente isso: a redefinição incessante das ações sociais articuladas com as fraturas do sistema normativo.

Desse modo, extremamente dinâmica é a forma como Barth pauta as relações indivíduo/ sociedade. Ele lembra que um sujeito vive distintos papéis sociais em sua comunidade. Cada papel social experimentado, permite que ele se insira em diversas redes sociais, estabelecendo os mais variados vínculos. Quando se partilha o indivíduo nesses papéis, o que somente é possível com a redução da escala, é que se percebe quantas redes nele se cruzam. Por isso, o historiador italiano Carlo Ginzburg lembra que um nome é, em última instância, uma relação social, porque muitas hierarquias se cruzam em um indivíduo, sempre detentor de vários status simultaneamente.²⁶ Assim, os sujeitos sociais nunca podem ser percebidos de forma isolada, posto que representam o ponto de encontro de diversas redes sociais. Com base nesta premissa, Ginzburg investigou as relações sociais do moleiro Menocchio e Giovanni Levi, as famílias do Piemonte.²⁷ Esta é a metodologia micro analítica: por um indivíduo, imerso em redes, percebe-se uma sociedade.

²⁴ Ibidem, p. 7-22.

²⁵ Ibidem, p. 169-172.

²⁶ GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, in GINZBURG, Carlo.

²⁷ *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro, 1991, p. 168-178, especialmente p. 172-174. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 e LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcionista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.



São também as redes sociais que modulam o comportamento desses indivíduos. Todas essas redes se apresentam no momento de sua ação social. A ação pode então ser considerada uma estrutura, porque por detrás dela há grande complexidade de forças envolvidas.²⁸

Um conceito utilizado por Barth e que se mostra fundamental para a análise das sociedades militares é o de *fronteira* entre grupos.²⁹ Há elementos que são intocáveis no sistema de valores de uma sociedade. Atualmente, nas Forças Armadas, hierarquia e disciplina. Dois valores que não estão em jogo; não podem ser flexibilizados, posto que são a essência do negócio. A microanálise, com a lupa, ajuda a perceber o que está ou não em jogo. Por isso, nesse ponto é útil o conceito de *fronteira*. Um retrato mais fiel da *fronteira* se concretiza quando se definem os elementos que estão em jogo e os que não estão. Ela tem regras que definem justamente a flexibilidade das relações sociais.³⁰ A ideia de *fronteira* parece-nos muito importante em dois casos.

Em primeiro lugar, a *fronteira* intransponível se presta para formar as identidades dos grupos. Valores não compartilhados distinguem grupos, criando assim

identidades pela diferença. Além de criar identidades, as *fronteiras* intransponíveis têm ainda uma segunda função: elas estão internalizadas por todos os grupos, o que faz com que cada um saiba o seu devido lugar na hierarquia social. Tal é a origem da polidez, fundamental na conservação da sociedade. A internalização das fronteiras étnicas cria um código mínimo, um idioma comum, ou, noutros termos, uma orientação valorativa geral, que cola o grupo, fazendo com que cada indivíduo assuma uma noção de pertencimento. Assim, é a internalização da noção de *fronteira* que faz com que um pelotão se apresente unido, ainda que internamente cada indivíduo tenha suas idiossincrasias, ou mesmo discorde intimamente das determinações de seu comandante. Há algo maior, que traz unidade ao grupo. A utilidade desse conceito para a análise é óbvia.

A micro-história italiana, entretanto, apresenta ao menos três problemas para a análise historiográfica. O primeiro problema desse tipo de abordagem advém da dificuldade existente em se generalizar conclusões. Podemos indagar, por exemplo, com que frequência ocorre um determinado fenômeno observado. É normal ou excepcional?³¹ Um outro problema é que a micro

²⁸ Ibidem, p. 172-177.

²⁹ Ibidem, p. 25-67.

³⁰ Ibidem, p. 33-35 e p. 47-49.

³¹ BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Unesp, 2002, p. 61-66.

-história é um ótimo método para pesquisar uma sociedade e a sua funcionalidade. Reduzindo-se a escala, enfatiza-se a dinâmica na sociedade, por meio da reconstituição das trajetórias de alguns de seus indivíduos. Contudo, parece complicado perceber a dinâmica da sociedade em seu conjunto. O último problema encontrado na utilização da metodologia micro analítica é a dificuldade de rastrear redes clientelares na documentação disponível para a pesquisa.

Assim, muitas vezes, conforme casos específicos, a utilização de outros suportes teóricos pode ser consideravelmente pertinente. Por exemplo, as teorias advindas dos escritos do sociólogo alemão Norbert Elias. Indagações acerca de conceitos-chave para a teoria social, como estrutura, evento, sociedade, ação social e mudança social agregaram valor às reflexões, possibilitando uma compreensão mais refinada do envolvimento dos sujeitos sociais analisados com a sua sociedade e, em última análise.

Muito do que Elias escreveu parece, antes, ter sido anunciado pelo sociólogo (também alemão) Georg Simmel.³² A perspectiva de sociedade lançada por Sim-

mel é bastante interessante. Ele considera sociedade uma “(...) *abstração indispensável para fins práticos*”,³³ que “(...) *significa a interação psíquica de indivíduos*”.³⁴

Em suas análises, tudo parece ter origem no ser humano: só que não na sua soma, e sim na sua interação. O próprio Simmel explica:

Mas a sociedade, cuja vida se realiza num fluxo incessante, significa sempre que os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si e pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros.³⁵

Isso significa, em primeiro lugar, que os indivíduos agem sobre si mesmos, causando influências mútuas uns nos outros. Depois, os indivíduos possuem uma herança, uma carga histórica que condiciona valores disponíveis em sua cultura. Não é de surpreender, então, que Simmel a todo o momento se apoie no método indutivo, tendo em vista que sua base é o indivíduo, em interação.³⁶

O que poderíamos questionar é se esta “carga histórica”, verdadeira heran-

³² Alguns sociólogos brasileiros consideram Elias tributário de Simmel. É o caso de WAIZBORT, Leopoldo. “Elias e Simmel”, in NEIBURG, Frederico *et al.* *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, p. 89-111.

³³ Cf. SIMMEL, Georg. *Questões Fundamentais da Sociologia: Indivíduo e Sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 8.

³⁴ Cf. *Ibidem*, p. 15.

³⁵ Cf. *Ibidem*, p. 17.

³⁶ *Ibidem*, p. 21.



ça dos indivíduos, não é uma espécie de estrutura, ainda que apenas existente no sistema de mentalidades, como instância abstrata que orienta a ação social.

Para o autor, “*a sociedade não é, sobretudo, uma substância, algo que seja concreto em si mesmo. Ela é uma acontecer que tem uma função pela qual cada uma recebe de outro ou comunica a outrem um destino e uma forma*”.³⁷ Não há, portanto, estrutura, a sociedade simplesmente acontece sobre essas interações. O que viabiliza essas interações, ou, em outras palavras, a própria sociedade, são os fundamentos mais simples e mais primitivos presentes na cultura.³⁸ O que parece ser o mesmo que dizer que as pessoas se associam na mediocridade. A mudança é aristocrática, porque vem de cima.

O indivíduo pode se destacar na massa, desde que não se aproprie do simples, mas sim do complexo. “*A razão do apreço pelo novo e pelo excepcional reside ‘na sensibilidade para a diferença’ que há na constituição de nosso espírito*”.³⁹ O que movimenta a história é a diferença entre as pessoas. A ação social só parte da diferença.

Ainda que nos pareça efetivamente complicado sustentar uma pesquisa tendo como base uma teoria social que desconsidera a existência de uma estrutura social, especialmente quando o que pode estar

em foco é uma sociedade militar, não se deve negar as contribuições de Simmel, por exemplo, para o estudo da liderança ou para o estudo das transformações ocorridas no âmbito de uma Força Armada.

Muito embora a perspectiva de Simmel seja tentadora, posto que enfatiza a interação dos indivíduos, amalgamando-os com a abstrata noção de sociedade, é difícil imaginar a ausência total de uma estrutura, mesmo que existente somente no plano das mentalidades, como valores herdados historicamente, que condicione essa mesma interação social.

Elias traz contribuição mais sofisticada, porque mantém a interação proposta pela sociologia de Simmel, sem perder totalmente de vista a noção de estrutura. A sociedade na concepção de Elias é a dos indivíduos, de modo que em termos práticos não é possível separar o indivíduo da sociedade. Ele se aproxima de Simmel ao falar que a “*sociedade acontece*”. E se hoje ela é dos adultos, amanhã será das crianças atuais, o que faz dela um fluxo contínuo.

Deve-se considerar ainda que a sociedade se constitui nas “*teias reticulares*” (redes) em movimento relacional. Simmel e Elias afirmam que o indivíduo só existe nas relações. Em outras pala-

³⁷ Ibidem, p. 18.

³⁸ Ibidem, p. 41.

³⁹ Cf. Ibidem, p. 45.

vras, só há um soldado se houver um general, ou líder se houver liderado, e vice-versa. Na obra de Elias, fica claro que é a sociedade (e a sua história) quem determina o que é o indivíduo, posicionando-o em seu devido lugar. Este lugar, dado pela estrutura social, é basilar para a compreensão do papel do indivíduo na sociedade. E, o que é mais interessante e promissor para as pesquisas em história militar, tal indivíduo não desaparece ante as estruturas. É o próprio sociólogo quem melhor nos explica:

Até a função social do escravo deixa algum espaço, por estreito que seja, para as decisões individuais. E, inversamente, a possibilidade de um rei ou general influenciar seu destino ou de outrem por suas qualidades pessoais costuma ser incomparavelmente maior do que a dos indivíduos socialmente mais fracos de sua sociedade. O alcance das decisões tomadas pelos representantes dessas funções de destaque torna-se imenso em certas situações históricas. E, para eles, a forma e a extensão da margem individual de decisão pode variar consideravelmente, conforme a adequação e a estatura pessoais do ocupante da função. Aqui, a margem de decisão é não apenas maior,

como também mais elástica; nunca, porém, é ilimitada.³⁹

Ou seja, cada lugar social é compatível com um quadro de possibilidades próprio que oferece escolhas aos indivíduos. Esse quadro é dado pela estrutura. Mas as escolhas também são moduladas pela estrutura, ou, melhor ainda, pela relação dos indivíduos com essa estrutura. Toda essa estrutura é também conformada pela sua própria historicidade. Por isso é falaciosa a tentativa de separação entre estrutura e indivíduo.⁴⁰ Noutros termos, a partir de Elias, é preciso ter sempre em mente que não apenas gerais, mas também soldados têm escolhas, limitadas, por óbvio, por seus respectivos lugares sociais.

Norbert Elias, ao analisar uma cidade inglesa que recebeu o nome fictício de *Winston Parva*, investiga como se processa o fato de grupos se autorrepresentarem como melhores que outros. Diferentemente de Parsons, que defendia que quanto mais recortado o objeto, menor a contribuição teórica da obra produzida, Elias mostra que os estudos

³⁹ Cf. ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Organizado por Michael Schroter; tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 49-50. As considerações de Elias fazem lembrar as de Ginzburg: “(...) da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”. Cf. GINZBURG. *O Queijo...* op. cit., p. 25.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 13-60.



microsociológicos são importantes, posto que a redução de escala permite a observação de fenômenos sociais que poderiam passar despercebidos se a análise fosse conduzida de maneira distinta.

Um dos aspectos que torna esse trabalho interessante é que, em termos gerais, pautando-se apenas nos indicadores socioeconômicos usuais, Parva era homogênea. Mas os que ali moravam não a viam assim.

A principal razão dessa diferença de visão está no fato de os chamados estabelecidos se considerarem melhores que os outsiders e, esses, de fato, inferiores.⁴² *Estabelecidos* eram o grupo mais antigo da cidade, os que se autopercebiam e eram reconhecidos como a “*boa sociedade*”, ou seja, o que havia de melhor naquela cidade. Dispunham de termos próprios que classificavam e ofendiam os outsiders.⁴³ Pertencer ao grupo dos *estabelecidos* significava, antes, sujeitar-se às normas deste grupo, obedecendo a uma figuração social específica. Não ter contato com *outsiders* era uma dessas normas.⁴⁴ O que trazia identidade ao grupo dos estabelecidos era o seu “*estoque de lembranças*”.⁴⁵

Os *outsiders* eram vizinhos que chegaram posteriormente à cidade de Parva e que possuíam uma coesão grupal menor, se comparados aos *estabelecidos*. Ameaçavam transformar as identidades dos *estabelecidos*, ou seja, as relações e a autoimagem deles. Em outras palavras, as ações dos *outsiders* eram vistas como um ataque ao “*ideal do nós*”.⁴⁶ Se um dia se tornassem *estabelecidos*, estaria concretizada a mudança social.

Seria interessante, por exemplo, refletir como essa relação estabelecidos *versus* *outsiders* se processa quando novos voluntários (ou *outsiders*) são absorvidos em forças militares; ou quando exércitos são incorporados ou dominados por outro, que se considera, desde então, estabelecido.

Para Elias, há então uma figuração em que cada grupo tem uma imagem de si e do outro. Para que um grupo coloque um rótulo sobre o outro, é necessário que haja um desequilíbrio de poder entre os dois.⁴⁷

Em sua análise, indivíduo e sociedade são instâncias inseparáveis: até a consciência do indivíduo é o resultado do que seus pares pensam dele, definin-

42 ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, p. 20.

43 Ibidem, p. 27.

44 Ibidem, p. 26.

45 Ibidem, p. 38.

46 Ibidem, p. 45.

47 Ibidem, p. 23.

do-se na relação social: “*A autoimagem e a autoestima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele*”.⁴⁸ Por isso que Elias fala de autorregulação, um modo de manter a imagem. A opinião grupal sobre um indivíduo exige o seu autocontrole, uma coerção interna, derivada do “*ideal do eu*” (autoimagem) na sua relação com o “*ideal de nós*”. Se a sociedade é dos indivíduos, razão por que o “*ideal eu*” não pode estar dissociado do “*ideal nós*”, toda sociedade está em risco de desaparecer ou de se transformar na hipótese de mudança social.

Quando se estuda o encontro de duas sociedades ou grupos a partir da guerra que se estabeleceu entre eles, é preciso ter ao menos duas preocupações em mente. Primeiro, é necessária forte relativização. Peter Burke alertou para os riscos de se comparar sociedades. Enfatizou que não se pode pensar em estágios de evolução, como se uma sociedade fosse melhor que a outra. Analogamente, é mandatório ter cautela para não se promover um etnocentrismo.⁴⁹

Um segundo risco em que a pesquisa sobre conflitos bélicos pode fre-

quentemente incorrer é o de assumir como premissa que os homens envolvidos agem exclusivamente pela vontade de ganho e poder, vontades, neste caso, inerentes à natureza humana. Ora, muito óbvio seria se essa fosse uma de suas conclusões. Tanto que normalmente guerras são explicadas por razões econômicas. Contudo, seria possível compreender a ação humana a partir de outras categorias, senão pelo autointeresse?⁵⁰

Por meio de diálogos com o historiador grego Tucídides, autor da famosa *História da Guerra do Peloponeso*, o antropólogo norte-americano Marshall Sahlins, da Universidade de Chicago, levanta questões fundamentais que permeiam as reflexões antropológicas e historiográficas da contemporaneidade.

Propondo uma abordagem interdisciplinar, Sahlins examina o valor do conceito antropológico de cultura, pautado na tríade parentesco, mito e rito, para a análise historiográfica e vice-versa. Para o antropólogo, a origem dessa separação está no modelo historiográfico inaugurado pelo historiador grego Tucídides, em que se destacam dois problemas centrais.

⁴⁸ Cf. Ibidem, p. 40.

⁴⁹ BURKE, op. cit. p. 43-45

⁵⁰ Burke indica como uma dessas possibilidades a introdução da psicologia nos estudos historiográficos. Para ele, a psicologia pode contribuir, dentre outras coisas, para libertar os historiadores do senso comum da natureza humana. No Brasil, tal sugestão parece não ter sido bem aproveitada. Sobre este ponto, consultar: BURKE, op. cit. p. 163-164.



Primeiro, ao defender o completo relativismo cultural, Sahlins acaba por considerar que o recorte, a narrativa e a inteligibilidade dada aos fatos são invenções do historiador. Para Sahlins, ainda hoje a noção que os historiadores têm de movimento histórico está errada, simplesmente porque não consideram as relações que as coisas mantêm.

Segundo, Tucídides entendeu que os seres humanos são automotivados, substituindo assim cultura pela noção problemática de natureza humana. Sua visão praticamente coloca um animal e um homem no mesmo patamar. Tucídides, de fato, ignorou a cultura: os seres humanos têm motivações naturais e, portanto, idênticas, constantes e históricas. A guerra, dessa sorte, estaria sempre explicada pelas características da natureza humana, sem sua história precisasse ser narrada. Nas palavras de Sahlins,

É bastante impressionante em Tucídides a lista de práticas culturais e de instituições que, de uma maneira ou de outra, estão sujeitas à natureza humana, quer suplantadas por ela, quer dependendo dela para suas próprias características. A lista inclui parentesco, amizade, afiliação étnica, império e instituições sociais tradicionais em geral; os deuses, o sagrado e religião em geral;

e, não menos importante, a linguagem, o significado das palavras em geral. Todas essas coisas são nada em comparação com os desejos humanos...⁵¹

Para Sahlins, ao contrário, toda análise precisa levar em conta as relações que um determinado objeto mantém. No primeiro capítulo de seu livro, “*A Guerra da Polinésia com apologias a Tucídides?*”, defende que Esparta e Atenas, tradicionalmente considerados “*antitipos históricos?*”, não existiram por si só do modo como os historiadores as conhecem, mas sim “*por meio de uma dialética complexa que interligava suas condições internas a suas relações mútuas. Dinamicamente interconectadas, eram então constituídas de forma recíproca?*”.⁵² Esparta inventou Atenas e vice-versa. Se compararmos Atenas com outra cidade, teremos outra Atenas. Elas não possuem sentido de forma imanente. A análise precisa, portanto, ser relacional.

Para Sahlins, os historiadores não trabalham com a ordem simbólica existente em uma sociedade. São capazes de isolar aspectos econômicos, políticos e sociais como se uma determinada realidade pudesse ser sintetizada apenas em indivíduos e sociedade. Sendo empiristas, os historiadores não criam modelos para compreender a realidade.

⁵¹ Cf. SAHLINS, Marshall. *História e Cultura. Apologias a Tucídides*. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 116.

⁵² *Ibidem*, p. 23-120. Citação na p. 71.

No capítulo intitulado “*Cultura e ação na história*”, perseguindo suas reflexões sobre evento e estrutura, Sahlins discute a natureza da dinâmica da histórica ao questionar se é o indivíduo ou a coletividade o verdadeiro agente da história.⁵³ Para ele, “*em termos amplos, a sugestão é que as coletividades estão para as tendências assim como os indivíduos estão para os eventos; em outras palavras, que a escolha de sujeitos históricos depende do modo de mudança histórica*”.⁵⁴ Assim, o coletivo é o sujeito histórico quando a mudança se dá de maneira gradativa, em longo prazo; no caso de mudanças eventuais, o indivíduo é o personagem principal. Como no exemplo do futebol americano, o indivíduo precisa estar no local certo e na hora certa para ter condições de potencializar a sua ação na história.⁵⁵ Há, então, uma simbiose entre evento e estrutura, ou indivíduo e sociedade.

Acerca das possibilidades de imbricar a história social à militar, apenas mais uma advertência. De fato, conforme alerta Peter Burke, a saudável aproximação da história com a teoria social traz contribuições contundentes para o fazer historiográfico atual. Conceitos-chave como classe social, papel social, status,

mobilidade social, estratégia, função, estrutura, e sociedade ampliam o espectro das pesquisas, na medida em que trazem novas questões, novos instrumentos analíticos e novas reflexões para os historiadores a partir de outras categorias. Mas é preciso não assumir uma posição inerte diante desses conceitos. Pois muitas vezes, percebe-se como a historiografia brasileira, na ânsia de fazer uso de determinadas categorias analíticas, acaba por ignorar o modo como os indivíduos pertencentes à época estudada viveram esses mesmos conceitos.

AS FONTES HISTÓRICAS E A METODOLOGIA DA HISTÓRIA

Também se ampliou a noção de fonte histórica e a relação do historiador com as mesmas.⁵⁶ Fontes, na perspectiva da historiografia do século XIX, resumiam-se a documentos escritos e autossuficientes na produção do conhecimento histórico criados no âmbito do Estado ou de suas manifestações, cabendo ao historiador o trabalho de descrição. Conforme tal concepção, nos documentos oficiais estaria a história pronta.

⁵³ Ibidem, p. 121-178.

⁵⁴ Cf. Ibidem, p. 123.

⁵⁵ Ibidem, p. 123-133.

⁵⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992, p. 535-549.



Compreendemos este tipo de preocupação metodológica quando, analisando o século XIX, percebemos que para a consolidação da cientificidade da história, a produção do conhecimento da mesma deveria obedecer aos postulados newtonianos em vigor (regularidades nos fenômenos naturais, organização mecanicista, estabelecimento de leis, etc).⁵⁷ A interferência do sujeito no processo (o mero observador, cujo único trabalho era o de descrever a fonte) era impedida pela justificativa de se buscar uma total imparcialidade no resultado da pesquisa. Essa “imparcialidade” garantia a cientificidade.

A história é, a seguir, observação. Observar os fatos era, já para Guizot, o método que, tomando por modelo as ciências da natureza, devia permitir que os estudos sobre o homem se constituíssem como ciências.⁵⁸

Ora, esta teoria encontra uma série de limitações. Tal imparcialidade se frustra logo no momento em que o pesquisador decide sobre o seu objeto de pesquisa. “*Por que esse e não aquele?*”, a

própria escolha obedece a uma subjetividade. Como nos argumentos anteriores em que não se compreende um fato se isolado de um todo social, reconhecemos também que já no momento em que “*escolhe a sua vocação até que aprende a processá-la, o historiador está rodeado de condicionamentos sociais inevitáveis*”.⁵⁹ Acerca desse ponto, Arno Wehling afirma que “*(...) nossa imagem do conhecimento histórico e do próprio processo são relativas à nossa própria cultura e não um padrão geral que possamos aplicar indistintamente a diferentes povos e épocas*”.⁶⁰

Então, como não tornar o conhecimento histórico o resultado da mera subjetividade de quem o produz? Hayden White, no início da década de 1970, propôs praticamente a mesma questão, porém nos seguintes termos: como diferenciar o texto ficcional do texto historiográfico? A história seria mero discurso em obediência às concepções ideológicas do “pseudo-historiador”? Chegamos, então, ao ponto central desta discussão. O que vai impedir uma sobreposição na pesquisa dos aspectos pessoais psi-

⁵⁷ WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001, p.57-60.

⁵⁸ HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Tradução Roberto Cortes Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 117.

⁵⁹ FLORESCANO, Enrique. “A Função Social do Historiador” in *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, nº 4, vol. 2, 1997.

⁶⁰ WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001, p.15.

co-sócio-culturais ligados ao pesquisador será o instrumental metodológico utilizado na pesquisa. Essa será a forma pela qual o trabalho científico se afastará de uma pura e simples produção orientada por questões políticas e/ou ideológicas. Afinal,

É do desejo que surgem a música, a literatura, a pintura, a religião, a ciência e tudo o que se poderia denominar criatividade. Mas é também do desejo que surgem as ilusões e os preconceitos. Esta é a razão por que a ciência, desde seus primórdios, tratou de inventar métodos para impedir que os desejos corrompessem o conhecimento objetivo da realidade.⁶¹

Entretanto, devemos alertar ainda que não será, pois, a “(...) *terapia empregada no tratamento de uma doença incurável* (...)” que irá “(...) *restituir-nos a saúde*”. Wehling adverte:

O reconhecimento da aporia, aliás, não implica na superação das dificuldades que ela envolve; serve-nos apenas para atilar o espírito contra as tentações do reducionismo. Imaginar que deixamos de ser etnocêntricos pelo simples fato de identificarmos o etnocentrismo equivale supor que a terapia empregada no tratamento de uma doença incurá-

vel pode efetivamente restituir-nos a plena saúde, quando o que se aspira é a convivência com o mal.⁶²

Qual o melhor método a ser utilizado? O método selecionado terá relação direta, e inevitável, com a natureza do objeto. Ruben Alves avalia da seguinte maneira: “*que é que o que o leva a escolher o anzol? É o peixe que você espera pegar. A escolha do anzol é governada por uma hipótese acerca dos peixes que podem ser encontrados*”.⁶³ Assim, o que vai determinar a forma como o pesquisador atuará junto ao seu objeto será a própria natureza do objeto, ou melhor, as hipóteses que se pretende confirmar. Ou seja, “... *uma hipótese; a escolha de um anzol; a pesca de um peixe, de acordo com a hipótese*”.⁶⁴ O resultado de qualquer pesquisa dependerá do instrumental metodológico aplicado.

Não queremos dizer com isso que para cada objeto exista apenas uma ferramenta de análise. Criticamos, dessa forma, a concepção de que cabe ao historiador buscar a “verdade histórica”, absoluta, irrefutável de qualquer objeto de pesquisa que caracterizou a historiografia do século XIX. Não existe uma única verdade histórica, não existe monocausalidade, existem visões diferentes

⁶¹ ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 41.

⁶² WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*, op. cit., p.51.

⁶³ ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*, op. cit., p. 112.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 113.



de um mesmo objeto de acordo com o instrumental metodológico empregado. Ao olharmos para o céu usando um binóculo e um telescópio teremos visões diferentes de um mesmo objeto, o “céu”. Nenhuma será falsa, apenas cada resultado obedecerá à ferramenta que está sendo utilizada.

A própria relação sujeito-objeto foi alterada. Em lugar de relações de objetividade (científicas) e relações de subjetividade (não científicas) – com graus que iam do reísmo ao solipsismo – abrem-se novas perspectivas, diferentes daquelas elaboradas a partir da teoria do conhecimento grego. Em lugar da simples associação do relativismo ao subjetivismo, assumiu aspecto primordial o papel da posição do observador na análise científica, posição esta que, fundamentada em premissas epistemológicas e procedimentos metodológicos, é ao mesmo tempo relativa (ao instrumental teórico disponível) e objetiva (porque corresponde, naquele nível e sob aquela perspectiva, ao conhecimento absoluto, máximo cognoscível sobre o objeto).⁶⁵

Em síntese, a história é relativa porque permite diferentes abordagens de um mesmo objeto através de diferentes ferramentas de análise. O que não a torna meramente subjetiva, pois a influ-

ência dos aspectos pessoais do sujeito (pesquisador) encontra como barreira os métodos científicos. Mais uma vez, é Arno Wehling que complementa ao afirmar que:

A teoria geral e a teoria especial da relatividade colocaram, em termos epistemológicos, a questão do perspectivismo no conhecimento: não a antiga visão subjetivista-solipsista dos sofistas, mas a relação relativista entre a posição do sujeito e o seu objeto.⁶⁶

Hoje entendemos que tudo o que restou de uma sociedade e que nos possibilita elaborar um conhecimento da mesma – conhecimento relativo e provisório – é fonte histórica, e o historiador manuseará as fontes para dar-lhes a forma, ou seja, as fontes só responderão o que o historiador perguntar. Para E. H. Carr as fontes estão disponíveis ao historiador como “(...) *os peixes estão na tábua do peixeiro*”. O historiador, tal como o peixeiro, “(...) *deve reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los, e então servi-los da maneira que o mais atrair*”.⁶⁷ Os fatos não são autoexplicativos.

Cabe ao historiador ir ao passado e interrogar as evidências que este deixou

⁶⁵ WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*, op. cit., p.91.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ CARR, E. H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 13.

com as perguntas adequadas, munido dos conceitos e métodos apropriados, para este passado oculto revelar-se em sua lógica subjacente, agora por ele percebida, muitas vezes, ignorada por seus próprios agentes.⁶⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS: E A HISTÓRIA MILITAR?

Tais renovações metodológicas do conhecimento histórico e, inclusive, da história política e social, estão sendo aplicadas ao estudo dos fenômenos militares, o que nos permite renovar as investigações neste campo de estudos, resultando em novas produções. Em outras palavras, atualmente os esforços estão voltados para analisar o fenômeno militar sob novas perspectivas, com novos objetos, procurando aprofundar a visão sobre objetos já analisados, enfim, levando em consideração todos os fatores da sociedade e do tempo em que está inserido o objeto de pesquisa.

A partir dessa concepção, as batalhas se tornam um dos objetos da história militar; a história militar não se esgota na batalha; e a batalha não perde importância, já que não é possível pensar no soldado e não pensar

na batalha, na “Guerra” em todas as suas conotações no tempo e espaço. São objetos da história militar hoje os desdobramentos da guerra nas estruturas sociais, políticas, culturais, etc; os diferentes significados da guerra em diferentes culturas no tempo; a relação do fenômeno militar na organização sociocultural; as tradições (símbolos, imagens, canções, etc); o estudo das instituições militares; o gênero nas Forças Armadas; etc. Enfim, há um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas.⁶⁹

Tais esforços estão sendo empreendidos por profissionais, civis e militares, ligados a instituições diversas como a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e o Departamento de Educação e Cultura do Exército com o curso de História Militar Brasileira, formando especialistas em História Militar e produzindo conhecimento que não interessa apenas à História Militar, mas a todo o conhecimento histórico. Nas palavras do historiador Paulo André Leira Parente:

⁶⁸ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Edusc, 2007, p.24.

⁶⁹ Em artigo intitulado *Uma nova história militar? Abordagens e campos de investigação*, publicado na Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, no ano de 2006, o professor Paulo Parente apresenta uma série de possibilidades de temas a serem explorados em história militar.



Os estudos produzidos no campo de investigação da História Militar devem estar atentos aos novos métodos e procedimentos de investigação surgidos nas ciências sociais. É importante buscar a incorporação de tais métodos e renovar constantemente o campo de investigação da história.⁷⁰

Ainda há muito que se produzir no campo de História Militar, consciente que negligenciar o diálogo com os outros campos da história como a história política, com a história social, cultural, econômica, das ideias, etc., é contribuir para a construção de um conhecimento estanco e pouco esclarecedor.

BIBLIOGRAFIA:

ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Edusc, 2007.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

_____. *Process and form in social life*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BARROS, José D' Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales – 1929-1989 A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Hector. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____, VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARR, E. H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Victor e KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

DUBY, George. *A História Continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / UFRJ, 1993.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Organizado por Michael Schroter; tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estelecionados e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

FLORESCANO, Enrique. *A Função Social do Historiador* in *Tempo Revista do Departamento de História da UFF*, nº4, vol. 2, 1997.

⁷⁰ PARENTE, Paulo André Leira. “Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação” in *A Defesa Nacional*, nº 806, 3º Quadrimestre de 2006, p.69.



- FULLER, John Frederick Charles. *A Conduta da Guerra: estudo da repercussão da Revolução Francesa, da Revolução Industrial, da Revolução Russa, na guerra e em sua conduta*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002, p. 65.
- GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, in GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro, 1991, p. 168-178.
- _____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GLENISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. São Paulo: DIFEL, 1961.
- GUENÈE, Bernard e SIRINELLI, Jean-François. L'histoire politique in BÉDARIDA, François (dir.). *L'histoire et le métier d'historien em France 1945-1995*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1995.
- HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Tradução Roberto Cortes Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- LEGOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Henrique Espada. *A Micro-História Italiana: Escalas, Indícios e Singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PARENTE, Paulo André Leira. Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação. *A Defesa Nacional*, nº806, 3º Quadrimestre de 2006.
- RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- SAHLINS, Marshall. *História e Cultura. Apologias a Tucídides*. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 116.
- SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l'agora. Pour une histoire culturelle du politique in BERNSTEIN, Serge e MILZA, Pierre (dir.). *Axes et méthodes da l'histoire politique*. Paris: PUF, 1998.
- SIMMEL, Georg. *Questões Fundamentais da Sociologia: Indivíduo e Sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- WAIZBORT, Leopoldo. “Elias e Simmel”, in NEIBURG, Frederico et al. *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Gama filho, 2001.

O descobrimento de Portugal

Paulo Cesar de Castro⁷¹

Após o embarque na praia do Restelo, Lisboa, a frota de treze navios zarpuou, a 9 de março de 1500, sob as ordens do Capitão-Mor Pedro Álvares Cabral.

Pela manhã de 22 – de abril –, quarta-feira, oitavário da Páscoa,... a horas de véspera, houvemos vista de terra, a saber: primeiramente dum monte mui alto e redondo, e doutras terras mais baixas, ao sul dele, e de terra chã com muitos arvoredos, ao qual monte alto o capitão pôs o nome de monte Pascoal...⁷².

Transcorridos mais de quinhentos anos do descobrimento do Brasil, memorável façanha portuguesa, no aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro, decolou a aeronave da TAP Portugal. No dia seguinte, passada a hora do Angelus, a aeronave aterrissou às doze e quinze em Portela, aeroporto de Lisboa.

Iniciava-se meu particular e emocionante feito histórico, o descobrimento

de Portugal. A exemplo de Cabral que fundeara em um porto seguro, na Cabralia de hoje, hospedei-me com minha esposa em confortável hotel na Avenida da Liberdade, seguro porto do qual me pus a desbravar o *jardim da Europa à beira-mar plantado*.

Foi deveras encantador estar naquela terra recém-descoberta.

LISBOA, CIDADE VELHA, CHEIA DE ENCANTO E BELEZA⁷³

A rica história portuguesa está imortalizada em belos monumentos, tais como os que homenageiam: o Marquês de Pombal, os combatentes da Grande Guerra (1914 – 18), a Restauração de Portugal (1640) e D. Pedro IV (nosso D. Pedro I), este último no Rocio. A estátua equestre de D. José I, “o Reformador”, rei de 1750 a 1777⁷⁴, e o famoso Arco da Rua Augusta atraem os turistas na Praça do

⁷¹ General-de-Exército, sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

⁷² CALMON, Pedro. *História do Brasil, Século VI, As Origens*, vol. I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959, p.55-56.

⁷³ RODRIGUES, Amália. *Lisboa Antiga*. Disponível em: [www://letras.mus.br/amalia-rodriques/564691/](http://www.lettras.mus.br/amalia-rodriques/564691/). Acesso em 10 de dezembro de 2014.

⁷⁴ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_I_de_Portugal. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

Comércio, o velho Terreiro do Paço, à margem direita do Tejo.

A metrópole atraiu este descobridor, também pelas obras de arte em que repousam os que forjaram a grandeza de Portugal. Assim, foi emocionante admirar os túmulos de Luís Vaz de Camões, de Vasco da Gama, e de Fernando Pessoa, no Mosteiro dos Jerônimos. Emoções que se repetiram no Panteão Nacional no qual visitei os túmulos de Guerra Junqueiro e Amália Rodrigues. Ainda no Panteão, são reverenciados, através de cenotáfios⁷⁵, Camões, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Infante Dom Henrique, Afonso de Albuquerque e Nuno Álvares Pereira⁷⁶. Eis uma nação que cultua seus heróis.

Lisboa faz-se cheia de encanto e beleza, também, ao brindar o turista com cordialidade e simpatia, acentuadas virtudes de seus filhos natais, os alfacinhas da gema. Acrescente-se a irresistível gastronomia lusitana na qual sobressaem os tão

famosos e saborosos pastéis de Belém. E o bacalhau? Ah, os pratos de bacalhau são imperdíveis, regados a vinho de uvas regionais, origem e denominação controladas. Bom apetite, leitor amigo!

Quem se dispuser a descobrir a cidade encontrará sítios reconhecidos como patrimônio mundial pela UNESCO⁷⁷, modernas atrações turístico-culturais e atraentes museus de rico acervo.

Minha descoberta do patrimônio mundial lisboeta começou pelo Mosteiro dos Jerônimos, majestosamente erguido em Belém, próximo ao estuário do Tejo e no lugar de antiga ermida da Ordem de Cristo. Sua construção em pedra lioz teve início em 1502, por iniciativa de D. Manuel, “O Venturoso”. O admirado estilo manuelino atingiu sua máxima expressão nessa soberba obra-prima. Encantei-me com a fachada, os portais, a igreja, o coro alto e os claustros decorados com a esfera armilar e a cruz da Ordem de Cristo⁷⁸.

⁷⁵ Cenotáfio: monumento evocativo de corpo ausente erigido em homenagem a figura ilustre. Fotografia tirada pelo autor no Panteão Nacional. Agosto de 2014.

⁷⁶ GOVERNO de PORTUGAL. *Panteão Nacional, Igreja de Santa Engrácia*. Lisboa: Instituto de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Arqueológico, 2014.

⁷⁷ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Um sítio patrimônio mundial da UNESCO é um local de importância mundial para a preservação dos patrimônios históricos e naturais de diversos países. Para detalhes sobre o patrimônio mundial em Portugal consulte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_do_Patrimonio_Mundial_em_Portugal. Acesso em 12 de dezembro de 2012.

⁷⁸ PLANET, Lonely: Portugal / SKOLNICK, Adam [et al] p.74. São Paulo: Globo Livros, 2011. E: http://wikipedia.org/wiki/Mosteiro_dos_Jeronimos. Acesso em 12 de dezembro de 2012.



A Torre de Belém completou o passeio pelo patrimônio mundial de Lisboa. Sua construção, igualmente em estilo manuelino, teve início em 1514 e conclusão em 1520. A decoração exterior do conjunto empresta-lhe particular beleza não faltando as esferas armilares e a cruz da Ordem de Cristo. Destacam-se a torre e o baluarte, no qual dezesseis canhoneiras que, associadas às da bateria de baixo, integravam as fortificações de defesa do Tejo⁷⁹.

A aventura do descobrimento conduziu-me também à metrópole de modernos centros comerciais. Conduziu-me, ainda, a mergulhar no Oceanário de Lisboa⁸⁰, um dos maiores aquários públicos da Europa, com mais de oito mil organismos de, aproximadamente, quinhentas espécies diferentes dos quatro oceanos. Inaugurado em 1998, o Oceanário leva o visitante a conviver, por exemplo, com tubarões, arraias, cardumes, pinguins e, até mesmo, com o *gadus morhua*, nome científico do bacalhau-do-atlântico. Desde a visita não tenho mais dúvida: bacalhau tem cabeça!

No átrio da Sé, singela placa assinala que:

“Aos VI de fevereiro de MDCVIII – nasceu nesta Freguesia da Sé – o grande orador sagrado – Padre Antônio Viera – da Companhia de Jesus – Faleceu na Cidade da Bahia – aos XVIII de julho de MDCXCVII”.

Aquela placa é mais um exemplo da presença brasileira na história portuguesa, fenômeno que observei, também, na ala ocidental dos Jerônimos, o Museu de Marinha, “*um mundo de descobertas, que reúne em grandiosa coleção testemunhos da atividade dos portugueses no mar*”⁸¹. À entrada, o Infante Dom Henrique e lendários navegadores – Cabral entre eles – recebem o visitante. Próximo à saída, o hidroavião “Santa Cruz” com o qual Sacadura Cabral e Gago Coutinho⁸² concluíram, em 1922, o voo Lisboa - Rio de Janeiro, primeira travessia aérea do Atlântico Sul.

Este descobridor, tendo admirado o Museu Nacional dos Coches, galgou as ladeiras da Alfama rumo ao Castelo de São Jorge⁸³. Fui recebido pelo primeiro

⁷⁹ Idem, p.69. E: http://pt.wikipedia.org/wiki/Torre_de_Belem. Acesso em 12 de dezembro de 2012.

⁸⁰ Ib. p.71. E: <http://www.oceanario.pt/cms/>. Acesso em 14 de dezembro de 2012. E, ainda: Bem-vindo, Oceanário de Lisboa. Impresso distribuído aos visitantes em agosto de 2014.

⁸¹ MARINHA PORTUGUESA. *Museu de Marinha*. Guia do visitante. Lisboa: Coleções Philae, 2014.

⁸² Oficiais da Marinha de Portugal que decolaram de Lisboa em 30 de março e pousaram no Rio de Janeiro, em 17 de junho de 1922.

⁸³ EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural. *Castelo de São Jorge*, Monumento Nacional. Lisboa: EGEAC, 2014.

rei de Portugal, D. Afonso Henriques, “O Conquistador”, que retomou Lisboa aos mouros em 1147. O Castelo fora construído pelos muçulmanos no Século XI, integrado à zona nobre da antiga cidade medieval, a Alcáçova.

A visita permite reviver diferentes momentos da história do sítio, como a fundação e a conquista já citadas; sua utilização como residência real (séculos XIII, XIV e XVI); de residência real a quartel (século XVII e XVIII); os abalos sofridos no devastador terremoto de 1755 (século XVIII); de seu emprego como praça militar (século XIX); e o atual e relevante papel, de monumento nacional (séculos XX e XXI). Dentre as torres da construção merece citação especial a famosíssima Torre do Tombo⁸⁴, na qual se tombavam os documentos mais importantes do reino e cujo nome designa, até nossos dias, o principal arquivo de Portugal.

Cativou-me Lisboa, cidade velha, de fato cheia de encanto e beleza. Quantas descobertas e quanto por desvendar!

A PRIMEIRA EXPEDIÇÃO: O CORAÇÃO DE PORTUGAL

Em 10 de maio de 1501⁸⁵, tão logo recebida a notícia do descobrimento da Ilha de Vera Cruz, D. Manuel enviou uma expedição, ao que parece a comando de Gaspar de Lemos⁸⁶, para reconhecer seus novos domínios. Aos primeiros expedicionários deve-se a denominação de inúmeros acidentes geográficos da costa brasileira, desde o Cabo de Santo Agostinho até São Vicente. Deve-se-lhes, também, a constatação de que Cabral descobrira mais que uma ilha, mas vasta extensão territorial batizada Terra de Santa Cruz.

À semelhança, descoberto Portugal em 2014, cumpria reconhecer a terra, o que impeliu o descobridor a expedições exploradoras a partir de Lisboa. Para a primeira, nada melhor que um piloto experiente e conhecedor das rotas lusitanas, o adido do Exército em Portugal⁸⁷. Sob sua direção, este descobridor e esposa partiram rumo a Tomar, Fátima, Batalha e Óbidos.

⁸⁴ Torre do Haver ou Torre de Ulisses. Idem, xiv.

⁸⁵ CALMON, Pedro. *História do Brasil*, Século VI, As Origens, vol. I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959, p.86.

⁸⁶ TAPAJÓS, Vicente. *Manual de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Organizações Simões Editora, 1957, p.57-58.

⁸⁷ Coronel de Infantaria Cláudio Casali, Adido do Exército e Aeronáutica em Portugal. Agradeço-lhe o prestimoso apoio recebido, desde o planejamento até nosso retorno ao Brasil.



Tomar: o tesouro dos templários

Epicentro da geografia sagrada dos templários, Tomar é um dos lugares de memória mais importantes na história de Portugal⁸⁸. Explorá-la significa reviver a magia dos cavaleiros da Ordem do Templo de Jerusalém, criada em 1118. Em 1160, o então Grão-Mestre Gualdim Pais fundou o Convento de Cristo, em Tomar⁸⁹. O castelo templário constituía, à época, a mais moderna, maior e avançada fortificação militar do reino.

Extinta em 1312, a Ordem sobreviveu em Portugal graças ao rei Dom Dinis, “O Lavrador”, quem, em 1319, fundou a Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo como sucessora dos templários e para a qual se transferiram todos os cavaleiros e bens da primitiva Ordem. A nova Ordem teve sua primeira sede na igreja de Santa Maria do Castelo, em Castro Marim. Em 1357⁹⁰, transferiu-se para o Convento de Cristo, antiga sede da Ordem do Templo. Os dignitários da Casa Real passaram a desempenhar o cargo de Grão-Mestre a partir de 1417, tendo sido o lendário Infante Dom Henrique o primeiro dentre eles.

Explorei capelas, claustros, casas capitulares e a belíssima Charola, recém-restaurada. Admirei a arquitetura do Convento, na qual os estilos gótico, manuelino e renascentista testemunham intervenções e acréscimos sofridos pelo monumento templário ao longo de séculos.

Patrimônio mundial, à entrada o monumento exhibe a Cruz da Ordem de Cristo. Ostentavam-na as caravelas do Descobridor e, ainda hoje, exhibe-se-a na primeira das bandeiras históricas da Terra de Santa Cruz. Uma emoção reservada exclusivamente a brasileiros que se dispõem a explorar o Convento de Cristo, na Colina do Castelo, em Tomar.

13 de maio, na Cova da Iria, no céu aparece a Virgem Maria

A expedição exploradora ao coração de Portugal foi recebida na Cova da Iria pelos três pastorinhos. Em Aljustrel, Fátima, visitou-se o lar de Lúcia e o dos irmãos Francisco e Jacinta Marto.

Em Valinhos, no Caminho dos Pastorinhos, a fé transformou expedicionários em peregrinos, especialmente no local da quarta aparição de Nossa Senhora, a 19 de agosto de 1917. Lá,

⁸⁸ PORTUGAL. Turismo de Portugal. *En El Corazón de Portugal*. Roteiros Turísticos do Patrimônio Mundial. Agosto de 2014.

⁸⁹ PLANET, Lonely: Portugal / SKOLNICK, Adam [et al]. São Paulo: Globo Livros, 2011, p.283-284. Consulte também, nota XIX

⁹⁰ 1356, segundo <http://www.ordens.presidencia.pt/>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2015.

gravadas em pedra, as palavras ditas pela Virgem Maria aos pequenos jovens tocam fundo: *“Quero que continueis a rezar o terço todos os dias. Rezai, rezai muito e fazei sacrifícios pelos pecadores! Vão muitas almas para o inferno por não haver quem se sacrifique e peça por elas”*. Estou convicto de sua atualidade.

Posteriormente, já no Santuário de Fátima, a expedição juntou-se a centenas de peregrinos na Capelinha das Aparições em cujo alpendre pequena coluna assinala o local da azinheira sobre a qual a Senhora apareceu. Peregrinou-se, por último, à Basílica de N. Sr^a do Rosário onde repousam a Irmã Lúcia e os Beatos Francisco e Jacinta. Que N. Sr^a de Fátima abençoe-nos e os pastorinhos intercedam pelo Brasil e pela civilização cristã-ocidental.

Batalha

A vitória na batalha de Aljubarrota permitiu a Portugal afirmar-se como reino independente, em 14 de agosto de 1345. Os castelhanos, numericamente superiores, foram derrotados no Campo Militar de São Jorge pelas forças sob o comando de Nuno Álvares Pereira e do rei D. João I⁹¹, “O de boa memória”.

D. João evocou a proteção da Virgem Maria e prometeu-lhe construir soberbo templo em troca da vitória. Cumpriu a promessa e, assim, surgiu o Mosteiro da Batalha, joia da arquitetura gótica lusitana e patrimônio da humanidade⁹², no qual este explorador foi recebido pelo próprio Condestável Nuno Álvares, em imponente monumento equestre.

O mosteiro, dedicado a Santa Maria da Vitória, combina harmoniosamente os estilos gótico, gótico flamejante (ou tardio) e manuelino. Nele estão sepultados D. João I e sua esposa Felipa de Lencastre⁹³, cujo casamento em 1387 selou sólida aliança entre Portugal e Inglaterra que perdura até hoje. Seus quatro filhos também estão sepultados no Mosteiro, entre os quais o tão famoso Infante Dom Henrique, o Navegador (1394 – 1460). Lembrei-me que, no Rio de Janeiro, seu nome está perpetuado em uma das mais belas avenidas da cidade, no Aterro do Flamengo.

À entrada da Sala do Capítulo lê-se *“Túmulo do Soldado Desconhecido. Silêncio, por favor”*. Sob a guarda do Exército Português repousam um soldado tombado na Primeira Guerra Mundial e outro, na Guerra de Moçambique. Prestei mereci-

⁹¹ ALJUBARROTA, Fundação Batalha de. Batalha de Aljubarrota. Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota. Folheto, 2014.

⁹² PLANET, Lonely: Portugal / SKOLNICK, Adam [et al]. São Paulo: Globo Livros, 2011, p.269-270.

⁹³ Ou Lancaster.



da continência àqueles irmãos de armas. Os turistas presentes assistiram à última troca da guarda daquele dia e, espontaneamente, aplaudiram a tropa que se retirou com garbo, cadência firme e o sentimento da nobre missão cumprida.

Óbidos

A seguir, a nau exploradora rumou para o sudoeste e aportou em Óbidos, próxima à muralha legada pelos mouros ao patrimônio arquitetônico português. A vila foi retomada aos sarracenos em 1148 e recebeu sua carta foral em 1195, sob o reinado de D. Sancho I⁹⁴, “O Povoador”. Totalmente cercada pela muralha medieval, Óbidos atrai por suas casas brancas, ruas de pedra e detalhes em azulejos amarelos e azuis.

Os exploradores percorreram a Rua Direita onde foram apresentados à famosa “Ginja de Óbidos”. *“Acredita-se que a origem deste licor remonta ao Século XVII, de receita conventual... o licor passou a ser confeccionado a nível familiar por obidenses, orgulhosos de apresentar... com a melhor das gijas... um ex-libris da vila”*⁹⁵. Visitaram a Igreja de São Tiago e, da muralha, avistaram no Atlântico parte da ocidental praia lusitana.

De volta a Lisboa, aquela expedição de 1501 levou grande carregamento de ibirapitanga, o valioso pau-brasil. De volta a Lisboa, minha primeira expedição levou imagens e emoções do Coração de Portugal.

A SEGUNDA EXPEDIÇÃO: AO DISTRITO DE LISBOA

Às margens do Tejo, remontei a maio de 1503 e visualizei seis navios zarparem a comando de Gonçalo Coelho. Um famoso florentino, Américo Vespúcio, fez-se ao mar como imediato. Na região de Fernando de Noronha, naufragou a capitânia e a esquadra se dividiu. O comandante decidiu que ele e o imediato tomariam cursos diferentes. Foi então que os brasileiros passaram a dever a Vespúcio o batismo de alguns acidentes litorâneos, entre eles a Baía de Todos os Santos. O comandante e seu imediato regressaram a Lisboa em datas distintas. Vespúcio, em junho de 1504, carregado de pau-brasil.

Às margens do Tejo, também zarpou minha segunda expedição para explorar atrações do distrito de Lisboa, a começar pelas terras do Concelho⁹⁶ de Sintra.

⁹⁴ Possivelmente 1148, cf. [http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93bidos_\(Portugal\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93bidos_(Portugal)). Acesso em 24 de janeiro de 2015.

⁹⁵ <http://www.obidos.pt/CustomPages/ShowPage.aspx>. Acesso em: 24 de janeiro de 2015.

⁹⁶ Ortografia portuguesa.

O palácio de Queluz⁹⁷: emoção especial para brasileiros

Queluz é uma cidade do Concelho de Sintra. É, também, uma das quatro freguesias⁹⁸ dessa cidade. A Quinta de Queluz passou à posse real em 1654, sob D. João IV, “O Restaurador”. A construção do palácio teve início em 1747, a pedido de D. Pedro, irmão do Rei D. José, “O Reformador”. Os jardins e o próprio palácio ilustram a evolução do gosto da Corte nos séculos XVIII e XIX, período marcado pelo barroco, o rococó e o neoclassicismo⁹⁹.

Os exploradores percorreram suas salas, capela, quartos, corredor de azulejos e jardins tendo sempre presente que ali residiram até 1807: D^a Maria I, “A Piedosa”; seu filho, o príncipe regente D. João; e sua esposa D^a Carlota Joaquina. Essa família da dinastia de Bragança transferiu a Corte para o Rio de Janeiro, onde aportou em 1808. Tornaram-se os únicos soberanos europeus a visitarem suas terras no Novo Mundo.

No quarto D. Quixote nasceu, em 12 de outubro de 1798, e faleceu, em 24 de setembro de 1834, um predestinado filho de D. João, “O Clemente”. Ao nascer era o

príncipe D. Pedro e ao morrer Dom Pedro IV, “O Rei Soldado”. Em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, bradou “Independência ou Morte” e elevou o Brasil ao concerto das nações independentes. Demorei-me, emocionado, fitando a cama na qual morreu nosso D. Pedro I, herói de duas pátrias.

Os exploradores desfrutaram dos jardins de Queluz e partiram rumo a Sintra, na certeza de encontrar outras atrações da Pátria-Mãe.

Sintra: patrimônio da humanidade

“*A paisagem cultural de Sintra, – o centro histórico, inclusive – com sua serra, é um extraordinário e singular complexo de parques, jardins, quintas, mosteiros e castelos que criam uma arquitetura popular e culta harmonizada com a abundante e exótica vegetação, criando micro-paisagens de beleza exótica e luxuriante*”¹⁰⁰. Um painel de azulejos portugueses com o brasão da Vila de Sintra atrai os olhares do visitante à entrada do preservado centro histórico.

O primeiro sítio explorado foi o Palácio Nacional de Sintra, cuja origem

⁹⁷ SINTRA, Parques de. *Palácio Nacional de Queluz*. Folheto recebido pelo autor em agosto de 2014. Ver também: <http://pt.wikipedia.org/wiki/>. Acesso em: 26 de janeiro de 2015.

⁹⁸ [http://pt.wikipedia.org/wiki/Queluz_\(cidade\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Queluz_(cidade)). Acesso em: 26 de janeiro de 2015.

⁹⁹ <https://www.parquesdesintra.pt/parques-jardins-e-monumentos/palacio-nacional-e-jardins-de-queluz/> Acesso em: 26 de janeiro de 2015.

¹⁰⁰ UNESCO. Relatório. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Paisagem_Cultural_de_Sintra. Acesso em: 28 de janeiro de 2015.



remonta ao século XV. De origem moura, apresenta harmoniosa combinação da arquitetura medieval, gótica, manuelina, renascentista e romântica. Percorreram-se diferentes salas e quartos: dos Cisnes, das Pegas e de D. Sebastião, “O Desejado”, por exemplo. Detive-me na sala dos braços, cuja cúpula ostenta as armas de D. Manuel I, de seus filhos e de setenta e duas das mais importantes famílias da nobreza. As armas da família Castro foi objeto de especial atenção e de múltiplas fotos. Afinal de contas, eis-nos lá, os Castro do século XXI, minha mulher e eu próprio.

Antes de partir, parada obrigatória na vastíssima cozinha com suas duas famosas chaminés gêmeas.

E, por falar em guloseimas, rápido à Casa Periquita, onde saboreamos os tão aguardados travesseiros, especialidades dulcíssimas de massa muito leve, enrolada, dobrada sete vezes, recheada de creme de gema e amêndoas e levemente polvilhada de açúcar¹⁰¹. Fantásticas! Dá vontade de voltar!

A subida da montanha permitiu aos exploradores admirar o Castelo dos Mouros, *fortificação militar erigida cerca do século X pelos muçulmanos que ocuparam a Península Ibérica. É possível que tenha servido de atalaia de*

*controle da costa atlântica e dos territórios ao Norte, desempenhando a função de posto avançado da cidade de Lisboa*¹⁰². Permitiu, também, percorrer o Parque da Pena, produto de um projeto paisagístico de transformação da serra em vasta área arborizada integradora de diversos jardins históricos¹⁰³.

O Palácio da Pena sobressai no interior do Parque e, juntos, constituem o expoente máximo, em Portugal, do romantismo do século XIX¹⁰⁴. No sítio do atual palácio havia, à época medieval, uma capela dedicada a N. Sr^a da Pena à qual sucedeu um mosteiro de frades Jerônimos. De 1842 a 1854, o mosteiro foi recuperado e construído o “Palácio Novo” quando reinava D^a Maria II, “A Educadora”. As obras foram conduzidas pelo rei-consorte, D. Fernando II de Saxe Coburgo-Gotha. Em seu interior admiram-se inúmeras salas e rico acervo de móveis e porcelanas. Destaco: o claustro manuelino, o terraço da rainha e o estúdio com telas pintadas pelo Rei D. Carlos I, “O Martirizado”.

Cabo da Roca: a terra se acaba e o mar começa

As andanças por Sintra levaram os exploradores a ler “Os Lusíadas”, Canto III, XX: “Eis aqui, quase cume da

¹⁰¹ PLANET, Lonely: Portugal / SKOLNICK, Adam [et al]. São Paulo: Globo Livros, 2011, p.116.

¹⁰² SINTRA, Parques de. *Castelo dos Mouros*. Folheto recebido pelo autor em agosto de 2014.

¹⁰³ SINTRA, Parques de. *Parque e Palácio da Pena*. Folheto recebido pelo autor em agosto de 2014.

¹⁰⁴ Idem.

cabeça... De Europa toda, o Reino lusitano... Onde a terra se acaba e o mar começa... E onde Febo repousa no Oceano¹⁰⁵”. Eles haviam alcançado o Cabo da Roca, ponto extremo oeste da Europa continental, onde versos do belo poema estão gravados em um monumento encimado pela cruz, símbolo da fé portuguesa.

Sob fortíssimas rajadas de vento, avistamos o farol do Cabo da Roca, mandado edificar pelo Marquês de Pomal e em funcionamento desde 1772. Era chegada a hora de partir para explorar o Concelho de Cascais.

Cascais e Estoril

Sob fortíssimas rajadas de vento, avistamos o farol do Cabo da Roca, mandado edificar pelo Marquês de Pomal e em funcionamento desde 1772. Era chegada a hora de partir para explorar o Concelho de Cascais.

A Vila de Cascais, sede do Concelho, constitui um misto de belezas naturais, sítios históricos e arquitetura contemporânea. Percorremos parte de sua orla e descobrimos atraente marina na qual estavam fundeados não menos atraentes iates. Da orla foi dado observar as íngremes e elevadas falésias e, nelas, a Boca do Inferno, impressionante crate-

ra rochosa criada pelo impacto vigoroso, constante e assustador das vagas sobre as pedras daquela parede natural à beira-mar.

Estoril foi uma freguesia do Conselho e, hoje, é parte de outra freguesia denominada União das Freguesias de Cascais e Estoril. Lá foi-nos possível, apenas, admirar brevemente seu famoso Cassino, de onde regressamos à base, em Lisboa.

À diferença da expedição de 1503, todos os integrantes da segunda expedição exploradora de 2014 regressaram juntos a Lisboa. Sem pau-brasil, mas com muitas fotos e lembranças de momentos inesquecíveis.

A TERCEIRA EXPEDIÇÃO: AO RIBATEJO E AO CENTRO

D. João III, “O Piedoso”, após as expedições guarda-costas, decidiu confiar a Martim Afonso de Souza uma esquadra para: perseguir franceses contrabandistas de pau-brasil; explorar o litoral até o Rio da Prata; e criar núcleos de povoamento. Aquele fidalgo de alta linhagem suspendeu de Lisboa em 1530 e cumpriu com inegável êxito sua missão¹⁰⁶.

Em 2014, suspendeu de Lisboa confortável veículo rumo a Santarém e Coimbra. Transportava os descobrido-

¹⁰⁵ CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Porto: Companhia Editora do Minho, 1979.

¹⁰⁶ TAPAJÓS, Vicente. *Manual de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Organizações Simões Editora, 1957, p.60-61.



res de Portugal em aventura às cidades de Santarém e Coimbra.

Santarém: honra ao descobridor do Brasil

Na antiga província do Ribatejo, Santarém foi importante cidade da Lusitânia, no tempo dos romanos. Muito prezada pelos mouros, é hoje capital do Distrito de Santarém. Sua riquíssima história está resumida no pórtico de entrada: “Santarém, uma história de liberdade”.

Após admirar os painéis azulejados que decoram o mercado municipal, os viajantes dirigiram-se à Igreja de Santa Maria da Graça, monumento nacional. Lê-se que:

A Igreja da Graça teve início em 1380, devido ao patrocínio de D. João Afonso Telo de Meseses e de Guiomar de Vilalobos, primeiros condes de Ourém. O claustro actual data dos finais do séc. XVI. A família Meneses assumiu-se como a principal protectora do cenóbio dos agostinhos, transformando a igreja num verdadeiro panteão de família. O Monumento é reconhecido como uma joia do gótico português e símbolo de Cabral (1520), o descobridor do Brasil. A sua sepultura encontra-se na Capela de S. João Evangelista e confere-lhe renome internacional, face à grandeza da descoberta de 1500.¹⁰⁷

As bandeiras de Portugal e do Brasil, ao lado do altar, homenageiam aqueles que repousam à sua frente, em campa rasa: Pedro Álvares Cabral e D^a. Isabel de Castro. Junto à sepultura, os tripulantes do Navio Escola Brasil têm honrado, anualmente, a memória do herói das duas pátrias. Assim procedi e, em oração, roguei pelo casal e agradei a Deus pelo feito de 22 de abril de 1500.

À frente da Igreja, os visitantes d’além-mar posaram junto ao monumento ao “Descobridor do Brasil”, imortalizado com a cruz e a espada. Completa o conjunto a Casa do Brasil, na qual está instalado o Consulado Honorário de nossa terra. O conjunto harmonioso eterniza o feito relatado por Pero Vaz de Caminha.

Após breve estada em Santarém, lancei-me a navegar à região Centro e por lá encontrar outro porto e descobrir sua capital.

Coimbra do Choupal ainda és capital do amor em Portugal¹⁰⁸

Ao cruzar o Mondego pela Ponte de Santa Clara os viajantes foram brindados com a visão do choupal, às margens do rio. Os romanos e os mouros estiveram na localidade, esses últimos

¹⁰⁷ Painel informativo à entrada da Igreja. Foto do autor: agosto de 2014.

¹⁰⁸ RODRIGUES, Amália. Coimbra. Disponível em: www://letras.mus.br/amalia-rodrigues/546761/. Acesso em 31 de janeiro de 2015.

expulsos em 1064. De 1139 até 1255, Coimbra foi capital de Portugal¹⁰⁹.

A cidade é sede de famosíssimo patrimônio mundial da UNESCO, a Universidade de Coimbra. A data mais consensual de sua fundação é 1 de março de 1290. Os chamados “Estudos Gerais” funcionaram alternadamente em Lisboa e Coimbra até 1537, quando D. João III instalou-a definitivamente em Coimbra¹¹⁰.

Os descobridores foram simpaticamente acolhidos por alunos com suas tradicionais capas pretas e puderam envergar traje tão característico dos estudantes da “Cidade do Conhecimento”. Transpostas a Porta Férrea (sec. XVII) e a “Via Latina”, chegaram à Sala dos Capelos, à Sala de Exame Privado e admiraram a torre, cujos sinos regulam o funcionamento ritual da Universidade.

O monumento a D. João III destaca-se no amplo Paço das Escolas, de onde os descobridores acederam à Capela de São Miguel, às escadas de Minerva e à Biblioteca Joanina, suntuosa obra-prima do barroco europeu, edificada de 1717 a 1728, por iniciativa de D. João V, “O Magnânimo”.

Seguiu-se o descobrimento do Mosteiro de Santa Cruz, onde estão sepultados D. Afonso Henrique e D. Sancho I, primeiros reis de Portugal, ambos nascidos em Coimbra. E, no núcleo da cidade amuralhada, cruzou-se a Porta de Barbacã, em uma segunda cintura de muralhas que protegia a cidade na época medieval.

Na margem oeste do Mondego, continuou a história do descobrimento. No Convento de Santa Clara-a-Nova e em Portugal dos Pequenitos. Em especial no convento, o casal de descobridores viveu momento de contemplação e fé. Naquele templo, em urna de prata e cristal, está sepultada Santa Isabel, esposa de D. Dinis I, “O Lavrador”.

A expedição foi concluída junto à imagem que homenageia a Rainha Santa no pátio do Convento, de onde se tem bela vista de Coimbra. Lá e assim nos despedimos da “Cidade dos Estudantes”, aquela que ainda é capital.

O DESCOBRIMENTO DE PORTUGAL

Mais de cinco séculos separam o descobrimento do Brasil e o desco-

¹⁰⁹ 109 PLANET, Lonely: Portugal / SKOLNICK, Adam [et al]. São Paulo: Globo Livros, 2011, p.299. Ver também: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Coimbra>. Acesso em 31 de janeiro de 2015.

¹¹⁰ 110 COIMBRA, Universidade. *Universidade de Coimbra*. Folhetos recebidos pelo autor em agosto de 2014.



brimento de Portugal, aventura deste autor em companhia de sua esposa, sob o inesquecível apoio do Adido do Exército e Aeronáutico e de seu auxiliar. Assim como para Cabral, muito restou por descobrir na Terra de Santa Cruz, em Portugal muito faltou por ser descoberto.

É certo que “*As armas e os barões assinalados. Que da Ocidental praia Lusitana. Por mares nunca dantes navegados. Passaram muito além da Trapobana*”. É certo também que: das orientais praias douradas brasileiras, após viajar por terras nunca dantes visitadas, pode-se afirmar que a história, o idioma, a fé cristã e o Atlântico unem Brasil e Portugal, nações irmãs. ●

BIBLIOGRAFIA

FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA. *Batalha de Aljubarrota*. Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota. Folheto, 2014.

CALMON, Pedro. *História do Brasil, Século VI, As Origens*, vol. I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Porto: Companhia Editora do Minho, 1979.

EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural. *Castelo de São Jorge*, Monumento Nacional. Lisboa: EGEAC, 2014.

GOVERNO de PORTUGAL. *Panteão Nacional, Igreja de Santa Engrácia*. Lisboa: Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico, 2014.

MARINHA PORTUGUESA. *Museu de Marinha*. Guia do visitante. Lisboa: Coleções Philae, 2014.

PLANET, Lonely, SKOLNICK, Adam [et al]. *Portugal*. São Paulo: Globo Livros, 2011. E: http://wikipedia.org/wiki/Mosteiro_dos_Jeronimos. Acesso em 12 dez. 2012.

PORTUGAL. Turismo de Portugal. *En El Corazón de Portugal*. Roteiros Turísticos do Patrimônio Mundial. Agosto de 2014.

RODRIGUES, Amália. *Lisboa Antiga*. Disponível em: www://letras.mus.br/amalia-rodrigues/564691/. Acesso em 10 dez. 2014.

_____. *Coimbra*. Disponível em: www://letras.mus.br/amalia-rodrigues/546761/. Acesso em 31 jan. 2015.

SINTRA, Parques de. *Castelo dos Mouros*. Folheto recebido pelo autor em agosto de 2014.

SINTRA, Parques de. *Parque e Palácio da Pena*. Folheto recebido pelo autor em agosto de 2014.

TAPAJÓS, Vicente. *Manual de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Organizações Simões Editora, 1957.

UNESCO. Relatório. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Paisagem_Cultural_de_Sintra. Acesso em: 28 jan. 2015.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. *Universidade de Coimbra*. Folhetos recebidos pelo autor em agosto de 2014.

O 8º Batalhão de Infantaria de Linha na Tríplice Aliança (16º BIMtz – Batalhão Itapiru)

Aureliano Pinto de Moura¹¹¹

DO NASCIMENTO AO RIO PARANÁ

O 16º Batalhão de Infantaria, “Batalhão Itapiru”, nasceu nos idos de 1838 em Laguna, Província de Santa Catarina, com a denominação de Batalhão de Caçadores Provisório. No ano seguinte o Decreto nº 30, de 22 de fevereiro de 1839 criou doze batalhões de caçadores ligeiros, dentre os quais o de Santa Catarina, com sede no Desterro, passando o então Batalhão Provisório, de Laguna, a constituir o 1º Batalhão de Caçadores de Linha.

No ano de 1842, foi transferido para a guarnição da Corte, no Rio de Janeiro, onde, em 1851, passou a denominar-se 9º Batalhão de Caçadores. No ano seguinte, novamente, mudou a sua denominação para 8º Batalhão de Caçadores, a qual manteve até seguir para o teatro de operações, na Guerra da Tríplice Aliança.

Em 1865, o 8º Batalhão foi mandado integrar as tropas do General João Propício Mena Barreto, no sul do país. Integrando-se à Divisão Observadora, com a denominação de 8º Batalhão de Infantaria de Linha, sob o comando do Major Joaquim Luiz de Azevedo.

Tendo em vista a Convenção de 20 de fevereiro de 1865, foi dado novo destino às tropas brasileiras que se encontravam nas imediações de Montevidéu, em face da invasão do Mato Grosso, do aprisionamento do navio *Marquês de Olinda* e da expectativa de invasão da Província do Rio Grande do Sul, pelas tropas paraguaias.

Tendo em vista o agravamento de seu estado de saúde, o General Mena Barreto foi substituído pelo General Manoel Luiz Osorio. As tropas brasileiras em terras uruguaias tinham, nesta época, um efetivo de 9.466 homens, dos quais 430 pertenciam ao 8º Batalhão de Infantaria de Linha.

¹¹¹ General-de-Divisão Médico, Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



No dia 25 de setembro de 1865, as tropas de Osorio deixaram o seu acampamento, na margem do Mandisobi Grande, seguindo para a foz do Mocoretá, na Argentina, aonde chegou no fim da tarde do dia seguinte. Formou-se, no local, uma grande concentração de tropa. Osorio aproveitou para dar descanso à tropa, para se recuperar dos desgastes sofridos na campanha do Uruguai (1864/65).

A transposição do Mocoretá pela tropa demorou três dias. Os argentinos do General Gelly y Obes seguiram na retaguarda brasileira, transpondo o Mocoretá, em 3 de outubro. Transpuseram o rio 18.365 homens.

Na organização das suas tropas, Osorio integrou o 8º Batalhão de Infantaria de Linha na 8ª Brigada de Infantaria, sob o comando do Coronel José Baltazar da Silveira. A unidade estava, agora, com apenas 365 homens, dos quais 24 oficiais. Compunham a mesma brigada, o 16º Batalhão de Infantaria de Linha e o 10º Batalhão de Voluntários da Pátria. A 8ª Brigada pertencia à 3ª Divisão do Brigadeiro Antonio de Sampaio.

No dia 3 de outubro, Osorio iniciou marcha, para atingir Mercedes, ponto obrigatório de passagem para o Rio Paraná. A marcha durou 28 dias. Marcha de muito sacrifício, com muita chuva e lama. Em 16 de dezembro, os exércitos aliados, sob o comando do General Bartolomeu Mitre, já se encontravam reunidos à leste de Cor-

rientes. Eram 22.000 brasileiros integrantes do Corpo de Exército de Osorio e mais 15.000 aliados. Cabia-lhes, então, planejar a transposição do Paraná para o território inimigo. Os preparativos eram intensos e continuados. Osório enfrentava tudo com muita determinação. Enquanto aguardava o momento da transposição, a tropa seguiu realizando exercícios de adestramento.

A preparação para a transposição, do Paraná foi uma tarefa pesada, pois foi associada à organização da base de operações, em Corrientes. O Corpo de Engenheiros trabalhou na construção de meios flutuantes, pontos de embarque e reconhecimento do terreno. Enquanto que a vanguarda argentino-uruguaia procurou dar segurança à operação.

No dia 25 de fevereiro de 1866, Bartolomeu Mitre reuniu o alto comando aliado, em seu quartel-general, para debater a transposição. Estiveram presentes: Tamandaré, Osorio e Flores. Concluíram pela necessidade de um reconhecimento naval do Rio Paraná, até as Três Bocas, para a escolha do melhor local para a invasão.

O reconhecimento foi iniciado no dia 21 de março. Mitre, Osorio e Flores seguiram a bordo do *Apá*, debatendo sobre o melhor local para invasão. Sem chegar a uma conclusão, seguiram na exploração do rio, agora com a presença de Tamandaré. Ao chegarem às proximidades de Itapiru, houve troca de tiros com o forte.

Após uma nova reunião, os chefes aliados decidiram por um desembarque na região de Itapiru. Para isso seria necessária a conquista de Ilha Cabrita, ao sul do forte. De 5 para 6 de abril, 900 homens, sob o comando do Tenente-Coronel Vilagran Cabrita, desembarcaram na ilha.

Durante quatro dias, travou-se o combate, com apoio naval. Após esta vitória, quis o destino, que Vilagran Cabrita viesse a tombar mortalmente ferido pelo fogo inimigo, quando já estava recolhido.

Depois de tudo isso, o comando aliado achou por bem mudar o local da invasão. Não mais seria em Itapiru, mas sim na margem esquerda do Rio Paraguai, pouco acima da sua embocadura, conforme fora sugerido por Osorio.

Próximo do momento da invasão, em 1º de março, o 1º Corpo de Exército brasileiro acampou em Tala-Corá, contando com 32.868 homens. Destes, 578 homens eram do 8º Batalhão de Infantaria de Linha, sendo 19 oficiais. Na tarde do dia 15, a tropa ficou em condições de realizar a transposição do rio. As mochilas e os materiais, desnecessários, foram deixados na margem esquerda do rio e foram levados apenas: o armamento, a munição e as ferramentas indispensáveis. Vestiam, todos, novos uniformes.¹¹²

No início da noite, neste mesmo dia, sob o controle de uma comissão de

engenheiros, embarcou, em primeiro lugar, a 3ª Divisão, do Brigadeiro Sampaio. Embarcaram em um pequeno cais construído nas barrancas do rio no início da noite. A 8ª Brigada embarcou de um outro cais, tendo permanecido embarcada por toda à noite. Na oportunidade, o General Osorio, em uma proclamação à tropa, declarou: “*Soldados e compatriotas. Tenho presenciado a vossa serenidade no meio das privações e a vossa constância nos sofrimentos.*”

Às 08:30 horas do dia 16 de abril, foi iniciada a transposição. A 3ª Divisão de Sampaio, com 4.406 homens, embarcou nas corvetas *Magé* e *Beberibe* e nas canhoneiras *Ivaí* e *Iguatemi*. A 8ª Brigada seguiu no *Wipper* (navio fretado), junto ao qual flutuavam as chatas *Rio Grande* e *Quatro Canoas*. Os oficiais foram acomodados no convés do navio e a tropa em canoas. As ferramentas e munição reserva foram acomodadas em outra canoas. A pequena frota tomou posição ao longo do Paraná, entre a foz do Paraguai e o Forte Itapiru.

A frota seguiu para o local da invasão sob forte tiroteio inimigo. A frota seguiu como se fora para a margem direita do Paraná, próximo a Itapiru. Em hábil manobra, as embarcações entraram pelo Rio Paraguai, chegando até o ponto escolhido por Osorio.

A 3ª Divisão desembarcou as suas duas brigadas, juntamente com o comando

¹¹² MAIA PEDROSA, José Fernando. *Batalhão Itapiru*. (atualizado em 1990).

do 1º Corpo de Exército. Todo o desembarque foi realizado sob intensa chuva e terreno alagado. O primeiro a pisar solo paraguaio foi Osorio, seguido de seu piquete de cavalaria. De imediato, iniciou um reconhecimento, acompanhado pelo seu piquete de guarda.

O 8º Batalhão de Infantaria de Linha, comandado pelo Tenente-Coronel Francisco Antônio Souza Camisão, desembarcou na segunda jornada do dia e recebeu a sua primeira missão em combate. Passou a reforçar a 1ª Divisão, do General Argolo, juntamente com o 10º de Voluntários. Cabia à 1ª Divisão constituir a vanguarda aliada.

O caminho para Itapiru era uma estreita faixa de terreno arenoso, alagado, ladeado por mata densa. A fortificação ficava a cerca de uma légua. Em Passo da Pátria, 30.000 homens esperavam ordens de Solano López.

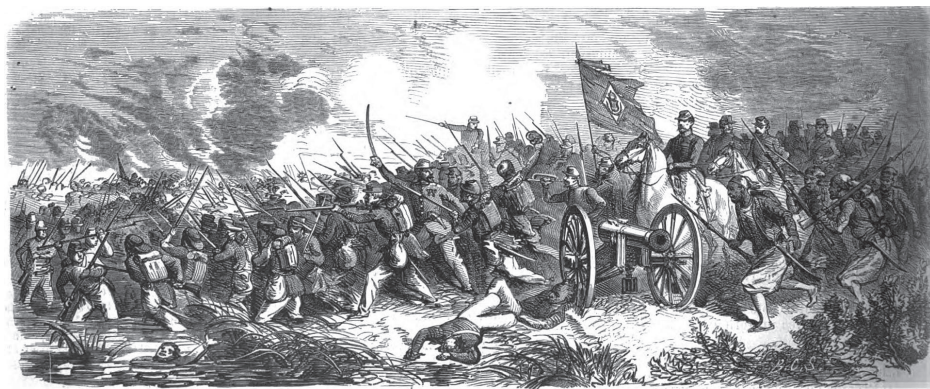
Logo após atravessar um banhado, Osorio estabeleceu o primeiro contato com os inimigos. Felizmente, havia sido seguido

por uma companhia do 2º Batalhão de Voluntários e outra do 11º, comandadas pelo Major Manoel Deodoro da Fonseca. Deodoro determinou o ataque, forçando o retraimento do inimigo para Itapiru.

Não há registros do dispositivo tomado pelas tropas, na cabeça-de-ponte conquistada. Sabe-se apenas que o espaço era muito pequeno para abrigar o seu efetivo e fazendo-se necessário o prosseguimento, imediato, em direção a Itapiru. A 1ª Divisão (Argolo), seguiu constituindo a vanguarda aliada, reforçada pelos 8º e 12º Batalhões de Infantaria de Linha e o 10º de Voluntários.

ITAPIRU

Na tarde do dia 16 de abril, o 8º Batalhão de Infantaria de Linha foi colocado à direita do acampamento, com a missão de proteger a artilharia e as avançadas. Nesta posição pernitoiu.¹¹³ Às 5 horas da manhã,



Infantaria brasileira atacando tropas paraguaias durante a Batalha de Itapiru

¹¹³ Ordem do Dia nº 152, de 25 de abril de 1866.

do dia seguinte, as tropas paraguaias, sob o comando do Tenente-Coronel Benitez, desencadearam um ataque frontal, contra os brasileiros, que se defenderam apenas com a sua vanguarda reforçada e mais dois regimentos de cavalaria. Os brasileiros contra-atacaram com os 1º e 13º Batalhões de Infantaria investindo contra o flanco esquerdo inimigo. Benitez foi levado a mudar a sua frente, expondo seu flanco direito ao 8º Batalhão de Infantaria de Linha e ao 10º de Voluntários, que o atacaram violentamente, sob as ordens do Coronel D. José da Silveira (comandante da 8ª Brigada).

O Tenente-Coronel Camisão, comandante do 8º Batalhão, mandou três de suas companhias para os pontos onde o inimigo atacava. A 1ª Companhia, do Capitão Felix José da Silva, a 2ª, do Capitão Licínio Libório Passos, e a 5ª, do Tenente Joaquim José Ramos. O combate foi cruel, porém a atuação do batalhão fez os paraguaios retraírem. Foi o batismo de fogo do 8º Batalhão de Infantaria de Linha. O seu preço foi 76 perdas, entre elas cinco oficiais. Morreu em combate o Capitão Licínio Libório Passos e foram feridos os tenentes Belisário Olímpio de Carvalho, Salviano Pires de Campos e João Francisco das Chagas, além do Alferes Manoel Estevão de Oliveira Pinto.

Neste mesmo momento, em que as tropas brasileiras combatiam em terra, a esquadra bombardeou Itapiru e arredores. O *Henrique Martins* e o *Greenbalgh* penetraram no canal entre a ilha de Santa Ana e a

margem norte do Paraná realizando o baliçamento do rio. A tarefa foi cumprida sob forte fogo da artilharia, de ambos os lados.

Neste mesmo dia, o restante das tropas aliadas, realizou o desembarque, agora no Rio Paraná, logo abaixo de Itapiru. Diante dos fatos Solano López determinou o abandono de Itapiru e ordenou o retraimento, de suas forças, para o Passo da Pátria.

No dia seguinte, 18 de abril, Osório, Paunero e Flores entraram em Itapiru, totalmente abandonado. A bandeira brasileira foi hasteada pelo Tenente-Coronel Freire Carvalho, comandante do 38º Batalhão de Voluntários, porém a mesma pertencia ao 6º Batalhão de Infantaria de Linha, do Tenente-Coronel Antonio da Silva Paranhos. Às 11:00 horas chegou em Itapiru o General Bartolomeu Mitre, ordenando à vanguarda seguir para o leste, a fim de reconhecer o terreno, na direção do Passo da Pátria. Essa vanguarda foi constituída pela 3ª Divisão, reforçada por dois batalhões orientais e uma bateria de artilharia brasileira, da qual fazia parte o 8º Batalhão de Infantaria de Linha.

PASSO DA PÁTRIA

A vanguarda rapidamente aprestou-se, seguindo rápido, pelo caminho que seguia para Passo da Pátria, quartel-general de Solano López. Passo da Pátria abriria o caminho, para Humaitá. A partir do dia 19 de abril, a esquadra passou a bombardear Passo da



Pátria em apoio à vanguarda. Ficado sob a ação da artilharia naval, Solano López retirou-se de Passo da Pátria, deixando apenas poucos elementos de artilharia e infantaria, para cobrir a retirada. Após a saída de López, o General Resquin, abandonou Passo da Pátria, com o grosso da tropa. Solano López tomou, posição ao norte do Estero Bellaco.

No dia seguinte, 20 de abril, Venâncio Flores substituiu a 3ª Divisão, reforçado pela 12ª Brigada de Infantaria, do Tenente-Coronel Joaquim Rodrigues Coelho Kelly, integrada pelo 8º Batalhão de Infantaria de Linha.

A tropa aliada manteve-se realizando constantes reconhecimentos, em busca de passagens e vias de acesso que viabilizasse um ataque ao inimigo. No dia 23 de abril, quando se preparavam para atacar, os aliados perceberam densas nuvens de fumaça para o lado de Passo da Pátria. Tocou o alarme em toda tropa e logo se soube que o inimigo havia abandonado as trincheiras, retraído, na direção do Estero Bellaco e incendiando a localidade.

De 23 para 24 de abril, Passo da Pátria foi evacuada, sem oferecer resistência. Segundo o General Resquin, Solano López achou que a posição não era confiável, em face do fogo dos navios brasileiros. Neste mesmo dia as tropas aliadas entraram, em Passo da Pátria. Mas só após três dias todas as tropas aliadas estavam na região de Passo

da Pátria, a cavaleiro do caminho para Humaitá. Esse caminho era ladeado por dois capões de mato cerrado, ao sul do qual a vanguarda aliada tomou posição. Os 3.580 homens (1.900 da 12ª Brigada brasileira) estavam sob o comando de Flores.

O COMBATE DE ESTERO BELLACO

Após a retirada de Passo da Pátria, López desdobrou, as suas tropas, ao norte do Estero Rojas. Deixou mais ao sul a sua vanguarda, com seis peças de artilharia, para vigiar os passos do Estero Bellaco (Pires, Sidra e Carreta). Pelo Passo Sidra passava a estrada para Humaitá. Da mata os paraguaios vigiavam as tropas aliadas. Uma milha, ao norte de Passo da Pátria, no antigo acampamento paraguaio, estava acampada a tropa aliada, com Flores na sua vanguarda.¹¹⁴

Às 16 horas, do dia 26 de abril, Flores realizou o seu primeiro reconhecimento com quatro batalhões de infantaria - um deles era o 8º - e alguns piquetes de cavalaria. Com essa tropa forçou a vanguarda inimiga fazendo com que esta recuasse cerca de meia légua, para o norte, onde se encontravam unidades regulares, com apoio de artilharia. Houve troca de tiros e fogos da artilharia paraguaia, sem maiores consequências.

¹¹⁴ THOMPSON, George. *Guerra del Paraguay*. Assunção: RP Ediciones, 1992.



Na tarde do dia 29, um novo reconhecimento. Desta feita, Flores, levou quatro peças de canhões La Hitte que fez atuar tão logo chegou na linha de frente. Prosseguiu no reconhecimento, com dois batalhões de infantaria, apoiados pela 5ª Bateria do 1º Regimento de Artilharia a Cavalo. Nessa oportunidade, Mitre e Osório fizeram presença junto à vanguarda.

Em 1º de maio, Osório determinou ao General Vitorino que desse proteção à vanguarda, pois o grosso aliado ainda estava em Passo da Pátria. Seguiram, para a frente, o 21º e o 38º de Voluntários, assim como o 4º Corpo de Cavalaria de Voluntários. Osório não tinha ficado satisfeito com o que viu, na vanguarda aliada.

López foi informado sobre o dispositivo aliado e decidiu atacar. Organizou três colunas, sob o comando do Tenente-Coronel Díaz, com cerca de 4.000 homens, e, no dia 2 de maio, desencadeou um violento ataque precedido por um forte bombardeio de artilharia. Ao centro, o grosso de infantaria e nas alas dois regimento de cavalaria, de cada lado.

Na manhã do dia 2 de maio, o General Hornos, com alguns piquetes da cavalaria argentinos, transpôs o Estero Bellaco e atacou as posições avançadas paraguaias. Às 12 horas, Díaz desencadeou o ataque, iniciando a manobra com o lançamento de foguetes incendiários e fogos de artilharia.

O ataque inimigo foi forte fazendo os aliados retrocederem, deixando a artilharia isolada. Seu comandante, diante do pãni-

co surgido entre os seus soldados, e abandonando os canhões, ordenou a retirada.

O alarme foi geral no campo aliado. A situação tornou-se crítica, com o Tenente-Coronel Leon Palleja, procurando deter o inimigo. Foi nesta hora que surgiu o Osório, seguido pela 6ª Divisão (Vitorino), em contra-ataque, detendo o inimigo. Só restou, para Díaz, ordenar o retraimento para uma posição ao norte do Estero Rojas.

ATUAÇÃO EM TUIUTI

Bartolomeu Mitre manteve seus homens posicionados em Estero Bellaco até o dia 19 de maio. Procurando um local mais apropriado, para as suas tropas, no dia 20, pela manhã, mandou o exército aliado marchar para o norte, seguindo a estrada que levava a Humaitá. Flores seguiu, na vanguarda, juntamente com a 6ª Divisão, do General Vitorino. Atravessaram, o Estero Bellaco, pelo Passo Sidra, enquanto os argentinos, do General Hornos, passaram mais ao leste, pelo Passo Carreta. Os aliados seguiram em marcha, trocando tiros com a retaguarda paraguaia, posicionada ao norte o Estero Bellaco, até chegarem aos campos de Tuiuti. Ai, acamparam no final do dia.

Os paraguaios posicionaram-se mais ao norte, desde Passo Gómez até o Estero Rojas (Estero Bellaco Norte). O quartel-general de Solano López foi instalado em Passo Pucu, onde permaneceu durante cerca de dois anos.



Fazendo o seu estudo de situação, Solano López concluiu que tudo indicava um ataque aliado para o dia 25 de maio. Procurando antecipar-se e surpreender o inimigo, atacou no dia 24. Não contou, entretanto, com a previsão de Osorio, que anteviu o ataque paraguaio e preparou-se para ele. Segundo Bartolomeu Mitre, dois dias antes, Osorio já havia levantado essa hipótese.

Flores posicionou-se pouco mais ao norte, com a vanguarda, a cavaleiro da estrada de Humaitá, reforçado pela 12ª Brigada brasileira da 4ª Divisão (Guilherme) e pelo 1º Regimento de Artilharia a Cavalos (Mallet). À esquerda de Mallet, posicionou-se a 6ª Divisão (Vitorino), enquanto a 3ª Divisão (Sampaio) desdobrou-se um pouco mais à esquerda. Na retaguarda, Flores. Mais à retaguarda, em uma posição dominante, posicionaram-se os 1º e 3º Batalhões de Artilharia a Pé. Mais ao sul, a 1ª Divisão de Argolo e a 4ª de Guilherme de Souza, além da 19ª Brigada Auxiliar (Artilharia), do Coronel Gomes Freitas.

Formando um terceiro escalão, a 2ª Divisão de Cavalaria, do General José Luiz Mena Barreto e a 5ª do Coronel Tristão Pinto. Próximos a elas, o 7º e o 24º Batalhões de Voluntários, mais ao sul; protegendo os trens, o General Antonio de Souza Neto, com a sua Brigada Ligeira.

O 8º Batalhão de Infantaria Ligeira, novamente sob o comando do Major Joaquim Luiz Azevedo, integrante da 1ª Divisão (Argolo), posicionou-se no flanco

esquerdo aliado. Exatamente onde houve um certo descuido com a segurança, face ao Potreiro Pires, apesar dos protestos do General Argolo, na fase de planejamento.

Às 11.55 horas, segundo o General Cunha Matos, subiu ao ar um foguete a Congrêve disparado pelo General Vicente Barrios, comandante da coluna posicionada no flanco direito paraguaio. Era o sinal de que já estava em posição, para o desembocar do ataque. Como resposta troou um canhão de Bugrez. Era o sinal combinado. Iniciava-se a maior batalha campal, em terras sul-americanas.

O General Barrios, com 8.000 infantas e 1.000 cavalarianos, atacou o flanco esquerdo aliado, onde estavam as tropas brasileiras. Não contava com artilharia. Após romper as linhas brasileiras, deveria juntar-se às tropas do General Resquin, na retaguarda aliada.

A 1ª Divisão estava constituída pelas 8ª Brigada do Coronel D. José da Silveira (8º e 16º Batalhões de Infantaria, mais o 10º e o 46º de Voluntários) e a 10ª Brigada do Coronel Carlos Resin Filho.

Após a submersão da vanguarda aliada, Díaz prosseguiu no seu ataque, buscando o flanco esquerdo do 1º escalão aliado. Sampaio, percebendo o perigo, levou a 3ª Divisão em socorro de Argolo. Segurou a pressão inimiga empregando à 7ª Brigada, reforçada pelo 4º Corpo de Voluntários da Pátria (da 5ª Brigada). Foi durante esse combate que Sampaio tombou mortalmente ferido sendo,

na ocasião, substituído pelo General Bittencourt. Este episódio foi muito bem descrito por Dionísio Cerqueira, então Alferes do 4º Batalhão de Infantaria de Linha.

A situação tornou-se grave, no flanco esquerdo aliado. Osorio ao perceber o perigo ordenou à 1ª Divisão fechar a brecha que se abria. Argolo, para isso, usou a sua 10ª Brigada. Atrás dela seguiu a 11ª Brigada, da 4ª Divisão (Guilherme), por determinação direta, de Osorio.

Comandando a ala direita das tropas paraguaias, o General Barrios atravessou o Potreiro Pires, visando atingir à retaguarda brasileira. No local, dando pasto à cavalaria estava o General Neto, com a sua Brigada Ligeira, reforçada pelos 1º e 24º de Voluntários da Pátria.

Barrios penetrou, em massa, no potreiro, obrigando o General Neto a recuar, até o Estero Bellaco, em Passo Pires. Osório socorreu a Brigada Ligeira, empregando a 2ª Divisão de Cavalaria, sob o comando do General José Luiz Mena Barreto.

Durante o combate de Tuiuti, certas divisões e brigadas ficaram dissociadas. Osorio lançou batalhões em direções opostas, conforme a situação assim o exigiu, no momento. Os 8º e o 16º Batalhões de Infantaria de Linha, da 8ª Brigada, reforçaram a 6ª Divisão (Vitorino), enquanto que os 10º e 46º de Voluntários da Pátria, da mesma brigada, foram empregados, no extremo sul do dispositivo, na picada que levava ao Potreiro Pires.

Praticamente ao mesmo tempo, o General Resquin atacou o flanco direito aliado, onde estavam os argentinos, fazendo esses retrocederem. Mais uma vez foi Osorio em socorro, levando pessoalmente alguns batalhões brasileiros (Rio Branco).

O COMBATE DE 16 DE JULHO

Uma semana após Tuiuti, reuniram-se os chefes militares aliados, para apreciar a situação das forças em presença, com suas conclusões registradas em ata.

Foi pacífico o entendimento de que Tuiuti fora uma vitória aliada, mas serviu para demonstrar as surpresas e dificuldades consequentes de uma prolongada campanha em terreno desconhecido e inóspito. Era evidente que o desgaste imposto pelo combate, pelo clima, pelo desconforto e pelas prolongadas vigílias, levariam a paralisação temporária da ofensiva. Pelo menos até que fosse conseguido elevar as condições de mobilidade e o poder de combate.

As tropas paraguaias também não estavam em condições de realizar grandes operações, pois seu desgaste foi maior que o dos aliados. As suas perdas foram muito grandes.

Na linha de frente, alguns bombardeios de artilharia ou pequenos combates e golpes de mão. Por certo a guerra não foi decidida ali.

Tuiuti transformou-se em um grande acampamento fortificado, onde os militares passaram a conviver com comerciantes



e gente de todas as espécies, pelas Bandas do Passo da Pátria. O estado sanitário era precário e os recrutas recém-chegados, com frequência, ficavam enfermos. Havia cerca de 10.000 homens baixados nos hospitais, dos quais cerca de 1.500 oficiais. O moral não era bom, principalmente com a notícia de que o General Osorio teria que deixar o teatro de operações em consequência de seus ferimentos.

Às 11 horas do dia 14 de julho de 1866, o exército aliado entrou em forma pronto para o combate. O 8º Batalhão estava presente na coluna aberta pela 1ª Divisão, para receber uma possível investida inimiga. Dionísio Cerqueira, posicionado próximo ao 8º, descreve o bombardeio paraguaio fazendo voar sobre as suas cabeças, sem interrupção, centenas de projéteis, que iam explodir mais adiante, espalhando a morte pelos batalhões. Outras vezes caindo as granadas na frente, atingiam as fileiras da 1ª Divisão. Naquele dia foram mortos 10 soldados e foram feridos 7 oficiais e 55 praças.

O inimigo não dava sossego, realizando golpes de mão, aproveitando a escuridão da noite, a procura de sentinelas menos atentas.

Nesse meio tempo, López iniciou a fortificar Punta Ñaro (ponta zangada) para barrar o avanço aliado por uma picada que levaria os atacantes ao seu flanco direito.

No dia 15 de julho de 1866, o General Polidoro assumiu o comando do 1º Corpo de Exército, em substituição ao General

Osorio, que se retirara por ter sido ferido. Já no dia seguinte, o General Polidoro, preparou o ataque planejado por Osorio. O combate durou todo o dia, com pouco resultado para os aliados.

Aos poucos, o combate foi se tornando mais intenso, dentro da mata, e além das trincheiras. A 1ª e a 3ª Divisões foram se engajando, seguindo à retaguarda da 4ª Divisão (Guilherme), que acabou sendo substituída.

A 1ª Divisão contava com suas duas brigadas. A 8ª (Balthazar da Silveira), com seus quatro batalhões (8º e 16º Batalhões de Infantaria de Linha e o 10º e o 46º de Voluntários), e a 10ª (Tenente-Coronel Faria Rocha) com cinco batalhões (13º Batalhão de Infantaria de Linha e os 2º, o 22º, o 26º e o 40º de Voluntários).

Às 7:30 horas Argolo ordena que o 46º Batalhão de Voluntários reforçasse a 4ª Divisão e logo em seguida mandou seguirem o 8º e o 16º Batalhões de Linha. Praticamente quase toda a 8ª Brigada ficou empenhada. Permaneceu, apenas, o 10º de Voluntários dando proteção ao 1º Regimento de Artilharia a Cavalos, por ordem do General Polidoro.

No início da manhã, o 8º Batalhão de Infantaria foi mandado apresentar-se à 13ª Brigada, do Coronel Domingos José da Costa Ferreira, para repelir o inimigo que entrava em uma picada. O Batalhão avançou para a frente das trincheiras, ocupadas pelo 14º Batalhão de Infantaria e estendeu

a unidade em linha de atiradores, sobre uma força de cavalaria, que conseguiu desalojar. Diante do êxito o Coronel Domingos manda duas companhias, sob o comando do Capitão Nelson Jansen Muller. Logo em seguida manda mais duas, sob o comando do Capitão Felix José da Silva, com mais duas companhias, em perseguição.

Após sete horas de combate contínuo, o 8º Batalhão de Infantaria, depois de atacar a segunda trincheira e ter sido contra-atacado na primeira (Punta Ñaro), sustentou quatro ataques inimigos, pela frente e pelos flancos, sob violento bombardeio. O batalhão manteve-se firme na posição, defendida pela ponta das baionetas, em combate corpo-a-corpo. Pagou caro esta vitória, o 8º Batalhão de Infantaria de Linha. Tombou heroicamente o seu comandante, o Major Joaquim Luiz de Azevedo. Neste combate morreram três oficiais e 14 praças; e foram feridos 6 oficiais e 81 praças.

Em parte, de 21 de julho, o Capitão Felix, informou ao General Argolo a morte, em combate, do Major Joaquim Luiz de Azevedo, Comandante do 8º Batalhão:

Não tendo o meu antecessor podido dar a parte do combate, em 16 de julho, por ter falecido no (combate) que teve lugar no dia 18, tudo do corrente (julho) mandei passar a limpo a que ele em borrão havia deixado, a qual tenho a honra de passar as mãos de V.S., a fim

de apreciá-la como melhor entender. Deus guarde a V.S. Assinado Cap Felix José da Silva, Capitão comandante interino.

Nas partes de combate, assinadas pelo Capitão Felix, Comandante do 8º naquele momento, o Comandante da 8ª Brigada, o Coronel Balthazar e o da 1ª Divisão, General Argolo, ressaltam a coragem e o desempenho do Major Azevedo.¹¹⁵

O combate foi violento e estafante. No decorrer da luta a 4ª Divisão, já exausta e com um efetivo seriamente desfalcado, foi substituída pela 1ª Divisão.

A MARCHA DE FLANCO

Iniciava-se uma fase muito difícil para as tropas brasileiras. A situação estacionária das forças aliadas em Tuiuti e a falta de meios para realizar o prosseguimento. O terreno era inóspito, cheio de matas densas e esteros, cujos passos eram desconhecidos para os aliados. As montadas eram poucas (cerca de 3.000) e em más condições para realizar os reconhecimentos.

A tentativa de uma penetração pela margem oriental do Rio Paraguai não foi possível, apesar da conquista de Curuzu, em 3 de setembro de 1866. Já a tentativa contra Curupaiti foi um desastre, onde 1.961 foram as baixas brasileiras.

¹¹⁵ Ordem do Dia nº 9, de 31 de outubro de 1866, do General Polidoro.



Meses depois, não só pelo fracasso de Curupaiti como pelas condições de Curuzu, face às chuvas, o 2º Corpo de Exército foi levado para Tuiuti, deixando apenas uma pequena guarnição no forte evacuado.

Nessa fase da guerra, houve muitos fatos desagradáveis na zona de atuação do 2º Corpo, o que em nada comprometeu o 8º Batalhão, por estar integrando o 1º Corpo.

Em 10 de outubro, o Imperador nomeia o Marquês de Caxias para o Comando em Chefe do Exército Brasileiro em operações. Veio comandar não só a força terrestre como também a naval. Desembarcou em Itapiru no dia 17 de novembro de 1866, tendo sido recebido pelo General Polidoro. No dia seguinte, segue para Passo da Pátria e Tuiuti, onde foi recebido por dois esquadrões de cavalaria. O 8º Batalhão estava formado com o grosso da tropa para receber o novo Comandante em Chefe.

Caxias, após assumir o comando instalou o seu quartel-general em Tuiuti, onde permaneceu até ter condições para o prosseguimento. Em seguida reuniu-se com o General Bartolomeu Mitre, Comandante Aliado.

Caxias encontrou o Exército em péssimas condições, com um terço dos homens baixados aos hospitais e enfermarias. A soldadesca estava mal uniformizada e o equipamento em mau estado. A cadeia de suprimento era falha e a disciplina deixava a desejar.

Caxias logo iniciou a reorganização do Exército, a regularização do apoio administrativo e o saneamento dos acampamen-

tos com medidas básicas de higiene militar. Individual e coletiva. A disciplina também iniciou a ser corrigida.

Na manhã de 9 de janeiro de 1867, cerca de 06:00h, Caxias chega ao acampamento da 1ª Brigada de Infantaria, comandada pelo Coronel D. José Balthazar da Silva, constituída pelos 8º e o 16º Batalhões de Linha e o 40º Corpo de Voluntários da Pátria. A impressão geral, do acampamento, e a apresentação da tropa foram consideradas muito boas. Mas foi notada, no 16º Batalhão de Infantaria e no 40º de Voluntários, a falta de algumas peças do equipamento, assim como a manutenção do armamento deixava a desejar. Nas demonstrações de adestramento, estas duas unidades também não se saíram bem. Caxias chamou a atenção dos comandantes da Divisão e da Brigada e elogiou o Tenente-Coronel Hermes Ernesto da Fonseca, comandante do 8º Batalhão, pela disciplina e desempenho da unidade.

Em 9 de fevereiro de 1867, Caxias assumiu o Comando Aliado, com a saída de Bartolomeu Mitre do teatro de operações. Além de todos os problemas já existentes, Caxias teve que enfrentar o surto de cólera morbus surgida no acampamento aliado, e que levou à morte cerca de 2.000 brasileiros. O 8º Batalhão, como toda a tropa brasileira, passou um período triste e difícil.

No dia 10 de julho Caxias determinou várias medidas preparatórias com vistas ao reinício das operações ofensivas.

No dia 18 de julho de 1867, chegou em Tuiuti, o 3º Corpo de Exército, comandado pelo General Manoel Luiz Osorio, completando um reforço de 20.000 homens recebidos por Caxias. No dia 22 de julho, teve início o movimento para desbordar as trincheiras inimigas do Sauce-Boquerón-Curupaiti. A 24, o grosso da tropa transpõe o passo Tio Domingos, atravessando inúmeros esteros que caracterizam aquela região. A tropa se sentiu aliviada ao pisar terra firme novamente.

Após alguns pequenos encontros de vanguarda, o grosso da tropa chegou em Tuiú-Cuê (barro que desapareceu), em 31 de maio, onde acampou e estabeleceu a segurança. No dia seguinte, reassumiu o Comando Aliado o General Bartolomeu Mitre, ao retornar ao teatro de operações. Logo ao chegar, teve uma longa entrevista com Caxias e demais generais, onde ficou decidida a continuação da marcha. As trincheiras paraguaias não terminavam no sul, mas sim contornavam todo o perímetro de Humaitá. Somente um isolamento traria a decisão tão desejada. As tropas fechariam Humaitá na margem do Rio Paraguai, enquanto a esquadra deveria juntar-se ao exército, ao norte da fortaleza.

A fase móvel da campanha destacava-se pelas longas marchas, pelas ações de cavalaria e pelas tentativas frequentes dos paraguaios em atingir os comboios de suprimentos, oriundos de Passo da Pátria.

Segundo depoimento de prisioneiros, López continuava recebendo recursos do

interior do país pela estrada que passava por Potrero Obella, onde guardava um numeroso rebanho bovino e cavallhada. Apenas uma pequena guarnição aí permanecia entrincheirada.

Caxias resolveu prosseguir com mais energia nas operações na margem esquerda do Rio Paraguai. Decidiu atacar Tayi, abrindo caminho para Pilar. Designou para executar a operação o Brigadeiro João Manoel Mena Barreto, com cerca de 4.400 homens.

Tayi, na margem esquerda do Paraguai era o primeiro ponto ao norte de Humaitá, que apresentava boas condições para realizar a junção das forças terrestre com a esquadra, que deveria passar a fortificação.

A cavalaria contava com a 1ª Divisão, do General Andrade Neves, e a 2ª, do Coronel Oliveira Bueno. A infantaria estava constituída por sete batalhões, sob o comando do Coronel Salustiano Jerônimo dos Reis. Contava ele com os 1º, 2º, 7º, 8º e 9º de Infantaria e os 24º e o 33º de Voluntários. A tropa seguiria apoiada por artilharia, sapadores e com ambulâncias que levariam material para um hospital de sangue.

Em 29 de outubro, os aliados conquistaram Potrero Obella e, a 20 de novembro, Tayi, completando assim o cerco nas margens do Rio Paraguai, dando abertura para Pilar. Nestes combates, mais uma vez o 8º Batalhão se destacou pela sua bravura.

Ao amanhecer do dia 29 de outubro, Mena Barreto iniciou a sua marcha em direção a Potrero Obella, com os 2º e 3º Re-



gimento de Cavalaria, da 1ª Divisão, constituindo a vanguarda.

A tropa atravessou o Arroio Y-Py-puce (Arroio Fundo), onde deixaram dois Regimentos de Cavalaria para proteção da retaguarda, e prosseguiram em direção a Potrero Obella, onde os paraguaios haviam se entrincheirado. A fortificação, em forma de quadrilátero, possuía antefosso cheio de água e flancos protegidos por banhados.

Mena Barreto monta a sua manobra, prevendo um ataque a três batalhões, rompendo pela picada em frente, investindo contra as trincheiras. Para isso designou os 2º, 7º e o 33º Batalhões. Em um outro ataque, Mena Barreto empregou o 8º e o 9º Batalhões de Infantaria, juntamente com o 24º de Voluntários, mandados contornar o flanco esquerdo do inimigo e surpreendê-lo pela retaguarda. Duas horas de fogo de artilharia apoiaram a manobra. Após vencerem um longo deslocamento através um denso bosque, investiu pela retaguarda paraguaia.

O 1º Batalhão de Infantaria constituiu a reserva enquanto a 2ª Divisão de Cavalaria cobriu o flanco do ataque e impediu a fuga do inimigo.

O ataque pela retaguarda, com o 8º Batalhão em primeira linha foi sangrento e difícil, porém conseguiu penetrar na fortificação e dela expulsar os paraguaios. Nesta ação, tomaram mortos 83 brasileiros, mais 310 feridos. Entre os paraguaios tomaram mortos 143, além de mais de uma centena de prisioneiros, quase todos feridos. Entre

os mortos, o Major José González, comandante da tropa paraguaia.

Ao terminar o combate, o Brigadeiro Mena Barreto determinou imediatamente que a 2ª Brigada de Cavalaria, do Coronel Tristão José Pinto, desencadeasse um reconhecimento no caminho que levava a Pilar e Tayi. Ao ser abordada, a guarnição de Tayi evadiu-se se abrigo na mata ou através do rio. O Coronel Tristão, entretanto, não ocupou Tayi. A guarnição de Pilar também abandonou a posição, e foi ocupada pelo 3º Regimento de Cavalaria. Mena Barreto mandou acampar no Potrero e desencadeou um reconhecimento e a preá do gado e montadas que por ventura existissem.

Coube ao 8º Batalhão reconhecer a área de Laureles-Tayi, em busca de livre atiradores remanescentes, refugiados na mata densa.

No dia 30 de outubro, chegou ao acampamento um reforço para Mena Barreto. Chegaram os 23º Corpo de Voluntários e os 1º e 2º Corpos Provisórios de Cavalaria da Guarda Nacional, mais cinquenta sapadores, vindos de São Solano.

Tendo recebido a informação de que, em 1º de novembro, dois batalhões de infantaria, paraguaios, haviam chegado e ocupado Tayi, Caxias ordena a Mena Barreto atacar a localidade, ocupando a posição definitivamente. Visando não dar tempo ao inimigo em fortificar a posição, Mena Barreto resolve desencadear um rápido ataque à baioneta.

No dia seguinte, 20 de novembro, às 02:00h da manhã, Mena Barreto desencadeou o ataque. A tropa seguiu com os 1º e 8º Batalhões, em primeira linha, seguidos pelo 9º de Infantaria e o 24º de Voluntários na segunda. Na terceira linha seguiram o 7º e o 2º de Infantaria e o 33º de Voluntários. Ao atingir a distância conveniente, a infantaria brasileira tomou passo acelerado e “*carregou a baioneta*”, levando de vencida os paraguaios de Tayi. Os brasileiros fizeram 71 prisioneiros, tomaram seis estandartes, além de armamento e munição. Tiveram 33 mortos e 93 feridos. Entre os mortos paraguaios 23 soldados e o seu comandante, o Major Vilamaior. Ao referir-se a esse combate, o General Resquin comentou que “... *estas operações do inimigo (Potrero Obella e Tayi) cortaram inteiramente as comunicações do exército paraguaio com Assunção, pelo rio e por terra.*”

PASSAGEM PARA O CHACO

As portas para Humaitá continuavam abertas através do Chaco. Caxias decidiu fechá-las a través de uma operação na margem direita do Rio Paraguai. Para isso organizou dois destacamentos. Um brasileiro e outro argentino, para passarem para Chaco.

O Destacamento brasileiro, sob o comando do Coronel João do Rego Falcão, ficou constituído pelos 1º, 3º, 7º, 8º e 16º Batalhões de Infantaria. O 8º sob o comando do Coronel Hermes Ernesto

da Fonseca. Ao todo eram 2.300 homens. O Destacamento brasileiro concentrou-se em Estabelecimento e foi levado em chalanas através da Lagoa Cierva, até a margem do rio, onde embarcou no início da noite de 1º de maio, em navios da esquadra. O 7º Batalhão e duas companhias do 3º seguiram em uma segunda leva.

O 8º e o 16º constituíram a vanguarda. Tão logo desembarcaram, entraram em ação fazendo as forças paraguaias retraírem em direção a Timbó e a Humaitá. As tropas brasileiras seguiram em frente, até o local onde deveriam fazer a junção com os argentinos.

Os paraguaios reagrupam e contra-atacam sobre as posições do 8º e do 16º Batalhões, sendo repelidos. Quando se estavam recolhendo os feridos, novo ataque paraguaio. Novamente foram repelidos. Para prevenir-se de novo ataque, Hermes da Fonseca manda cavar trincheiras.

O ponto lastimável deste combate, além das baixas sofridas, foi o ocorrido com a Legião de Voluntários argentina, que, em dado momento no fragor do combate, virou as costas para o inimigo e abandonou o campo de luta. Além das inúmeras baixas, a Legião foi dissolvida como castigo.

Com a ocupação de Andai, pelas tropas brasileiras e argentinas, ficou cortada a estrada entre Humaitá e Timbó, a única via de comunicação da fortaleza com o exterior. Vendo-se com o acesso, à margem esquerda do Rio Paraguai, cortado, Solano



López procurou reconquistar o acesso a Passo da Pátria, atacando novamente Tuiuti, em 3 de novembro de 1868.

CHACO

Após a conquista de Humaitá, o Marquês de Caxias deslocou para esta fortaleza, em 16 de agosto de 1868, a sua base de operações de Curupaiti. Para Humaitá foram levados hospitais, depósitos, repartições e tribunais, que estavam em Corrientes. Sua ideia era manter ali um efetivo mínimo e prosseguir com o grosso em direção ao norte. Sabia que Solano López tinha a maioria dos seus meios em Tebicuary.

Reconhecimento realizado no Chaco indicou a retirada das avançadas paraguaias, com abandono de armamento e munição. Mas Timbó ainda mantinha 400 soldados.

Caxias, diante do quadro, determinou que a 3ª Divisão (Brigadeiro José Auto Guimarães) reforçada com uma brigada de artilharia e outra de cavalaria, mais os trens de pontes, seguissem para Tayí e ficassem em condições de atuar quer em Timbó quer em Tebicuary.

Em 8 de agosto, Caxias realizou um reconhecimento no Rio Bermejo, porém optou por um ponto mais ao sul, pouco acima do Timbó, para realizar o desembarque. Ao retornar determinou ao General João Manoel Mena Barreto mandasse explorar convenientemente a região, em particular nas imediações do Rio Yaguareé, para tentar

colher prisioneiros. No retorno, o Major Daniel que havia comandado essa operação, trouxe um prisioneiro ferido que disse haver um pequeno contingente, com três canhões, na margem direita do Yaguareé, mas que esses homens já haviam recebido ordens para retrair para o Tebicuary, onde já se conhecia a rendição de Humaitá. Em 13 de agosto, depois de reunir os seus generais, Caxias decidiu marchar para o norte, com o objetivo de atacar Tebicuary.

O 2º Corpo de Exército, sob o comando de Argolo, permaneceu em Humaitá, enquanto Caxias seguiu com os outros dois Corpos, e os orientais, com o intuito de conquistar Pilar, o principal porto ao sul de Assunção. O 1º Corpo de Exército tinha como objetivo conquistar Pilar, deixando dois batalhões de infantaria em Tayí, enquanto o 3º iria para Opare-Cué, com alguns uruguaios.

No dia 17 de agosto, Caxias inicia a sua marcha, muito prejudicada pelas intensas chuvas. Transpõe o Ñeembucú, usando pontões de borracha e bateias. Neste mesmo momento os paraguaios abandonaram Timbó.

Na ocasião, o 8º Batalhão integrava a 8ª Brigada, comandada pelo Coronel Hermes Ernesto da Fonseca, pertencente à 5ª Divisão, do Coronel Carlos Bethbezé de Oliveira Néri.

Em 26 de agosto, o Barão do Triunfo (José Joaquim de Andrade Neves), no comando da 3ª Brigada de Cavalaria, reforçada pela 8ª Brigada de Infantaria (in-



Combate de infantaria na região do Chaco paraguaio.

clusivo o 8º Batalhão) e pelo 10º Corpo de Voluntários, transpõe o Yguaré e acampa em sua margem esquerda, permanecendo ali até o dia seguinte. Informações colhidas de prisioneiros davam conta do abandono de Villeta por parte das tropas inimigas. Solano López teria estado ali até o dia 24, quando resolveu retrain.

A vanguarda recebeu ordem para avançar em direção ao Tebicuary e Caxias deslocou-se para a frente aproximando-se da cabeça-de-ponte paraguaia. Ao examinar a situação sentiu a necessidade de conquistá-la, o mais rápido possível, para assegurar a transposição do Tebicuary.

Quando retornava para o seu Quartel-General, o Marquês de Caxias encontrou-se com o Barão do Triunfo (José Joaquim de Andrade Neves), já bem próximo ao rio. Após confabularem foi determinado

a general Andrade Neves, o ataque a cabeça-de-ponte, do Tebicuary. O Barão do Triunfo imediatamente determinou que a tropa fosse aliviada de suas mochilas e partiu para o ataque. Os paraguaios não ofereceram resistência. Ao perceber que estavam sendo atacados, muitos deles atiraram-se ao rio e nadaram para a margem oposta. Cumprindo a determinação de Caxias, Andrade Neves ocupou a posição conquistada, com uma brigada de cavalaria e outra de infantaria. O resto acampou mais à retaguarda, longe dos tiros da artilharia inimiga.

Em 31 de agosto, o Marquês de Caxias determinou um reconhecimento, visando à passagem do Tebicuary. Recolhida as informações, mandou lançar uma ponte nessa região, que se assentava sobre 17 canoas e havia sido trazida em carretas e parte rebocada por três navios



(Bahia, Alagoas e Ceará). Ao transpor o rio, a infantaria foi levada pelos monitores enquanto a cavalaria passou sobre a ponte. Ao chegarem nas trincheiras paraguaias já encontraram-nas vazias, pois os remanescentes paraguaios haviam se retirado para Villeta.

No dia 8 de setembro, a tropa reiniciou a sua marcha em direção ao Piquissiri e somente em 28 foram realizados os primeiros reconhecimentos à posição inimiga. Em função deste reconhecimento, Caxias verificou de que estava diante de uma posição fortemente defendida. Veio então a decisão de construir uma estrada através do Chaco, até um ponto a montante de Angostura e ali realizar a transposição do Paraguai, saindo à retaguarda do inimigo. Ao General Argolo foi atribuída a missão de construir a estrada.

Como medida preparatória foram passados para o Chaco os 4º e 16º Batalhões de Infantaria, além de elementos do Batalhão de Engenheiros e contingentes de cavalaria e artilharia. Enquanto se construía a estrada, no Chaco, novos reconhecimentos foram sendo feitos na região do Piquissiri e buscando-se um ponto apropriado para transpor o Paraguai, ao norte de Angostura.

Em 27 de novembro, o Marquês de Caxias transferiu o seu quartel-general para o Chaco e, em 29, o Barão da Passagem (Delfim Carlos de Carvalho), sobe o Paraguai até Assunção, onde realizou alguns tiros sobre os edifícios pú-

blicos, para distrair a atenção do inimigo. Dezenove mil homens passaram para a margem direita do Rio Paraguai (Chaco).

No dia 4 de dezembro, as tropas brasileiras transpuseram o rio, desembarcando nas barrancas de San Antonio, partindo de Santa Helena. O 8º Batalhão de Infantaria de linha, integrando a 8ª Brigada de Infantaria, fazia parte da 1ª Divisão de infantaria (Gen Gurjão), do 2º Corpo de Exército, comandado pelo General Argolo, juntamente com o 10º Batalhão de Infantaria e o 32º e o 38º de Voluntários.

Após vencer o inimigo no Tebicuary, as tropas aliadas aproximam-se do Piquissiri, onde se esperava resistência das tropas de Solano López. O terreno era muito mais favorável as tropas paraguaias ali entrincheiradas. As forças brasileiras avançavam cautelosamente, com a cavalaria na vanguarda.

DEZEMBRADADA

Em 3 de dezembro, o 8º Batalhão embarca em um navio, nas proximidades de Villeta e segue para Santo Antônio, pouco mais ao norte. Na manhã do dia 5, cerca de 8.000 homens mantinham uma cabeça-de-ponte, na margem esquerda do Paraguai. No final do dia já eram 17.000 soldados, na retaguarda das posições paraguaias do Piquissiri.

No dia seguinte, o 2º Corpo de Exército inicia a sua marcha para o sul, tendo em

sua vanguarda integrada pelo 8º Batalhão de infantaria, sob o comando do Major Antônio Joaquim Bacelar. A estrada a seguir era estreita e acidentada, tendo à sua direita o Arroio Itororó. Curso d'água encaixotado, com cerca de 4,50m de profundidade e 3,50m de largura. Uma verdadeira torrente, principalmente em consequência das chuvas constantes. A estrada seguia entre matas boscosas até cerca de 200m de uma ponte de madeira sobre o Itororó.¹¹⁶

Ao norte da ponte uma colina, muito bem descrita por Dionísio Cerqueira, em seu *“Reminiscências da Guerra do Paraguai”*. Ao sul, um rincão de mata fechada bordando a margem esquerda do arroio. Um pouco mais à da ponte, uma planície semeada de capões, cujo terreno se elevava, levemente, para o sul.

O 2º Corpo de Exército marchou na vanguarda do exército brasileiro, onde seguia integrado à vanguarda, o 8º Batalhão de Infantaria. Quando a tropa chegou nas colinas ao norte da ponte, já lá estavam posicionado os soldados de Bernardino Caballero, postados nas elevações ao sul do arroio. A artilharia paraguaia, ao notar a presença brasileira, abriu intenso fogo contra a vanguarda. Inicia-se o combate.

Em meio ao feroz combate Caxias procura fixar o inimigo na posição, aguardando Osorio realizar uma marcha de en-

volvimento, com o 3º Corpo de Exército, para atingir as tropas de Bernardino Caballero, pelo flanco direito. Para atingir os seus propósitos, Caxias, lança a 1ª Divisão, do General Gurjão. Avança a 1ª Brigada, na vanguarda, seguida das 8ª e 13ª. Sem esmorecer diante de um valente inimigo, a 1ª Divisão consegue transpor a ponte e fazer retrain as tropas paraguaias até uma distância razoável, para o sul.

O restante do 2º Corpo de Exército segue atrás da 1ª Divisão. Após já haver transposto a ponte, Argolo é seriamente ferido e tem que ser evacuado pelos seus ajudantes. Ao ver o grande chefe ferido, a tropa se ressentiu e começa a retroceder, em certa desordem, ao serem acossados pela cavalaria paraguaia.

Caxias previu o perigo e determinou ao General Jacinto Machado Bittencourt que desencadeasse um contra-ataque com o 1º Corpo de Exército, reforçado por tropas de cavalaria. A tropa montada atravessou a ponte ao galope, posicionando-se em linha, prontos para o combate. Seguiram em sua cauda as 4ª, a 9ª e a 10ª Brigadas (5ª Divisão). O inimigo não cede. Desencadeia um forte contra-ataque.

Caxias a tudo observa. Dispõe apenas de uma brigada de infantaria em sua reserva. Sente não poder contar com Osorio, naquele momento. Faltam notícias do 3º

¹¹⁶ TASSO FRAGOSO, Augusto. *História da Guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIE, 1959.



Corpo de Exército. Sentiu que devia atuar decisivamente. Ordena que os 46° e 51° de Voluntários atravessem a ponte e formem um quadrado para a defesa da posição. A tropa, prontamente, cumpre a determinação e entra em posição, após ultrapassar a ponte, permanecendo alerta na expectativa de um ataque inimigo. Neste momento, o velho comandante desembainha a espada e brada: *“Sigam-me os que forem brasileiros”*. Transpõe a ponte de espada em punho, seguido pelo seu piquete de 30 guardas riograndenses. Segue-lhe o restante da infantaria e artilharia ainda disponível, levando a bandeira brasileira tremulando, ao vento.

A presença do respeitado soldado enfurece o combate. A tropa brasileira estimulada pelo seu ato reagiu com todo brio e vigor. Os paraguaios sentindo a reação e não podendo resistir ao choque, foram abandonando as suas posições abandonando armamento, inclusive seis canhões. Retraíram a cavaleiro da estrada para Villeta.

Cerca de meia hora após o término do combate, chegou ao local da batalha, o 3° Corpo de Exército. Mas a vitória já havia sido alcançada. A estrada pela qual, Osório, tivera que percorrer era três vezes mais extensa do que se pensou. Osório só chegou a Itororó graças ao Tenente-Coronel Lima e Silva, Ajudante de Ordens, de Caxias, que foi ao seu encontro, para expor a situação difícil em que se encontrava o exército, em Itororó, e pedir que *“viesses com cautela o mais depressa possível”*.

Segundo Garmendia, o General Bernardino Caballero ainda teria condições de resistir na posição, mas optou pela retirada, ao ter tomado conhecimento da aproximação do 3° Corpo de Exército. Tal fato é confirmado por Centurión, em seu livro.

O combate em Itororó custou 1.806 perdas brasileiras e mais 1.200 paraguaios, deixando as tropas fatigadas após cerca de cinco horas de violento combate.

No dia seguinte, 7, as tropas brasileiras seguiram pela estrada de Villeta, até a capela de Ypané, sem preocupar-se com o inimigo. O 2° Corpo de Exército permaneceu em Itororó, junto à ponte. O grosso marchou até próximo à capela de Ypané. Bernardino Caballero, evita o confronto, marchando para o sul, mas sem perder de vista as tropas de Caxias.

O mau tempo e o cansaço levaram Caxias permanecer na região da capela de Ypané. Aguardava pelo grosso da cavalaria e o reaprovisionamento, pois os seus níveis já eram baixos. A tropa marchou desde Santo Antônio aliviada em sua bagagem, levando apenas o capote e ração para três dias.

No dia 9, Caxias ordenou o deslocamento, para oeste, até o porto de Ypané. Na frente partiria o 3° Corpo de Exército, seguido pelo 2°, ficando o 1° e os trens na retaguarda da coluna. A segurança da retaguarda ficou por conta de uma brigada de cavalaria.

Na madrugada, o 2° Corpo, acantonado em Itororó, agora sob o comando do General José Luiz Mena Barreto,

reuniu-se ao grosso, próximo à capela de Ypané. Às 11:00h foi iniciada a marcha rumo ao porto de Ypané. Ao deslocar-se, a tropa brasileira, desfilou às vistas do inimigo estupefato. Ao chegar em Guarda-Ypané, próximo ao Rio Paraguai, a tropa fez alto. Em lá chegando já encontrou a esquadra, desembarcando as divisões de cavalaria de João Manoel Mena Barreto e Andrade Neves, que vinham do Chaco. Junto foram trazidos os víveres e a munição que já estavam em nível crítico.

Na alvorada do dia 11 de dezembro, Caxias reiniciou o seu deslocamento para o sul, com a tropa descansada e suprida. O 2º Corpo de Exército, de Mena Barreto, compunha o grosso da tropa. Para chegar a Villeta, a estrada cruzava o Arroio Avaí, onde, naquele momento, encontrava-se Bernardino Caballero. Caballero estava posicionado em uma colina ao sul do arroio, com cerca de 7.000 homens e 18 canhões. Praticamente estava reproduzindo Itororó. Só que agora seria uma batalha campal, onde toda tropa brasileira estaria presente.

Osório marchava na vanguarda, com o seu Corpo de Exército. Ao se aproximar do Avaí percebeu a presença já esperada de Bernardino Caballero. Imediatamente alerta Caxias. Sem esperar mais, Caxias ordena um ataque à posição paraguaia, realizado pelo 3º Corpo de Exército, com as 2ª e 3ª Divisão de Cavalaria, sob o comando de Andrade Neves, desbordando pela esquerda e a 1ª Divisão de João Manoel, pela direita. A or-

dem era aniquilar o inimigo, destruindo o seu poder de combate.

Osório desemboca o ataque, enquanto a artilharia brasileira batia, violentamente pelo fogo, o inimigo. Pretendia flanquear o inimigo pela sua direita para atacá-lo pela retaguarda. Mas o solo encharcado, pelas chuvas, dificultou muito à manobra, sob intenso fogo inimigo. O 3º Corpo de Exército transpôs o Avaí, com a sua 3ª Brigada na vanguarda. Caballero parte, violentamente, com a sua cavalaria, sobre a vanguarda brasileira.

Quando tudo pareceu correr conforme o previsto, Bernardino Caballero empregou a reserva sobre o flanco direito brasileiro (9º e 15º Batalhão de Infantaria). A infantaria, dificultada pela lama não conseguiu formar o quadrado, ficando a mercê do inimigo. Apesar do tumulto o Tenente-Coronel Francisco de Lima e Silva, comandante do 9º Batalhão ordenou uma carga de baioneta, onde veio a tombar este valente oficial.

Diante da situação crítica, Osório lançou a 5ª Divisão de Cavalaria (Coronel Câmara), para aliviar a pressão sobre a infantaria brasileira. Caballero procura anular a ação da cavalaria brasileira, empregando a sua reserva, porém esta ação foi barrada pela própria 5ª Divisão.

A infantaria brasileira continuou sofrendo intenso fogo da artilharia e investidas dos lanceiros paraguaios. Osório sentindo o perigo lançou-se pessoalmente pelo centro, levando a sua infantaria de baioneta calada.



Os infantes souberam honrar a memória de Sampaio. Foi neste entrevero que Osório foi ferido, no rosto, por um tiro de fuzil.¹¹⁷

O ferimento de Osório não para de sangrar. O destemido chefe envolveu o seu rosto com o ponche-pala, galopa frente à tropa bradando: *“carreguem camaradas, acabem com eles!”* (História de Osório) Caxias desloca-se para a frente de combate, confabula com Osório, e lança o 2º Corpo de Exército (com o 8º Batalhão de Infantaria integrando a 8ª Brigada) sobre o flanco direito do inimigo, mantendo o 1º Corpo em reserva, mantendo uma brigada em Ypané, para observar o movimento de Caminos, que estaria vindo de assunção, em socorro de Caballero, com 3.400 homens.

O 2º e o 3º Corpo lançam-se com todo o ímpeto, sob a proteção da artilharia. Caballero não teve como deter, o ímpeto do ataque sofrido, apesar de terem os paraguaios imposto uma resistência obstinada.

Os brasileiros, por fim, ocuparam a colina e apossaram-se de quase toda a artilharia paraguaia, enquanto o Coronel Câmara realizou a perseguição, ao inimigo, com a 5ª Divisão de Cavalaria. A calma voltara à colina, a fadiga era grande, pelo esforço despendido. Apenas a artilharia manteve o fogo em cadência lenta, respondido por um solitário canhão paraguaio.

Bernardino Caballero retraiu para uma nova posição, com o que lhe restava

de sua valente tropa. Em determinado momento percebe um movimento de duplo envolvimento pela cavalaria brasileira. Era Andrade Neves e João Manoel desencadeando um ataque. Caxias, em determinado momento emprega a 5ª Divisão (Coronel Câmara), mais a infantaria disponível, dos 2º e 3º Corpos. O inimigo foi cercado.

A tentativa de romper o cerco foi segura pelas pontas das baionetas e as patas dos cavalos. Mesmo assim Bernardino Caballero, com alguns valentes conseguem fugir ao cerco e pegar a estrada para Villeta, perseguidos pela cavalaria. Talvez uns 200 conseguiram furar o cerco. A batalha demorou cerca de cinco horas, deixando mortos 3.000 paraguaios e 160 brasileiros. Terminada a batalha, o Marquês de Caxias dirigiu-se para Villeta e posteriormente para uma posição à retaguarda das trincheiras paraguaias do Piquissiri. O seu objetivo era a colina de Ita-Ibaté (Loma Valentina).

Em 21 de dezembro o exército colocou-se em movimento desdobrado em duas alas. A 1ª Coluna, sob o comando do General Jacinto Machado Bittencourt (8.794 homens) e a 2ª do General José Luiz Mena Barreto (19.415 homens).

A 8ª Brigada, integrada pelo 8º Batalhão de Infantaria (Major Antonio Joaquim da Silva Bacelar) e os 32º, 38º de Voluntários da Pátria, fazia parte da 3ª Divisão comandada pelo General José Auto da Silva Guima-

¹¹⁷ Manuscrito de 1869.

rães. A 3ª Divisão de infantaria integrava a 2ª Coluna, de Mena Barreto.

Neste mesmo dia, 21, desencadeou-se o ataque, às trincheiras do Piquissiri, com a 2ª Divisão de Cavalaria, de Andrade Neves, compondo a vanguarda. O ataque realizado pela 1ª Coluna não obteve o êxito esperado.

Mena Barreto desencadeou o ataque tendo a 8ª Brigada de Infantaria, do Coronel Hermes Ernesto da Fonseca, em primeiro escalão. Seguiu reforçada pelo 39º Corpo de Voluntários. O 8º Batalhão de Infantaria foi lançado, na frente, por uma estrada que atravessava um mato denso, seguindo-se os três Corpos de Voluntários, por diferentes veredas. A estrada pela qual seguiu o 8º Batalhão estava enfiada por três canhões do inimigo. Atrás da 8ª Brigada, seguiu o restante da 3ª Divisão. O ataque realizado pelas tropas de Mena Barreto foi brutal. Só a 3ª Divisão teve 1.846 perdas, entre mortos, feridos e extraviados. Destes 116 eram oficiais. O 8º Batalhão cumpriu gloriosamente a sua missão.

Em 23 de dezembro, o Marquês de Caxias resolveu dissolver vários Corpos de Voluntários da Pátria, que estavam desfalcados em seus efetivos, e redistribuiu o pessoal pelas demais unidades. Dentre os extintos estavam os três integrantes da 8ª Brigada (32º, 38º e 39º). Toda a Infantaria brasileira ficou grupada em apenas duas divisões. A partir deste momento, o 8º Batalhão passou a integrar a 6ª Brigada de Infantaria (antiga

8ª, renumerada), integrante da 2ª Divisão (antiga 3ª).

Dois dias após iniciou-se o bombardeio sobre Ita-Ibaté e, em 27 de dezembro, desencadeou-se o ataque à posição. A tropa paraguaia ali desdobrada ficou praticamente cercada. Mesmo assim Solano López conseguiu escapar. A vitória brasileira tornou-se mais significativa diante de inúmeros prisioneiros que foram libertados. Alguns, dentre eles, oficiais brasileiros.

Após a conquista de Angostura, o Marquês de Caxias, marchou para Assunção, passando por Villeta. Onde havia deixado trens e bagagens. Estacionou nas imediações da localidade.

Como ainda demoraria alguns dias para chegar a Assunção, por terra, o Marquês determinou que a 6ª Brigada de Infantaria seguisse, pelo Rio Paraguai, para ocupar Assunção. No dia 1º de janeiro de 1869, a 6ª Brigada de Infantaria, comandada pelo Coronel Hermes Ernesto da Fonseca, entrava na capital paraguaia, pondo em fuga os 200 homens que lá estavam. Assim, o 8º Batalhão de Infantaria de Linha, do Major Antônio Joaquim da Silva Bacelar, foi uma das primeiras unidades brasileiras a entrar em Assunção. O restante das tropas aliadas somente no dia 3 começaram a chegar.

No dia 6 de janeiro, o Marquês de Caxias, faz modificações em sua ordem de batalha, mas o 8º Batalhão continuou integrando a 6ª Brigada, da 2ª Divisão (1º Corpo de Exército).



Durante uma missa, na Catedral de Assunção, no dia 17 de janeiro, o Marquês de Caxias foi acometido de uma síncope cardíaca. Isso fez com que passasse o comando para o Marechal Guilherme Xavier de Souza, se retirasse para Montevidéu e daí seguisse para o Rio de Janeiro.

Em 14 de abril, chegou em Assunção o Conde D'Eu, genro do Imperador, nomeado Comandante em Chefe de todas as forças em operações no Paraguai. Em 18 de abril, o Conde D'Eu, passou o comando das tropas brasileiras para o Marechal de Campo Visconde de Pelotas. O Exército, em operações foi reorganizado, passando a 3ª Divisão (Brigadeiro Herculano Sanches da Silva Pedra), a ser integrada pelas 5ª e 6ª Brigadas de Infantaria. O 8º Batalhão, juntamente com o 3º e o 12º, integraram a 5ª Brigada de Infantaria, sob o comando do Coronel Domingos José da Costa Pereira.

O RETORNO

Terminada a guerra, o Governo do Brasil decidiu manter em território paraguaio uma força de ocupação. Em ofício de 4 de abril de 1870, o Ministro da Guerra determinou ao comandante das tropas brasileiras, no Paraguai, o General Câmara, que fixasse o efetivo a permanecer, de comum acordo com o Ministro Paranhos (Visconde do Rio Branco). Nesta data, o Conde D'Eu já havia regressado ao Brasil. Em 25 de abril, o Brigadeiro Emílio Luiz Mallet é nomeado Co-

mandante da 3ª Divisão de Infantaria.

Em ofício de 29 de abril, o General Câmara informou ao Ministro da Guerra, ter acertado a permanência da ordem de 3.000 homens, no Paraguai. Para isso foi criada a Divisão de Ocupação, a duas brigadas, em um total de 3.593 homens. A 5ª Brigada (Coronel Domingos) passou a ser a 2ª, tendo os 3º, o 8º e o 17º Batalhões de Infantaria.

Integrando a 2ª Brigada (Coronel Domingos José da Costa Pereira) estava o 8º Batalhão de Infantaria Ligeira, com 512 homens), sob o comando do Tenente-Coronel Antônio Joaquim Bacelar, juntamente com os 3º e 17º Batalhões. Esta brigada permaneceu em Assunção, enquanto que a 1ª foi mandada para Humaitá. Em 1871, o efetivo brasileiro havia aumentado para 3.722 homens.

No ano seguinte, retornou ao Brasil o 7º Batalhão de Infantaria, permanecendo no Paraguai um efetivo de 2865 homens (10 de abril de 1872). O retorno para o Brasil foi sendo realizado de tal forma, que em 1873 somente três batalhões ainda permaneciam em território paraguaio. Dentre eles o 8º Batalhão, juntamente com o 10º e o 17º. Em 25 de abril de 1873 só havia 1.959 soldados brasileiros, no Paraguai.

Em 1º de fevereiro de 1876 foi realizada em Buenos Aires uma reunião entre Bernardo Irigoyen (argentino) e Facundo Machain (paraguaio) para combinar o tratado de paz entre os dois países. Esta reunião contou com a presença do Ministro Aguiar

de Andrade, do Brasil. Ficou, na ocasião, combinado que as tropas aliadas sairiam do território paraguaio dentro de um prazo de cinco meses, contados da data da assinatura do tratado.¹¹⁸

No Relatório do Ministro da Guerra, de 1877, consta o Aviso de 4 de abril de 1876 que manda retirar todas as tropas brasileiras remanescentes da Divisão de Ocupação, do território paraguaio. Lá apenas estava a 2ª Brigada. Em função deste aviso, seguiram, para Mato Grosso, o 3º Regimento de Artilharia a Cavalos, o 2º Batalhão de Artilharia a Pé e o 8º Batalhão de Infantaria de Linha. As demais unidades seguiram para Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A última tropa brasileira deixou Assunção em 22 de junho de 1876.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Efraim. *Hacen Cien Años*. Assunção: Ed. EMASA, 1971.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai* (1865-1870). Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1980.

Centro de Documentação do Exército. *Normas para a Preservação das Tradições das Organizações Militares do Exército Brasileiro*. Brasília:

EGCF, 1987;

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro, Perfil Militar de um Povo*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1972.

MAIA PEDROSA, José Fernando. *Batalhão Itapiru*. 1990.

MONTEIRO, Jônatas do Rego. *O Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1989.

MOURA, Aureliano Pinto de. *A Batalha de Tuíuti*. Rio de Janeiro: IGHMB, 2002.

_____. *Caxias e a Reorganização do Exército Brasileiro no Teatro de Operações do Paraguai – Simpósio Comemorativo do Bicentenário do Nascimento de Caxias*. Rio de Janeiro: IHGB, 2003.

Ordens do Dia: de Osorio (1º Mar 65 – 15 Jul 66); de Polidoro (15 Jul 66 – Fev 69); de Caxias (18 Nov 66 – 9 Fev 69); de Guilherme Xavier (25 Jan 69 – 10 Abr 69); e do Conde D'Eu (21 Abr 69 – 18 Abr 70); Visconde de Pelotas (18 Abr 70 – 31 Jul 70); Acervo do Arquivo Histórico do Exército;

TASSO FRAGOSO, Augusto. *História da Guerra da Triplíce Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1959.

THOMPSON, George. *Guerra del Paraguay*. Assunção: RP Ediciones, 1992.

¹¹⁸ TASSO FRAGOSO, *op.cit.*

Brigadeiro Antônio de Sampaio da infância ao ingresso no Exército Imperial

Carlos Roberto Carvalho Daróz*

INTRODUÇÃO

Na historiografia militar brasileira, muito se tem escrito a respeito do Brigadeiro Antônio de Sampaio, o Leão de Tuiuti e patrono da Infantaria do Exército Brasileiro. Obras, estudos, compêndios e palestras que registram os feitos militares e as qualidades do soldado que foi, no meado do século XIX. Mas pouco esforço tem sido dispensado a analisar o Brigadeiro como homem. E é exatamente esse o objetivo do presente artigo: destacar Sampaio, o homem, na primeira parte de sua vida, desde o nascimento até os primeiros anos no Exército Imperial brasileiro.

O ano de 1810 foi pleno de eventos significativos.

Na China, Ching Shih e Chang Pao rendem sua esquadra pirata que pilhava a navegação costeira às forças governamentais chinesas.



Brigadeiro Antônio de Sampaio.

Na Baviera, a realeza convidou os cidadãos de Munique para celebrar o casamento do Príncipe Ludwíg da Baviera com a princesa Têrsa da Saxônia, o que dá origem à primeira edição da *Oktoberfest*.

Em Portugal, o exército de Napoleão, comandado pelo Marechal Massena, e o exército anglo-português, sob a liderança do Duque de Wellington, enfrentam-se na Batalha do Bussaco.

* Major de Artilharia, sócio correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Na América, Colômbia e Chile declararam sua independência do reino da Espanha.

No Brasil, 18.000 angolanos são vendidos como escravos no Rio de Janeiro e é fundada a Biblioteca Nacional. São assinados pela corte portuguesa os tratados de 1810, compreendendo três acordos distintos: Tratado de Comércio e Navegação, Tratado de Amizade e Aliança e o Tratado dos Paquetes.

No sertão do Ceará, no remoto povoado do Tamboril, em 24 de maio, nasce Antônio de Sampaio.

O TAMBORIL DE 1810

Filho do ferreiro Antônio Ferreira de Sampaio e de D. Antônia de Souza Araújo Chaves nasceu na fazenda Vítor, propriedade humilde no povoado do Tamboril. No início do século XIX, Tamboril não era mais que um punhado de propriedades rurais desprovidas de infraestrutura que, somente muitos anos mais tarde, seria elevado à categoria de vila. Situado no vale do rio Acaraú, o povoado distava, em linha reta, cerca de 230 km a sudoeste da capital cearense, Fortaleza.

A família do ferreiro Antônio Ferreira de Sampaio teve oito filhos: cinco homens e três mulheres. Dos filhos varões, o primogênito, Francisco Xavier de Sampaio foi proprietário da fazenda Jiboia, que deu origem ao povoado do mesmo nome; o segundo foi Antônio de Sampaio, brigadeiro do Exército Imperial, que perdeu a vida em decorrência

dos ferimentos recebidos durante a Batalha de Tuiuti; o terceiro, Pedro Araújo Sampaio, viveu na localidade de Canindé. O mais novo chamava-se Manoel Sampaio. Das filhas mulheres, duas foram casadas com os irmãos Calabaça e a terceira com Vitorino Leite.

O MENINO SAMPAIO

O meio no qual nascera – em pleno sertão cearense do início do século XIX – era completamente desprovido de instrução. Sampaio, em sua infância, não teve vida diferente à dos meninos de sua idade no sertão em que nasceu, onde apenas os filhos de fazendeiros com mais recursos eram encaminhados à escola.

A condição econômica modesta, o atraso do lugar e a indiferença paterna sujeitaram o menino Antônio a viver em um ambiente do mais completo obscurantismo no bravio sertão de sua terra natal, onde, na época, não havia o menor vislumbre de progresso ou perspectiva de melhoria de vida.

A respeito das possibilidades dos nativos da região, destaca Carlos Studart Filho.

A pobreza cultural do ambiente e a carência de escolas não permitiram ao jovem sertanejo ir além da instrução primária. [...] Quase inculto, lendo e escrevendo mal, na época, corria o sertão e sentia-se, sem dúvida, capaz de repetir naquele canto perdido da América, os empolgantes, embora inverossímeis, feitos dos paladinos da Távola Redonda e de personagens não menores de outros épicos.¹



Menino vivo e inteligente, passava o tempo com prolongadas e perigosas caminhadas com os garotos de sua idade, moradores na fazenda em que nascera ou nas suas imediações. O chão do Tamboril era palmilhado diariamente, em todas as direções, em busca de aventuras.

O JOVEM SAMPAIO

Em sua adolescência e juventude, como um produto acabado do meio em que vivia e a exemplo de quase todos os de sua geração, o jovem Antônio tornou-se um notório boêmio, violeiro de serenatas, namorador e frequentador assíduo de todas as festas que se realizavam nas redondezas. Os homens do sertão eram dados ao jogo e valentias. Sampaio, não fugindo à regra, também se destacava por ser hábil tanto no jogo quanto na espada e estar sempre pronto para uma luta corporal, na qual, consta que superava seus colegas.

Ao atingir a idade de dezoito anos um dos divertimentos prediletos de Antônio era acompanhar os vaqueiros em andanças pelo sertão metido em seu gibão de couro. Possuía especial habilidade como cavaleiro e na captura das reses.

Em tais circunstâncias, diante do cenário que se abria a seus olhos, o bravo general aprendeu a severidade de que era dotado, qualidade que o tornava mais temido do que simpático para aqueles que com ele tratavam. Sampaio era, sem dúvi-

da, um homem rude.

SAMPAIO NO EXÉRCITO

Sobre a saída de Sampaio do Tamboril e seu ingresso no Exército Imperial existem controvérsias. Uma versão afirma que, após briga em via pública, foi preso e recrutado à força para o exército, procedimento comum na primeira metade do século XIX.

A realidade, no entanto, foi relatada pelo próprio Sampaio, já brigadeiro, anos mais tarde durante a Guerra da Tríplice-Aliança, ao Sargento Oliveira que, por sua condição de conterrâneo cearense, desempenhava o papel de confidente do brigadeiro.

O próprio Sampaio narra a história que o levou a sentar praça no 22º Batalhão de Caçadores de linha:

Quando eu era rapaz, amei muito uma bela e meiga jovem, D. Maria Veras, e o meu amor, ardorosamente, era por ela correspondido. O pai negou-ma em casamento.

A instâncias suas – de minha namorada – raptei-a e andei com ela como quem anda com uma irmã de casa em casa de amigos, na esperança de que o pai se resolvesse a dar permissão para o nosso casamento. Mas ele o que fez foi mandar matar-me pelos Mourões. E eu tive que fugir para sentar praça.²

Assim, contando vinte anos de idade, Sampaio deixou Tamboril e partiu para

o Forte – como era conhecida na época a cidade de Fortaleza – onde se alistou como voluntário no 22º Batalhão de Caçadores de 1ª linha do Exército e sentou praça em 17 de julho de 1830.

Não fora sua saída do sertão provocada pela necessidade de fugir à ameaça do pai de sua amada, provavelmente Sampaio não iria envergar o uniforme do Exército Imperial, pois, como ele mesmo costumava dizer, naquele tempo, excluídas as vocações inatas, as forças armadas eram o corretivo imposto aos desajustados sociais.

A amor nutrido por Maria Veras, no entanto, seria causa de Sampaio, depois de transferido para o Rio de Janeiro, nunca mais voltar ao Ceará. Quando de sua fuga de Tamboril, celebrou com a moça um pacto de amor, no qual ficou acertado que ele voltaria para buscá-la e ela o esperaria para com ele casar-se.

Depois de quatro anos no Exército, já promovido a Alferes e servindo na capital da corte, Sampaio recebeu autorização para retornar à região do Tamboril para casar-se e dar combate aos Mourões, os bandoleiros que haviam sido contratados pelo pai de sua amada para dar cabo de sua vida.

Ao chegar ao Tamboril, no entanto, Sampaio soube que Maria Veras, pouco tempo depois de sua saída, casara-se com um homem a quem não conhecia. Segundo o próprio Sampaio relatou na conversa com o Sargento Oliveira: “[...] para não tomar vingança cruel, voltei para o Rio de Janeiro, ju-

rando que acabara de morrer para o Ceará; que nunca mais voltaria lá ... E o meu juramento não será quebrantado.”³

De fato, Sampaio cumpriu sua palavra e, embora declarasse ostensivamente seu amor pelo Ceará, não voltou mais à sua terra natal.

BATISMO DE FOGO

Alicerçado em sua resistência sertaneja, Sampaio adaptou-se muito bem à vida militar. Alguns meses após ter sentado praça, já era promovido a cabo de esquadra e, logo em seguida, trazia em sua túnica as divisas de furriel.⁴

Em dezembro de 1831 teve início no Ceará um movimento contra a abdicação de D. Pedro I, liderado pelo coronel de milícias Pinto Madeira, cujo foco principal era a cidade de Icó. Com a finalidade de extinguir a rebelião, o Presidente da Província do Ceará despachou parte do efetivo do 22º Batalhão de Caçadores, sob o comando do major Francisco Xavier Torres, no qual seguiu o furriel Antônio de Sampaio.

No dia 4 de abril de 1832, nas ruas de Icó, ocorreu um dos combates mais ferozes já registrados no Ceará e o jovem furriel teve a oportunidade de ter o seu batismo de fogo.

Paulo de Queiroz Duarte relata a participação de Sampaio no combate de Icó:

O combate nas ruas e casario de Icó assumiu feição desesperadora, tendo a duração de seis horas; nessa ação uma força comandada pelo furriel Antônio de Sam-



paio teve saliente ação, conduzida com determinação por seu comandante e se empenhou na luta corpo-a-corpo contra numerosos adversários.

Era o batismo de fogo de Sampaio nessa luta contra seus conterrâneos desavindos, que ele bem conhecia. Portara-se com inaudita bravura, animando seus homens e dando aos mesmos o exemplo de sangue frio e iniciativa no fragor da luta.⁵

O combate de Icó foi um marco na vida de Sampaio e representou, para ele, o início de uma carreira de lutas que iria extrapolar as fronteiras nacionais.

REBELIÃO

Em 1833, um dos primeiros atos da Regência trina, que assumira o governo após a abdicação, foi reduzir e reorganizar o Exército de 1ª linha. No processo de reorganização, foi determinada a extinção do 22º Batalhão de Caçadores de Fortaleza.

No dia 10 de novembro, ao entardecer, irrompeu um motim no seio do batalhão, sob a liderança do major Xavier Torres, que há anos vinha comandando interinamente a unidade e não se conformara com a dispensa do batalhão, sobretudo porque o decreto regencial fora assinado enquanto a tropa ainda se encontrava empenhada em luta contra os rebeldes de Pinto Madeira no sul da província.

Sampaio, ainda furriel e grande amigo do major Xavier Torres, envolveu-se na revolta por puro espírito de lealdade e solidariedade a seu comandante – primeiro chefe que o le-

vara ao combate –, sendo preso na localidade de Canindé quando bebia água em uma cacimba de gado.

Juntamente com os demais companheiros presos, foi conduzido ao Recife para ser julgado. Por ocasião do julgamento, os comerciantes de Fortaleza mobilizaram-se para defender Antônio de Sampaio, pois, durante o motim, o furriel agira com firmeza para impedir que o cadete Marcos de Castro Silva – também rebelado – conduzisse uma onda de saques aos estabelecimentos comerciais da cidade.

Durante os interrogatórios diversos amotinados procuraram negar as acusações, alegando perseguições políticas. O jovem furriel Sampaio, no entanto, não só confessou o que ocorrera na noite de 10 novembro, como relatou tudo, sem comprometer a ninguém. Praça, ainda em começo de carreira, soube aceitar a culpa com dignidade sem lançá-la à cabeça de seus superiores.

O processo da quartelada foi arquivado e os implicados absolvidos. Cabe o registro que o motim de 10 de novembro de 1833 foi a única vez em que Sampaio se rebelou contra o poder constituído, e o fez movido, unicamente, pela lealdade a seu primeiro comandante e amigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Menino nascido em casa humilde, experimentado na dureza do sertão, fisionomia circumspecta de caboclo cearense, pele

curtida de sol, mente ágil e disciplinada, Antônio de Sampaio muito cedo deixou Tambovíl para se alistar em um batalhão de caçadores na cidade de Fortaleza. No Exército, aprendeu depressa o ofício da guerra, preparando-se para um destino que viria a ser construído em campos de batalha. Recebeu o batismo de fogo enfrentando rebeliões nas ruas. Travou combate contra os cabanos, os balaios, os farrapos e os praieiros na pacificação do Pará, Maranhão, Rio Grande do Sul e Pernambuco, além de combater em todas as guerras na região sul do país.

Encerramos a presente exposição citando Eusébio de Souza que, em sua obra, sintetiza as qualidades do homem Antônio de Sampaio:

Sampaio, obedecendo à lei do destino, não fez exceção, antes foi um paradigma dessa raça nordestina, desse povo, exemplo de tenacidade, reconhecidamente inteligente, vontadoso e honesto, altivo e independente. A modéstia, a franqueza, a coragem, a honradez, a jovialidade, eram atributos de sua admirável personalidade. Ascendeu, pelo seu próprio mérito, ao mais alto posto da hierarquia militar. [...] Sampaio não foi militar de postos improvisados. Galgou-os pelo próprio merecimento. Tinha que ser grande. E grande o foi.⁶

E assim foram os primeiros anos da intensa vida de Antônio de Sampaio, o homem cujo destino o levaria a tomar parte em importantes eventos da História do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Sampaio*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988.

PILLAR, Olyntho. *Os patronos das forças armadas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

STUDART FILHO, Carlos. *Antônio de Sampaio*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1966.

SOUZA, Eusébio. *Sampaio, patrono da infantaria, esboço biográfico*. Fortaleza: Edísio, 1938.

NOTAS

1 STUDART FILHO, Carlos. *Antônio de Sampaio*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1966.

2 PILLAR, Olyntho. *Os patronos das forças armadas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

3 PILLAR, Olyntho. *Os patronos das forças armadas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

4 Graduação correspondente a 3º sargento na atualidade.

5 DUARTE, Paulo de Queiroz. *Sampaio*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

6 SOUZA, Eusébio. *Sampaio, patrono da infantaria, esboço biográfico*. Fortaleza: Edísio, 1938.

Equipando a frota: como o Brasil adquiriu suas aeronaves de combate

Euro Campos Duncan Rodrigues*

O Ministério da Aeronáutica, desde sua criação em 1941, recebera seus primeiros aviões de combate como legado da Aviação Naval e da Aviação do Exército tendo, no seu início, praticamente recompletado seu inventário com pequenas aquisições e depois sendo beneficiado pelo programa de “empréstimo e arrendamento” (*Lend & Lease*) dos Estados Unidos. Este Programa fornecia aeronaves a preços muito baixos e praticamente qualquer necessidade poderia ser suprida desta maneira.

Na sua formação, as prioridades do Ministério da Aeronáutica eram mais voltadas para a infraestrutura e a organização administrativa. O planejamento de emprego do avião como arma, era quase inexistente. O Estado-Maior da Aeronáutica (EMAer) carecia de pessoal especializado e as necessidades prementes de utilização da Força Aérea Brasileira (FAB) no transporte aéreo ditavam a “política” em vigor.

O Brasil era um importador de aviões, embora, desde 1910 viesse projetando e construindo aviões, que quase sempre não passavam de protótipos. As pequenas indústrias que vingaram jamais conseguiram crescer ante a conjuntura pouco industrializada do País e à concorrência internacional.

A FAB não tinha experiência em especificar aviões. Bastava escolher no mercado o que se enquadrava em suas necessidades, fazer uma boa exposição de motivos e obter o numerário necessário para concretizar as compras.

No início do ano de 1952 os caças P-47 (Thunderbolt) mais novos, trazidos dos Estados Unidos em voo pelos veteranos no fim da 2ª Guerra Mundial em 1945, estavam completando sete anos de existência. Os aviões P-40 (Hawk), todos recebidos de segunda mão, já ultrapassavam 10 anos de serviço na FAB.

Nessa época estava ocorrendo uma grande revolução tecnológica na aviação: a

* Coronel Aviador.

maioridade do motor turbo-jato. Essa revolução era tão marcante que um piloto do primeiro caça operacional a jato, o Messerschmitt 262 alemão, relatou parte de uma de suas missões em 1944 com a seguinte observação: “Mustangs” e “Thunderbolts” que estão acima da formação na posição certa para o ataque, preparam-se para mergulhar sobre nós de todas as direções. É um quadro grotesco. Parecem balões parados no ar, pois nós temos uma vantagem de velocidade de 400 a 500 km por hora”!!!

No contexto desta revolução, as forças aéreas dos países mais avançados já fabricavam seus caças a jato, alguns com projetos próprios e outros sob licença. Muitos outros países também já os tinham comprados de terceiros para suas forças aéreas.

A motivação para aquisição de aeronaves de caça a jato já existia internamente

na FAB, nossa aviação de combate estava muito atrás da época e os vizinhos estavam se atualizando. Bastava o convencimento da área política.

O então Ministro da Aeronáutica, por coincidência do destino, era o Brigadeiro Nero Moura, antigo comandante do 1º Grupo de Aviação de Caça (1º GAvCa) na Itália. Nero Moura levou a necessidade da compra de caças a jato ao Presidente Getúlio. Os assessores de Getúlio concordaram desde que a aquisição das aeronaves fosse por troca do grande estoque das sobras das safras de algodão que, por serem de qualidade inferior, o Brasil não estava conseguindo vender a preços razoáveis. Consultados os possíveis fornecedores, a Inglaterra aceitou o escambo.

Os caças Gloster Meteor F-8 ingleses eram vistos com bons olhos pela



O Gloster Meteor F-8 foi o primeiro avião a jato utilizado pela FAB.



oficialidade mais experiente da FAB e sua qualidade já estava bastante consagrada por várias forças aéreas, sendo que este modelo “Mark VIII” também combatia, junto como os modernos aviões americanos (F-84 Thunder-Jet e F-86 Sabre-Jet), na Guerra da Coreia. O mais interessante é que para a nossa proposta de compra, o preço de um F-8 girava em torno de 1/3 a 1/4 do preço de que cada uma dessas duas aeronaves.

Foi então escolhida uma Comissão para concretizar a compra e as condições iniciais foram extremamente simples: 20% do valor da compra deveriam ser obrigatoriamente em material de apoio e sobressalentes, para permitir a manutenção sem maiores problemas por, pelo menos, 10 anos.

A Comissão designada teve autonomia para determinar a quantidade de aeronaves a ser comprada, o treinamento inicial de pessoal junto ao fabricante, a especificação do equipamento de radionavegação (ADF) e a melhor maneira de transportá-las para o Brasil. Apesar disso, a compra e a implantação dos aviões foi muito bem feita.

Sendo assim foram comprados os primeiros aviões a jato brasileiros num total de 70 (setenta) aviões sendo 10 TF-7 (biposto) e 60 F-8 (monoposto). Convém ressaltar que os aviões eram fabricados na Inglaterra, depois desmontados, transportados por via marítima e remontados no Parque de Aeronáutica do Galeão (RJ). Decorreu somente um ano e meio entre a

concordância política para a aquisição dos aviões e a realização de um voo de 24 aviões do 1º GAvCa no dia do Aviador de 1953 na Base Aérea de Santa Cruz.

Alguns anos depois, em 1956, o Programa de Assistência de Defesa Mútua (PADM) Brasil-Estados Unidos proporcionou à FAB o recebimento, sem grandes esforços, dos primeiros jatos de treinamento biposto T-33A (T-bird) seguidos, dois anos depois, dos caças F-80C (Shooting Star). Essas aeronaves vieram suprir nossas necessidades quanto ao treinamento de emprego da aviação de caça. Mais uma vez a área operacional ditava as necessidades e era seguida a reboque pela área logística.

Dando prosseguimento à renovação, em 1954 foram desativados os P-40 e, em 1957, os P-47. Quanto aos P-40 é interessante lembrar que a FAB foi a última força aérea do mundo a desativar os “tigres voadores”.

No decorrer da década de 1960 a FAB entendeu que deveria ampliar sua atuação nas missões típicas de uma Força Aérea: as missões de cunho estratégico e de Defesa Aérea. Praticamente, seus esquadrões de combate atuavam somente na área tática e em apoio a operações quer do Exército, quer da Marinha.

Aliás, as questões envolvendo a aviação embarcada levaram nossos estrategistas da guerra aérea a prever que, se no futuro não estivéssemos voltados para as missões realmente de uma Força Aérea, desaparece-

ríamos. Este pensamento era encabeçado pelo Ministro Márcio de Souza e Mello que enfatizava que os pilares de uma força área eram a aviação estratégia e a aviação de defesa aérea.

A desativação inesperada dos Gloster por fadiga e dos F-80 por questões logísticas, tudo no final dos anos 1960, foi um baque inesperado e muito grande para a Força. Em 1968 foram comprados, em regime de urgência, vários TF-33 (treinadores com capacidade de tiro com metralhadora) descartados pela Força Aérea Americana e revitalizados lá mesmo por empresa contratada pela FAB. Esses aviões foram incorporados aos esquadrões que antes operavam os Gloster, o 1º/14º Grupo de Aviação, na Base Aérea de Canoas, e 1º GAvCa, na Base Aérea de Santa Cruz.

Nestes mesmos anos 1960, quase que independentemente, a área de Ciência e Tecnologia (Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento- DEPED), muito voltada para a capacitação de nossa indústria aeronáutica, se preocupava em dar carga de encomendas para as pequenas fabricantes nacionais Neiva e Aerotec, bem como viabilizar a concretização da futura EMBRAER, o que acabou ocorrendo em 1969.

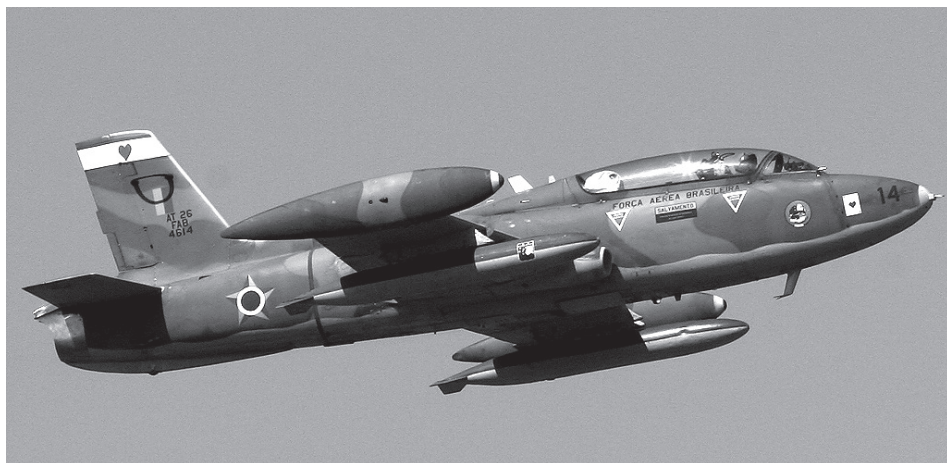
Podemos considerar que a entrada dos anos 1970 foi o coroamento da semente plantada pelo Marechal Montenegro ao idealizar o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Centro Técnico de

Aeronáutica (depois Centro Técnico Aeroespacial - CTA).

Nesta época passamos a aprender a fazer homologação aeronáutica dentro dos padrões internacionais e a especializar, no exterior, nossos primeiros pilotos e engenheiros de ensaios em voo. A área de ciência e tecnologia estava galgando um importante patamar.

Antevendo o problema também da desativação do T-33A, já bastante surrados no esquadrão de treinamento de Fortaleza (1º/4º GAv), a própria EMBRAER, agora empresa fabricante de aviões vinculada diretamente ao Ministério e com a anuência do Estado-Maior, conseguiu um contrato para o fornecimento à FAB de aviões de treinamento e ataque a serem fabricados sob licença da empresa italiana Aeronáutica Macchi Spa. (Aermacchi). Essas aeronaves, modelo MB-326 (AT-26 Xavante), começaram a ser entregues pela EMBRAER em 1971, preenchendo aos poucos também, e de maneira muito incipiente, parte do espaço deixado pela desativação dos Gloster.

Nesse projeto, a necessidade foi criada pela área de Ciência e Tecnologia, visando à solidificação da indústria, a qual praticamente conduziu o processo, ficando a área de logística da Força Aérea a ter que se adaptar ao fato. A área operacional, evidentemente, ficou muito grata por poder manter o seu treinamento de pilotos de caça e obter uma razoável capacidade de combate na área tática.



O AT-26 Xavante foi fabricado pela EMBRAER sob licença da italiana Aeronáutica Macchi Spa. (Aermacchi)

Há algum tempo o EMAer (doutrina e planejamento) já estudava a criação de uma unidade de defesa aérea. Foram feitas avaliações nas aeronaves disponíveis no mercado ficando decidido que o famoso “herói da Guerra dos Seis Dias”, o Mirage III, seria a aeronave escolhida para o sistema de defesa aérea. Levada a decisão à área política, tudo acertado, a conjuntura obrigou, porém, que o financiamento necessário para a compra de aviões deveria ser oriundo da Inglaterra e, portanto, o produto deveria vir de lá.

Dentro da “flexibilidade” da Força Aérea, tudo foi refeito e o avião ideal para interceptação passou então a ser o “Lightning P-1” da *English Electric*, segunda prioridade nos estudos realizados. A área econômica do Governo, contudo, conseguiu desfazer suas amarras e a coisa retrocedeu. A Força Aérea poderia livremente comprar

seus Mirage na França e o Ministério da Aeronáutica montar o tão planejado SISDAC-TA (Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo) e o seu Grupo de Defesa Aérea (GDA). Em 1972 tivemos os primeiros Mirage III D/EBR (F-103) voando.

Nesta aquisição, de modo correto, as nossas necessidades de aeronaves foram ditadas pelo mais alto escalão da Força, cujo planejamento e bom senso envolveram adequadamente a área operacional e a área de logística. A não ser por um pequeno tropeço na construção de pista da novíssima Ala de Defesa Aérea (ALADA), hoje Base Aérea de Anápolis, tudo correu como planejado.

Com esse projeto evoluímos bastante. Além de contarmos com um sistema de controle aéreo por radar bastante abrangente, passamos a ter capacidade de interceptação supersônica, de lançamento de míssil

guiado por radiação infravermelha e de voltar a fazer aproximação de precisão por controlador no solo (*Precision Approach Radar* – PAR).

Neste início da década nos preocupamos principalmente em completar o enxoval da Defesa Aérea, colocá-la em total estado operacional e iniciar a operação do Xavante.

O 1º GAvCa transferiu seus TF-33 para o 1º/14º GAv e passou a receber os AT-26 recém fabricados. Em consequência, o Grupo teve que “amaciar” a nova máquina em todos os seus aspectos e tentar encaixá-la dentro do “modus operandi” da Caça, incluindo o sistema de treinamento e a manutenção nível esquadrão. Essa fase, extremamente profícua em ensinamentos, tanto para o “usuário”, quanto para o fabricante, durou cerca de três anos.

Premidas também pelo fim da era Gloster, as cabeças pensantes do EMAer continuavam seus planejamentos para a aquisição de mais vetores com capacidade de superioridade aérea. Nesses tumultuados tempos, início dos anos 1970, sabe-se que o Governo da República indagou à Força Aérea qual seria a sua capacidade de dissuasão ante problemas internacionais na fronteira Sul. A resposta foi: “quase nenhuma ...”

Aproveitando o questionamento do governo e diante de argumentos irrefutáveis, a Aeronáutica obteve um crédito de mais de 300 milhões de dólares para

reequipamento do material aéreo, resultando na aquisição de mais aeronaves de Patrulha que operassem de porta-aviões; aeronaves turboélice para transporte; helicópteros à turbina e o programa mais importante: a aquisição dos F-5E/B e dos novos aviões de reabastecimento no ar para apoio a estes novos caças.

Vários tipos e modelos de aviões de caça já haviam sido avaliados por pilotos com grande experiência operacional, a área Logística estava se adaptando à convivência com a indústria nacional e esta precisava também se firmar e desenvolver.

O F-5A (Freedom Fighter), modelo bem mais antigo dos F-5, já havia sido cogitado pela FAB, mas nossas pretensões foram barradas pelo Departamento de Defesa Americano “para evitar uma corrida armamentista na América do Sul”. Desta vez, porém, a “autorização” para a compra dos modernos F-5E fluiu com estranha facilidade. Talvez os “irmãos do norte” imaginassem que, se não comprássemos aviões de sua fabricação, o faríamos em outro país, como tinha acontecido com os Mirage (e muito antes com os Gloster). Este novo posicionamento nos abriu as portas para fazer algumas exigências e efetuar o recebimento dos novos aviões F-5 sem qualquer interferência da Força Aérea Americana (USAF), o que nunca tinha acontecido antes!

Nossa Comissão de Fiscalização e Recebimento de Material (COMFIREM) atuou de modo independente da USAF,



sendo responsável pelo controle de qualidade da produção, pela aceitação, pelo recebimento e pelo dimensionamento do material de apoio logístico.

O traslado das aeronaves também ficou a cargo da FAB. Este fato, para um novo modelo de avião desenvolvido com verbas militares americanas era inusitado. A área logística, já com bastante experiência de aquisição de materiais no exterior, ciente dos problemas de manutenção e suprimento inerentes ao material importado e, dentro da linha de apoio à consolidação de nossa indústria aeronáutica, agregou ao contrato dos F-5 a contrapartida (*off-set*) e a chamada “*single vendor integrity* - SVP”.

A contrapartida, atualmente bastante conhecida, foi uma novidade na época e direcionada para melhora da capacitação da EMBRAER. Foram-nos repassadas novas tecnologias, dentre elas as estruturas de material composto tipo favo-de-mel (*honeycomb*) e, feita uma encomenda pela Empresa Northrop (fabricante do F-5) para a fabricação pela EMBRAER de conjuntos de grandes componentes para esses aviões. A “*single vendor integrity*” (garantia de fabricante único de componentes) foi um ponto muito interessante.

Desejava-se com esta exigência, que todos os nossos aviões fossem exatamente iguais e padronizados em tudo. Isso normalmente não acontecia nos aviões de origem americana. Por exemplo, um rádio VHF do T-33 poderia ter sua aparência externa exa-

tamente igual a outro e cumprir as mesmas funções (*military standard* – MIL STD) mas, as vezes, eram fabricados por empresas diferentes e a diversidade de seus componentes deixava o nosso pessoal do Suprimento de cabelos brancos antes do tempo.

Infelizmente, o Brasil não conseguiu dar continuidade a essa padronização. Quando fornecedores de peças e equipamentos na América encerravam suas linhas de produção, ou a USAF não tinha mais o item em estoque, éramos obrigados a comprar itens alternados (não exatamente iguais) ou ficar na mão de atravessadores.

Muito sabiamente, junto com a compra dos aviões, adquirimos também um pacote de treinamento para um grupo de experientes pilotos. O pacote englobou os mais recentes conhecimentos das técnicas e táticas de emprego de aviões de caça. Nenhuma restrição nos foi feita e aprendemos tudo que um piloto de caça da Força Aérea Americana também poderia saber sobre o emprego do avião.

Este fato nos propiciou um enorme avanço no conhecimento do emprego bélico de aeronaves de combate, pois até essa época ainda utilizávamos as mesmas táticas e manobras empregadas na 2ª Guerra Mundial trinta anos antes. Já no ano seguinte, em 1976, os conhecimentos adquiridos começaram a ser disseminados pelo 1º GAvCa aos demais esquadrões de combate da FAB.

Acrescente-se também que a especificação da configuração dos F-5E e o

aumento no número de aviões de caça de alto desempenho da FAB, permitiram outros ponderáveis avanços: a navegação inercial, o reabastecimento em voo e o aumento do treinamento para controladores e pilotos, tanto nas interceptações quanto nas aproximações de precisão guiadas por controlador no solo. A nossa indústria de armamento aerotransportado também passou para a “era supersônica” e foram iniciados os projetos das bombas de alto-arrasto e do míssil por guiagem infravermelha.

Mesmo tendo havido uma grande evolução na metodologia de aquisição dos aviões, ainda estávamos incipientes. A decisão da compra foi muito rápida e a preparação dos diversos grandes comandos envolvidos deixou a desejar. Faltou infraestrutura de instalações, pista, oficinas, faltou treinamento de elevação de nível de pessoal de apoio e faltou o próprio pessoal de apoio.

Para a criação do Grupo de Defesa Aérea, alguns anos antes, foi necessária a transferência de militares que guardavam outras unidades aéreas. Estas unidades agora se ressentiam sobremaneira da falta de pessoal para operação e apoio aos novos F-5.

No final dos anos 1970 e início dos 1980 já tínhamos recobrado e ultrapassado nossa capacidade bélica das décadas anteriores. Tínhamos galgado o importante patamar na defesa aérea, o

treinamento de pilotos de combate e os esquadrões de ataque estavam muito bem com o Xavante e, algumas missões estratégicas já podiam ser feitas. Os F-5 e os AT-26 pode-se dizer, estavam muito bem integrados a todos os sistemas da FAB.

Havia outras necessidades. O Estado-Maior se debatia há algum tempo com a falta de uma aeronave avançada para treinamento dos cadetes. O jato T-37 (Tweet) havia sido desativado em 1973 por inesperadas razões de apoio logístico e o T-25 (Universal) projetado e fabricado no Brasil, para substituir o inesquecível North American T-6 (Texan), embora um avião robusto e eficiente, não era apropriado para o treinamento avançado dos cadetes de uma força aérea moderna.

Vários estudos estavam sendo feitos para aquisição externa ou fabricação nacional, pois já possuíamos tecnologia para tal. Outra vez a indústria caseira (EMBRAER) influenciou nas decisões. Os cérebros do EMAer, por fortes argumentos da área de Ciência e Tecnologia (DEPED – CTA), decidiram que a “máquina” seria de projeto e fabricação nacionais. A longa experiência adquirida pela FAB na instrução aérea e agora na homologação e ensaios em voo, veio a se juntar à da engenharia aeronáutica para especificar o projeto.

Foi feito um contrato de desenvolvimento da aeronave, com recursos



da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e criada dentro do CTA, a Comissão de Desenvolvimento, Acompanhamento e Aceitação da Aeronave T-27 (CDAA T-27).

Posteriormente o contrato de produção do avião desenvolvido foi feito pela Diretoria de Material Aeronáutico a qual, evidentemente, o fiscalizava através de sua COMFIREM.

A CDAA T-27, subordinada ao DEPED, continuou atuando tanto no gerenciamento das modificações e melhorias introduzidas em função de dificuldades encontradas em serviço, quanto para a qualificação do avião como plataforma de armas. Pela primeira vez, para aquisição de uma nova aeronave da FAB, foram cumpridas as fases de concepção, de viabilidade, definição, e desenvolvimento sob o real comando da Força Aérea. Essa experiência, principalmente a da CDAA, seria de grande utilidade no futuro.

A EMBRAER há algum tempo tentara dar continuidade à sua “linha militar” e havia proposto à FAB uma aeronave de ataque ao solo com características bastante superiores ao AT-26 e que poderia entrar em produção após este. Para fazer o anteprojeto desse avião, obteve ajuda da sua parceira italiana, a Aermacchi.

Esta proposta, conhecida por A-X, não chegou a vingar em face de

outros motivos e também porque a implantação dos F-5 e dos F-103 estava aliviando o problema bélico da FAB (e exaurindo os recursos existentes). Por outro lado, nesta mesma época, ainda não se tinha uma aeronave que pudesse ser considerada realmente estratégica.

No início dos anos 1980 a Força Aérea Italiana (Aeronautica Militare Italiana – AMI) viu a necessidade de adquirir uma aeronave caça-bombardeio leve, subsônico, de grande raio de ação e capacidade de carga. Esta aeronave utilizaria tecnologia recentemente adquirida com a participação daquele país no desenvolvimento do avião tri-nacional Tornado e permitira a desativação dos seus Fiat G-91 (Gina).

A Aermacchi já tinha um esboço do nosso A-X que serviu como ponto de partida para a necessidade italiana. Sendo assim, a própria empresa (talvez insuflada pela EMBRAER...) aventou a hipótese de participação do Brasil no projeto, desenvolvimento e evidente aquisição do avião. Os governos dos dois países se falaram e foi feita uma proposta de participação do Brasil no “empreendimento”.

A EMBRAER, o DEPED, o Comando Geral do Ar (COMGAR) e o COMGAP (Comando Geral de Apoio), todos viram suas chances. A primeira de aumentar a sua consolidação como fabri-

cante de aviões militares, o segundo em ver o Brasil progredir na tecnologia e no desenvolvimento da fabricação de aviões de caça, o seguinte em contar com o vetor estratégico adequado à nossas posses e o último a se tornar mais independente na aquisição de material de suprimento, de manutenção e bélico para suas aeronaves de combate. Se o Projeto fosse lançado, o Comando Geral de Pessoal (COMGEP) também teria tempo de se adequar às necessidades de formação e elevação de nível técnico de pessoal.

Tudo se encaixava e o Estado-Maior finalmente poderia concretizar o sonho de uma Força Aérea com vetores à altura de sua doutrina.

Era necessária a vontade política do Governo e esta foi conseguida, mais uma vez, por exposições muito claras e convincentes do Ministério da Aeronáutica.

Os preparativos para a assinatura dos contratos demandaram um enorme esforço de coordenação entre governos, a FAB e a AMI visando o acompanhamento e fiscalização do desenvolvimento e da produção das aeronaves em três empresas (Aeritalia, Aermacchi e EMBRAER) e com especificações um pouco diferentes entre os dois países (acrescidas das evidentes diferenças culturais).

Para gerir o Programa por parte da FAB foi criada então uma comis-

são especial denominada Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC). A aeronave em pauta passou a ser chamada de AMX e foi depois “tipificada” pela FAB como A-1. Com este Programa a FAB adquiriu importantes conhecimentos na parte de fiscalização e acompanhamento de contratos de desenvolvimento e fabricação, e aperfeiçoou os que já possuía em função do Programa do Tucano T-27.

O AMX (A-1) levou a EMBRAER a aprender outras novas tecnologias (estruturas supersônicas, barramento de dados, integração de sistemas embarcados, métodos e processos de fabricação de produtos militares etc.) e também a lidar com programas de parceria de fabricação internacionais. Por outro lado, com este Projeto, também aumentamos o número de fabricantes e reparadores de “aero-peças” no Brasil.

Passamos a ter uma aeronave realmente com capacidade estratégica adequada à nossa realidade e com aviônica e sistema de armas equiparado aos melhores aviões do mundo. Tornamo-nos donos e senhores de todo o projeto e independentes para quaisquer modificações, adaptações e melhorias que se fizessem necessárias no nosso avião.

Com o passar dos anos, em 1988, a nossa frota de F-5 foi diminuindo pelo atrito natural, os A-1 ainda não estavam



sendo entregues e necessitávamos, pelo menos, repor o número inicial de F-5E. Convém lembrar também que os nossos F-5B (biposto), por serem de geração anterior aos modelos “E” e bastante diferentes destes, estavam apresentando muitos problemas na área de suprimento e manutenção. Neste ano a USAF decidiu alienar os F-5 que ainda possuía e que operavam no Esquadrão Agressor (Agressor Squadron) como “inimigos” nos treinamentos de combate dissimilar com outros esquadrões de caça daquela força aérea. Originalmente esses poucos aviões eram destinados ao Vietnã do Sul, mas, com o fim da guerra, foram incorporados, meio a contra gosto, pela própria USAF que também passou a ter alguns F-5F (biposto). Em resumo, outra vez, a coincidência nos ajudou e conseguimos comprar vários F-5E e alguns F-5F usados da USAF e, nessa época, pagamos por cada um pouco mais de um sexto do preço dos que havíamos comprado em 1974!

O Programa AMX, dado ao seu vulto, foi demorado. Numa análise resumida e dentro da linha de raciocínio deste artigo, pode-se dizer que tanto a indústria aeronáutica brasileira quanto a Força Aérea Brasileira (Comando da Aeronáutica) passaram para a sua fase adulta a partir do marco balizado pelo Programa AMX (A-1).

A consolidação da experiência na aquisição de aeronaves fabricadas no ex-

terior e principalmente no Brasil, aliada à nossa capacitação de pessoal gerada pela área de ciência e tecnologia, pela área de material e pela área operacional, está concretizada na Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 400-6) “Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica”.

Tal documento, de invejável clareza e abrangência, cujo conteúdo reflete a experiência adquirida pela Força Aérea Brasileira na área de Logística, pode ser tomado como base para qualquer entidade que venha a lidar com sistemas e materiais, seja militar ou não. Possivelmente esta diretriz já tenha até sido copiada por outras forças aéreas.

A frutífera operação das aeronaves A-1 e dos F-5E atravessou os anos e, conforme estabelece a própria DCA 400-6, estes aviões estão em fase de revitalização e melhoria.

No início dos anos 1990, com o já envelhecimento dos Xavantes, a EM-BRAER veio a propor um substituto baseado no Tucano (T-27). Essa aeronave bem mais potente teria como base o avião de treinamento desenvolvido por ela para participar da concorrência lançada pelas Forças Armadas Americanas (*Joint Primary Aircraft Training System* -JPATS).

A área operacional não gostou muito da ideia, pois desejava que os treinadores da aviação de caça fossem aviões a jato e não turboélice.

Mais uma vez, a conjuntura nacional e fatores políticos influenciaram a escolha, e a FAB decidiu contratar o desenvolvimento e produção do que ficou conhecido como Super Tucano (A-29).

O Projeto SIVAM viabilizou a sua aquisição e também a das aeronaves de alarme aéreo antecipado (R-99A) e de sensoreamento remoto (R-99B).

Todo o programa do A-29 foi, e está sendo, conduzido dentro dos ditames da DCA 400-6.

Hoje os A-29 (A e B), equipados com atualizados aviônicos, operam no esquadrão de formação de Pilotos da Caça em Natal (2º/5º GAv), em dois esquadrões na área amazônica (1º/3º e 2º/3º GAv) e em um esquadrão no noroeste do Brasil (3º/3º GAv).

Esse programa trouxe para a FAB a comunicação tipo “data-link” entre aeronaves, o alarme aéreo antecipado e forçou a promulgação da famosa Lei do Abate!

No início deste século o EMAer tornou pública a necessidade de aquisição de aeronaves de interceptação para substituírem os F-103, visto estar decidido que essas aeronaves seriam desativadas. Para este programa denominado de F-X, foram avaliadas, dentro do que estabelece a DCA 400-6, aeronaves estrangeiras já desenvolvidas.

Como é sabido no início do atual governo, o programa F-X, apesar de

já ter tido aprovação político-financeira, foi postergado devido a fatores de ordem conjuntural.

Desta maneira, para suprir a necessidade iminente de substituição dos F-103, foi feita a aquisição dos Mirage 2000, de segunda mão, da Força Aérea Francesa.

A aquisição desses aviões, embora de geração posterior e bem mais avançados do que os nossos antigos Mirage III do GDA, no que concerne ao planejamento de longo prazo da FAB, pode ser considerada uma emergência que nos levou a procedimento similar ao da aquisição dos TF-33 lá nos idos de 1968.

Hoje é patente que a FAB sabe, e muito bem, prever as suas necessidades, adquirir e manter em estado operacional os materiais e equipamentos que lhe permitem dar cumprimento à sua doutrina, às hipóteses de conflito e à Política Nacional de Defesa.

Voltamos novamente a tratar do Programa F-X. O antigo compromisso governamental está de pé e o Comando da Aeronáutica adapta seus requisitos para se adequar às evoluções técnicas ocorridas. O Programa com o objetivo de preencher as reais necessidades da FAB na defesa aérea está prestes a ser estabelecido. Nós temos capacidade de escolher um produto adequado e até de produzi-lo, que venha o Programa F-X2!

Sentemos a Pua!

A saga militar judaica do Brasil cinco séculos de história

Israel Blajberg*

Os hebreus bíblicos foram valentes soldados, e essa tradição se manteve pelos séculos afora, mesmo durante a Diáspora, diferente do falso perfil imputado pelos antissemitas. Ao sair do Egito, Moisés transformou o Povo de Israel em uma nação de soldados, para conquistar a Terra Prometida. Durante 40 anos, as 12 tribos adotaram uma formação militar para os deslocamentos pelo deserto, com o Tabernáculo protegido ao centro dos acampamentos, cada tribo tendo atribuições estratégicas nas batalhas, como o ataque traiçoeiro de Amalek, até hoje lembrado como inimigo que foi destruído no avanço para Canaã, e a tomada de Jericó.

Portanto, nada de novo que no Brasil tivessem os judeus, como descendentes espirituais e remotos daquela gente, um papel militar relevante, se considerado que somos poucos, muito poucos, mas orgulhosos, muito orgulhosos de poder envergar a gloriosa farda nacional, sejam os precursor-

res sejam os integrantes judeus e de origem judaica das Forças Armadas do Brasil, na paz e na guerra - de Cabral ao Haiti.

Tudo começou com Cabral. Imaginem quem descreveu pela primeira vez a constelação do Cruzeiro do Sul? Tão cara ao Brasil, presente no nosso Hino Nacional, na Bandeira Nacional, no Selo Nacional, nas Armas da República. Sem contar que a nossa mais alta condecoração é a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Ninguém menos que o bacharel em Artes e Medicina Mestre João de Faras, médico particular da Coroa Portuguesa e astrônomo, o primeiro a identificar a constelação do Cruzeiro do Sul. Judeu, acompanhou o Almirante Pedro Álvares Cabral em 1500, fazendo parte de sua tripulação. Em sua Carta a D. Manuel I, datada de 1º de Maio de 1500, cujo original encontra-se em Portugal, na Torre do Tombo, revela ao rei a existência da constelação.

Entretanto, os judeus não somente ajudaram a descobrir o Brasil, como também a mantê-lo sob a Coroa Portuguesa, e

* Engenheiro e professor. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

conquistar novas terras, com os bandeirantes, dos quais se destaca o Mestre-de-campo Antônio Raposo Tavares (1598-1650), que expandiu as fronteiras brasileiras à custa dos domínios espanhóis.

Seu nome foi dado ao 4º Batalhão de Infantaria Leve, e ao Navio- Patrulha Fluvial “Raposo Tavares” (NaPaFlu P 21), que navega nas mesmas águas que o bandeirante desbravou, integrando a Flotilha do Amazonas. Ao lado da estátua de Raposo Tavares na Avenida Paulista, na calçada do Parque Trianon, milhares de pessoas por ali transitam diariamente, sem sequer desconfiar que era um judeu – cristão-novo.

A saga militar judaica prossegue no Brasil Holandês (1630–1654). Entre as tropas holandesas, havia um número não determinado de judeus, os primeiros soldados judeus das Américas. Moisés Navarro foi um deles, tendo chegado ao Brasil como Cadete Naval (*Adelborst*) na Companhia do Capitão Bonnet.

Em 1637 o Conde Johan Maurits von Nassau foi nomeado Governador Geral e Comandante das Operações Militares do Brasil Holandês. Nessa ocasião, judeus do Recife foram incorporados às milícias, formadas por quatro Companhias com seus respectivos capitães e estandartes. Os judeus eram dispensados do serviço no *Shabbat* (sábado), tendo que indenizar este privilégio. É razoável assumir que uma das quatro companhias da milícia era totalmente judaica. Um dos postos, em um morro

situado a uma légua de Olinda, era conhecido como a Fortaleza dos Judeus, aparecendo em um mapa como *Excubiae Indaeorum*.

Não há documentos que permitam avaliar quantos milicianos judeus morreram em combate, mas este número parece ser elevado, tendo o *Habam* (Sábio) Rabino Isaac Aboab da Fonseca, Rabino Chefe do Brasil de 1642 a 1654, escrito em seu famoso poema histórico em hebraico *Zecher Asiti leNiflaot El* [*Ergui um Memorial aos Milagres de Deus*], composto no Recife em 1646: “[...] Há muitos Combatentes em meio a minha Nação [...]”

Foi, portanto, no Brasil onde se formaram as primeiras unidades militares judaicas combatentes desde a tomada de Jerusalém e da Terra Santa pelas legiões romanas de Tito, com a queda do Templo, no ano 70 d.C., e a consequente dispersão dos judeus pelo mundo, gerando a diáspora.

Eram soldados e marinheiros judeus que falavam português, pois eram portugueses, emigrados para Amsterdã e de lá vindos para o Brasil. Pela primeira vez, em 16 séculos, judeus pegavam novamente em armas em defesa da sua liberdade, da liberdade de crença, de não serem obrigados a seguir a religião do Rei.

A opção judaica pelo lado holandês era clara, eis que os calvinistas garantiam liberdade de crença a católicos e judeus. Do lado português havia de se esperar apenas a perseguição da Inquisição com suas torturas cruéis, e as fogueiras.

Os anos vão passando qual areia pela



ampulheta da História ... muito antes do protomártir da Independência, alguém já havia se erguido contra o estado lusitano - Manuel Beckmann – o Cristão-Novo que antecedeu Tiradentes. O “Bequimão”, como os maranhenses o chamavam, acabou enforcado por rebelar-se contra o Estanco, monopólio comercial de azeite, farinha, vinho, bacalhau, imposto pelos portugueses. Português, brasileiro, maranhense, mas também cristão-novo. Seria assim o verdadeiro protomártir de nossa independência, merecendo o mesmo respeito que devotamos à memória do bravo Joaquim José e seus heroicos inconfidentes da Vila Rica. O governador-geral Gomes Freire de Andrada fez executar a ordem judicial do enforcamento. Beckmann hoje é nome de ruas, cidades e escolas no Maranhão. Mas quem sabe quanto do bom e velho sangue judaico corria em suas veias?

No Império os judeus eram poucos, mas mesmo assim tivemos destacados militares. Nessa época tivemos o Capitão Ludwig Hartwig Brie (1834-1917). Nascido em Hamburgo em 1834, chegou ao Rio de Janeiro em 1852, aos 18 anos de idade, sendo incorporado como cadete em uma unidade de artilharia formada por alemães.

O Capitão-Tenente Leão Amzalak (1859-1919) foi o primeiro judeu de que se tem conhecimento na Marinha Imperial, filho de Isaac Amzalak, da Bahia, e irmão das três beldades - Simy, Esther e Mary Roberta – que Castro Alves immortalizou em alguns de seus poemas.

Entre seus descendentes, podemos citar o General Oscar de Barros Amzalak, cujos descendentes vivem em Três Corações-MG, onde um Amzalak é professor de matemática na universidade.

Já na Guarda Nacional, força paramilitar organizada em 1831 e desmobilizada em setembro de 1922, houve vários oficiais judeus, como o Tenente-coronel Francisco Leão Cohn, que seguiu para a Guerra do Paraguai no comando de um dos batalhões do primeiro contingente do Rio de Janeiro, o 1º Batalhão de Voluntários da Guarda Nacional, recebendo a bandeira das mãos do Imperador D. Pedro II, ao embarcar. O *Diário do Rio de Janeiro*, de 28-2-1865, assim descreveu o embarque da tropa no Arsenal de Marinha:

O Batalhão com seu comandante à frente prestou as honras regulamentares ao Imperador. Sua Majestade, depois de receber a continência da tropa, dirigiu-se com toda a comitiva para a ponte de embarque e entrega da Bandeira, dirigindo algumas palavras afetuosas ao Sr. Tenente-Coronel Cohn, que confiando-lhe aquele penhor esperava que com ele voltasse triunfante. O Sr. Tenente-coronel Cohn respondeu que ou cumpriria o voto do Imperador ou ficaria sem vida no campo da batalha.

O Major Arthur Dieudonné Haas era alsaciano e, em 1877, participou da construção da nova capital de Minas Gerais: Belo Horizonte. O Capitão Leão

Zagury nasceu em Rabat, Marrocos em 1864, chegando ao Amapá em 1879 com 15 anos, falecendo 1930. O Major Eliezer Moises Levy (1877-1947) governou Macapá, onde construiu o trapiche que leva seu nome.

Nas Revoluções do século XX também tivemos judeus, como José Preis que cursava a Faculdade de Direito de São Paulo, tendo sido incorporado ao início da Revolução Paulista de 1932 ao Batalhão “Ibrahim Nobre”. Era húngaro, e tombou heroicamente em batalha com as forças federais em salto Grande, na fronteira no Paraná. Promovido *post mortem* ao posto de capitão, foi sepultado no Cemitério Israelita de Vila Mariana. Sua *matzeivá* ostenta placa dedicada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto “*ao inesquecível colega morto nos campo do Sul, na arrancada constitucionalista*”.

Em 27 de novembro de 1935 tivemos judeus participantes da chamada Intentona Comunista, como o 2º Tenente José Gutman, nascido em 1914 e falecido em 2009, aos 95 anos. Aos 21 anos servia no 3º. Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, uma das unidades sublevadas na revolta promovida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). Esteve preso na Ilha Grande e, posteriormente, em Fernando de Noronha. O escritor Graciliano Ramos o descreveu como “José Gutman, baixinho, lourinho, cantava sambas.”

Em 11 de maio de 1938 aconteceu o chamado “Putsch Integralista”. O General

Dutra, Ministro da Guerra, morava próximo ao Forte Duque de Caxias - Forte do Leme, onde o oficial-de-dia era o Tenente Maurício Kicis, que reuniu doze soldados com os quais o General Dutra rompeu o cerco ao Palácio Guanabara, salvando Getúlio. O levante foi dominado e Plínio Salgado preso e deportado para o exílio em Portugal.

Em 1957, apenas uma década após a odisseia da FEB na Itália, o Brasil enfrenta e vence um novo desafio militar e logístico. Foi uma proeza, um país que recém começava a se industrializar, enviar a milhares de quilômetros uma tropa mantida e suprida por longos anos - o Batalhão Suez. Até os capacetes azuis voltarem para casa, de 1957 até 1967 foram 20 Contingentes, cerca de 6 mil militares brasileiros entre cabos, soldados, sargentos, e oficiais, principalmente tenentes, capitães, onde os judeus brasileiros estiveram presentes.

Na Marinha tivemos judeus que serviram durante a 2ª Guerra Mundial, como o Vice-almirante Boris Markenzon, Contra-almirante Médico Dr Edidio Guertzenstein, Capitão-de-Mar e Guerra Médico Dr Boris Chigris, Marinheiro Leão Stambowsky, 2º Tenente Melchisedech Affonso de Carvalho, este um dos mais jovens Veteranos, ainda vivo.

Mais recentemente tivemos os Comandantes Fuzileiro Naval Benjamin Tissenbaum e Samuel Frydman, Comandantes Isac Benchimol e Mario Edelman, Capitão de Fragata Fuzileiro Naval Israel Orenstein,



falecido em 1974 no comando do Batalhão de Transporte Motorizado da Tropa de Reforço da Força de Fuzileiros da Esquadra.

Nos Quadros de Saúde tivemos o Vice Almirante Médico Dr Amihay Burla, Diretor de Saúde da Marinha, posto mais elevado da área, os comandantes Dr Carlos Alberto Jaimovich, Dr Alexandre Cherman, Dr Sergio Prais, Dr Marcos Blank, Dr Raul Brajterman.

Nos Quadros Complementares tivemos oficiais da reserva desde a primeira turma do CIORM, em 1953. Arnaldo Niskier foi da Turma de 1956 – Intendentes.

MILITARES BRASILEIROS JUDEUS CONDECORADOS POR ATOS DE BRAVURA EM COMBATE NA 2ª GUERRA MUNDIAL

Marechal Waldemar Levy Cardoso

- Cruz de Combate 2ª Classe (CZC2) – 1947
- Estrela de Bronze, Estados Unidos (EBr, EUA)
- Bronze Star (EUA) – 1946

Levy Cardoso (04/12/1900 – 13/05/2009) era detentor do Bastão de Comando da Força Expedicionária Brasileira. O menino Waldemar foi educado na religião judaica, tendo se convertido a Religião Católica com 53 anos. *“Minha mãe era muito religiosa. Tinha o sobrenome Levy. Não queria que me casasse fora da religião judaica, mas aconteceu”*.

General-de-Divisão Moyses Chahon

- “Silver Star” (Estrela de Prata)
- Sangue do Brasil
- Cruz de Combate de 2ª Classe

Citação de Combate do General-de-Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes, Comandante da FEB, expedida aos 23 de fevereiro de 1945:

A combatividade, o espírito de sacrifício, a decisão inquebrantável, a elevada compreensão que tem da honra militar, a capacidade de comando reveladas pelo Ten Chahon, são exemplos dignificantes que desejo por em relevo, para os brasileiros que combatem na Itália.

Os irmãos Chahon destacaram-se na 2ª. Guerra Mundial. Moyses comandou um pelotão de fuzileiros, nos ataques a Monte Castelo, em 12/12/1944 e em 21/02/1945; conquistou as posições inimigas em La Serra (24/02/1945).

Coronel de Artilharia Salli Szajferber

- Cruz de Combate de 1ª Classe.

O diploma assinado pelo Ministro da Guerra, General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, destaca “[...] *sua grande coragem, sangue frio e capacidade de ação, durante os encarniçados combates de 14 e 15 de abril de 1945. Progredindo em terreno minado severamente batido por fogo de artilharia, morteiro e armas automáticas, o Ten Salli cumpriu galhardamente a sua missão de Observador Avançado ajustando com precisão os tiros da nossa artilharia*”.



Elogio em Boletim pelo Comandante do Regimento Tiradentes, 11º Regimento de Infantaria, de São João D'el Rey, Cel Inf Delmiro Pereira de Andrade:

[...] pela bravura e espírito de sacrifício nas duras jornadas de 14 e 15 de abril, junto aos pelotões terrivelmente hostilizados pelo inimigo. A sua calma, a sua competência e a sua bravura pessoal o fizeram credor da admiração de toda a Companhia.

Salli Szajferber combateu em dois grandes momentos da FEB, a tomada de Monte Castelo e Montese. Ferido em Montese quando Observador avançando junto ao 11º Regimento de Infantaria. Foi o mais sangrento combate da FEB. Salli faleceu no Rio de Janeiro, em 09 de março de 2010, sendo sepultado no cemitério Comunal Israelita, no Caju – Rio de Janeiro. Uma bateria do 11º Grupo de Artilharia de Campanha prestou as honras fúnebres, com uma salva de fuzis e a execução da Canção da Artilharia, pela banda de música.

Coronel de Infantaria Alberto Chahon

- Cruz de Combate de 2ª Classe

Alberto foi comandante do Pelotão de Transmissões do Regimento Sampaio. Por sua atuação foi agraciado pelo Presidente da República com a Cruz de Combate de 2ª Classe, concedida àqueles que demonstraram heroísmo em combate em ações coletivas.

Tenente R/2 de Infantaria Salomão Malina

- Cruz de Combate de 1ª. Classe

Em extensa citação no diploma, Malina é louvado

pela coragem com que comandou seu pelotão, abrindo caminho para a passagem da Infantaria no eixo de ataque através de terreno minado, sob pesado fogo da artilharia e de morteiros alemães, durante o avanço do Regimento para a conquista de Montese, uma das maiores glórias da FEB.

Malina foi incorporado ao 11º Regimento de Infantaria de São João d'El Rey, tendo comandado o Pelotão de Minas. As minas alemãs custaram a FEB um grande número de vítimas, entre mortos e mutilados. Em atividade extremamente perigosa, detectando e desativando artefatos e *booby-traps*, Malina e seus comandados contribuíram para evitar maior perda de preciosas vidas brasileiras.

Malina foi militante histórico, último Secretário-Geral do PCB e, ao final da vida, Presidente Honorário do PPS. Antes de partir, vitimado por doença incurável de que padecia há longos anos, manifestou a vontade de ser enterrado como judeu. Por toda a vida conservou o *Talit* (Manto Ritual) com que cumpriu a cerimônia do *Bar mitzvá* (maioridade religiosa aos 13 anos). A tradicional foto de *Kipá* (solidéu) e *Talit*, que todo menino judeu tira neste dia, consta do livro de memórias, lançado às vésperas de seu passamento.



Teve enterro judaico com velório na Assembleia Legislativa de São Paulo, onde compareceram inúmeros representantes dos setores políticos e culturais da sociedade. Frisava que suas raízes eram autênticas, e não uma volta às origens, de vez que sempre viveu como israelita, jamais ocultando sua fé.

Coronel de Artilharia Salomão Naslauski

- Cruz de Combate de 2ª Classe

Como capitão comandante da 2ª Bateria do I Grupo de Artilharia 105mm da FEB, revelou capacidade profissional, sangue frio e coragem nos combates em que tomou parte sua unidade na Campanha da Itália.

MILITARES BRASILEIROS JUDEUS QUE PERDERAM A VIDA EM ATOS DE GUERRA, OPERAÇÕES BÉLICAS OU ACIDENTES

30/01/1939 - 1º Tenente da Arma de Aviação do Exército José Zippin Grinspun

Aos 30 de janeiro de 1939, ocorreu o primeiro acidente fatal envolvendo um V-11 no Brasil, ocasião que o avião matriculado 115, que era pilotado por Zippin Grinspun e Mr. Powell, este piloto de provas e demonstração da fábrica Vultee, colidiu com uma casa no bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro, quando realizava

voos rasantes na região, acarretando a morte dos seus dois tripulantes.

Nascido a 25 de setembro de 1910, natural do Paraná, Zippin foi matriculado no Curso de Oficial Aviador da Escola de Aviação Militar aos 30 de março de 1935. O então 2º Ten Zippin teve participação destacada na repressão ao levante comunista da madrugada de 27 de novembro de 1935 na Escola de Aviação Militar, onde servia, sendo elogiado nominalmente pelo Ten Cel Eduardo Gomes, comandante do 1º Regimento de Aviação, por ter se distinguido na reação ao levante, e, ainda, conforme declaração de próprio punho firmada pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, aos 19 de agosto de 1948, para fins de melhoria de pensão militar. Até esta ocasião, contava o mesmo com 365 aterragens e tempo de voo de 172h 39min.

No elogio fúnebre, assim se manifestou o comandante do regimento (trechos):

[...] o destino na sua implacável sentença quis deter a brilhante trajetória do nosso inesquecível Ten Zippin [...] aliava as qualidades de aviador intimorato às de um bravo [...] ao lado do Cel Eduardo Gomes constituiu o reduto inexpugnável à investida criminosa comunista [...] sua bravura e patriotismo [...] na grandeza de seus atos [...] devotado soldado do dever.

09/03/1944 - Aluno do CPOR/RJ Reiven Rosenthal

Reiven Josef Rosenthal foi matriculado em 01 de dezembro de 1942 no



CPOR/RJ. Faleceu em 09 de março de 1944, quando cursava o 2º ano do Curso de Artilharia. Naquela época a artilharia era hipomóvel e, durante um treinamento de marcha, seu cavalo disparou e chocou-se violentamente contra um bonde nas proximidades da Barreira do Vasco. Reiven caiu da montaria sofrendo fratura semiexposta da perna, sendo conduzido para o Hospital Souza Aguiar. No mesmo dia à noite foi transferido para o HCE, sem que fosse diagnosticada uma hemorragia cerebral, tendo falecido durante a madrugada devido a um coágulo.

Por ter o empresário Adolfo Aizen intercedido junto a um amigo que tinha sido Chefe de Polícia de Getúlio Vargas, foi dispensada a realização da autópsia, visto ser proibida pela lei judaica. Reiven era então estudante do 1º ano de Engenharia. Era primo do veterano Tenente Dr Israel Rosenthal.

23/09/1945 – Aspirante-Aviador Luiz Kanter

Luiz Kanter nasceu na Rua Sant'Anna nº 14, na região da então Praça XI judaica. Foi matriculado no CPOR/Aer em 1º de fevereiro de 1945. Com pouco mais de 19 anos, em voo de treinamento na aeronave P-19-128 da FAB, ao executar a manobra “folha seca”, o motor não teve potência suficiente para recuperar a estabilidade, de-

terminando o impacto da aeronave no solo, na praia de Maria Angu.

Luiz Kanter repousa eternamente no Cemitério Israelita de Vila Rosaly (Velho), na Baixada Fluminense. Seu túmulo, onde consta a patente de Aspirante-Aviador, destaca-se pela altura um pouco maior, sendo diferente dos demais, construído em mármore branco, material que lhe confere uma aparência marcante, singela e formal, usual em túmulos militares. Em caracteres hebraicos, seu nome consta como Eliezer Itzhak ben Avraham Yacov Kanter.

03/07/1977 – Tenente-coronel-Aviador Cel Oscar Grubman

Em 1961, aos 19 anos, o jovem Oscar ingressou na EPCAR - Escola Preparatória de Cadetes do Ar, três anos depois, em 1964, foi matriculado na antiga Escola de Aeronáutica, localizada no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro.

Era uma tarde de domingo. A aeronave C-95 FAB 2157 decolou em 03 de julho de 1977 da Base Aérea de Natal, Campo Eduardo Gomes (Parnamirim). Era 2º Piloto o Maj Av Oscar Grubman, em Missão de Transporte. Logo após a decolagem, a aeronave perdeu altura e veio a se chocar contra o solo. Infelizmente não houve sobreviventes entre os 04 tripulantes e 14 passageiros. Era o segundo acidente com a frota de 60 Bandeirantes da FAB.



Major Oscar, com 2925 horas de voo, praça de 1961 e aspirante da Turma de 1966, brasileiro nato de primeira geração, partiu prematuramente, servindo à Pátria.

Por decreto de 5 de dezembro de 1977, assinado pelo Presidente da República Ernesto Geisel e Ministro da Aeronáutica Brigadeiro Joelmir Campos de Araripe Macedo, o Maj Aviador Oscar Grubman foi promovido *post-mortem*, ao posto de Tenente-Coronel.


17/08/1942 - Um dia de luto para o Brasil e sua Marinha Mercante

2º Comissário de Marinha Mercante Mauricio Pinkusfeld - desaparecido no naufrágio do N/M *Anibal Benevolo* ao largo da costa da Bahia, afundado pelo submarino nazista U-507. Aos 18 anos, era recém-saído da Escola da Ma-

rinha Mercante. Foi a sua primeira, última e única viagem. Apenas 4 dos 154 a bordo se salvaram.

Civis Alter Ber Zylbersztajn e Nute Faiwel Zylbersztajn - Pai e filho caçula, passageiros desaparecidos no naufrágio do N/M *Itagiba* ao largo da costa da Bahia, afundado pelo submarino nazista U-507.

Civil Jaime Sagorski - Passageiro desaparecido no naufrágio do N/M *Araraquara* ao largo da costa da Bahia, afundado pelo submarino nazista U-507.

Nestas páginas apenas um punhado de brasileiros pôde ser mencionado, por limitações de espaço. O número de israelitas e descendentes que até hoje vestiram as fardas das forças brasileiras de terra, mar e ar, e forças auxiliares, é bastante significativo, e não para de crescer. 

Saudação aos novos sócios empossados em 2009

Exmo Sr Gen Aureliano Pinto de Moura, MD Presidente do IGHMB

Exmos Srs Membros da Mesa

Exmas Autoridades civis e militares aqui presentes

Minhas senhoras, meus senhores

Prezados confrades do IGHMB!

Nesta data tão significativa para todos nós, saudamos a promoção à categoria de Sócios Eméritos de nosso Instituto os confrades Gen Div Aureliano Pinto de Moura, o VAlm Armando Amorim Ferreira Vidi-gal, os Gen Bda Sérgio Augusto de Avelar Coutinho e Sérgio Roberto Dentino Morgado, o Cel Nilson Ferreira de Mello e o Prof Dr Wallace de Oliveira Guirelli.

Nesta oportunidade, também, cercados por parentes e amigos, são acolhidos com entusiasmo pelos membros desta Casa de patriotismo e saber, novos companheiros de ideal que tomam posse de suas cadeiras: Gen Ex Paulo César de Castro, Coronéis Ismael Fernandes Chaves Lima e Antônio Ferreira Sobrinho, Tenentes-coronéis Carlos Alberto Naccar e Elias Ferreira Gomes, Capitão de Fragata Fuzileiro Naval Alfredo de Souza Coutinho Filho, Prof Dr Vagner Camilo Alves e o jornalista Bernardino Capell Ferreira. Na categoria de Sócio Honorário são admitidos a Prof^a Dr^a Cláudia Beltrão da Rosa e o Cel Leonardo de Andrade.

A eles dirigimos nossa efusiva saudação!

Nos últimos tempos, quem percorre com o olhar as prateleiras das livrarias e as estantes das bancas de jornal, no País como no estrangeiro, deve ter notado o incremento do número de livros e publicações sobre a História das Guerras, de suas origens e consequências, descrição de armamentos e chefes destacados. Várias séries de TV têm



dissecado campanhas inteiras e batalhas importantes, nos mínimos detalhes, proporcionados pelo conhecimento de novos documentos que vêm perdendo seus graus de sigilo. Pelo mundo civilizado disseminam-se cursos de extensão em História Militar e agora, mesmo no Brasil, já contamos com dois deles de extensão em Universidades no Rio de Janeiro e em Santa Catarina, com grande procura de civis e militares. Tais manifestações de interesse seriam meramente pela Arte da Guerra, em si, ou o fenômeno “guerra” nos leva a entendimento mais profundo das civilizações – inteligência necessária para compreender melhor a forma de bem conduzir as nações?

É aforismo bastante conhecido: *“Quem despreza o conhecimento dos erros da História, corre o risco de repeti-los”*.

Destarte, no seu dia-a-dia, o IGHMB tem como apanágio, além de manter viva a memória nacional:

- realizar pesquisas, estudos e investigações sobre fatos, personalidades e episódios históricos;
- manter seu quadro social atualizado quanto à conjuntura nacional e internacional, a evolução do pensamento estratégico e as ameaças reais ou potenciais à Nação Brasileira; e
- incentivar o estudo da Geografia, da História Militar, da Estratégia e da Geopolítica nos estabelecimentos de ensino militares e civis de terceiro grau, nos níveis de graduação e de pós-graduação.

Pois há 73 anos diversas gerações de membros desta Casa vêm se dedicando exatamente à interpretação de documentos e publicações para atender a esta destinação, contribuindo com os estudos e planejamentos em prol da Defesa Nacional. Não se trata, entre nós, de uma mera digressão sobre acontecimentos distantes no tempo e no espaço, uma expressão de diletantismo cultural acadêmico. Interpreta-se, por exemplo, a mudança entre a condução personalística das guerras, por reis e imperadores, para as decisões de governos amparados na vontade de seus povos, conduzidas por estados-maiores constituídos por profissionais de carreira, com formação específica, desde a juventude, para a defesa de suas nações. Comprova-se, também, o distanciamento cada vez maior do emprego de tropas profissionais de mercenários daquelas compostas por nacionais imbu-

idos dos anseios de suas sociedades. Assoma a importância da preservação da vida dos soldados, pelo aprimoramento progressivo da instrução, dos materiais e das táticas, das proteções físicas e psicológicas, e pelo apoio logístico a todas as suas necessidades – do vestuário e alimentação, até a recreação.

Ao acompanhar o desenvolvimento das formas de gerenciamento, de tomada de decisões, de equipamentos e armamentos, *pari passu* com os avanços científicos e tecnológicos, nossos confrades inferem seus reflexos sobre as táticas dos exércitos e a estratégia das nações. Nas campanhas selecionadas procuram ressaltar os progressos advindos de cada uma delas, e seus reflexos na condução das ações decisivas que modificaram a evolução das nações.

Constatada está a fundamental importância de um país dispor de meios militares próprios e suficientes para, no mínimo, dissuadir aqueles que pretendam ameaçar suas fronteiras, seu patrimônio e sua maneira de viver. É o mínimo para quem desejar viver dignamente e garantir a paz. E isso se faz atuando seriamente nos campos político, econômico, psicossocial e militar das nações. A guerra não é atribuição só dos militares. Não há força armada que possa proteger um povo que não deseja se defender. A parcela instruída e, pelo menos, as elites devem entender os fenômenos que envolvem a Arte da Guerra. Não se improvisam Forças Armadas para viver uma determinada fase de ameaças. Comete grave crime de responsabilidade o dirigente que despreza o preparo das Forças Armadas; é crime de lesa-pátria comprometer a segurança de seu povo, do seu território, de seus bens e conquistas econômicas e sociais, sob pretexto de se mostrar amigável com seus vizinhos ou parceiros ideológicos. Em relações externas não há amigos; há interesses comuns eventuais. Mesmo porque “a relação entre os Estados não se rege por qualquer código de ética; ela é absolutamente amoral” – no dizer do saudoso Embaixador Francisco Bezerra de Menezes.

De qualquer forma, soberania não se negocia!

A História nos mostra que há povos com mentalidade guerreira e em permanente busca de expansão territorial e de influência, que só podem ser barrados por outros que, mesmo pacíficos, têm de estar prontos para a guerra; ninguém garante a paz amparado meramente no conceito de Justiça e de apego às leis. E



o passado está preñado de exemplos de povos pacíficos, despreparados, que foram exterminados ou tiveram seus interesses nacionais ou independência decisivamente comprometidos por omissão ou incompetência de seus administradores.

Aquele dirigente que deliberadamente ignora tais ensinamentos – por despreparo ou intuição deturpada – costuma provocar prejuízos irreparáveis ou, na melhor das hipóteses, dissemina erros administrativos e prejuízos que muito pesarão quando da restauração do Estado.

De nossa parte, cada um traz dentro do peito uma das formas de paixão pelo estudo da História – e mais particularmente da História Militar. As origens, para alguns, estão na escolha e, posteriormente, na busca do aperfeiçoamento profissional; para outros, no exemplo de ancestrais e na vivência em ambiente universitário ou da caserna.

Por isto mesmo, reverenciamos seus intelectos privilegiados que acolhemos com ufania e cujos eflúvios nos levarão a novas oportunidades de aprimorar os estudos sobre a Geografia dos campos de batalha e dos sucessivos acontecimentos ocorridos sobre aqueles espaços. Civis e militares, todos cômicos da importância da análise dos fatos que estabeleceram as causas, os fatores determinantes das vitórias e das derrotas, bem como das consequências dos choques havidos entre nações.

Não como amantes das Guerras – que só desgraças trazem às gentes – mas como interessados em aprender como se pode preservar a paz, ou conquistá-la, de forma mais rápida e nas melhores condições, se necessário o emprego das armas.

Parabéns ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil pelos seus profícuos 73 anos de existência! O presente que o aniversariante recebe neste dia é, certamente, o ingresso deste selecionado grupo de novos membros!

Sejam muito bem-vindos!

Gen Bda Cesar Augusto Nicodemus de Souza

Cerimônia de fundação da Biblioteca do Exército, no Quartel-General do Exército, atual Palácio Duque de Caxias.

Da esquerda para a direita: Princesa Isabel, D. Pedro II, Imperatriz Teresa Cristina, Conde d'Eu, Conselheiro Franklin Dória, Capitão Tito França.

Arte sobre óleo de Álvaro Alves Martins (1986)





Biblioteca do Exército

**Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.**

www.bibliex.ensino.eb.br